



MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO MARANHÃO
Procuradoria Geral de Justiça

RELATÓRIO
DE ATIVIDADES
2016

**MINISTÉRIO PÚBLICO DO
ESTADO DO MARANHÃO**

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES 2016

Organização

Marco Antonio Santos Amorim

Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais

Raimundo Nonato Leite Filho

Diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão

Redação

Cláudio Marcelo Araújo Amorim

Assessor de Planejamento

Lusélias Soares Sales Lopes

Analista ministerial - SEPLAG

Shirley de Assis Serrador

Assessor Técnico - SEPLAG

Samyr de Jesus Cutrim

Chefe de Seção - SEPLAG

Supervisão editorial

Maria dos Remédios Ribeiro Dos Santos

Coordenadora de Documentação e Biblioteca

Rômollo de Sá Malta

Chefe da Seção de Editoração e Publicação

Revisão

Cláudio Marcelo Araújo Amorim

Marco Antonio Santos Amorim

Projeto Gráfico

Raimundo Nonato Penha Soares

Designer gráfico

Taylinne Talita da Silva Reis

Designer gráfico

Fotos

Acervo do MPMA

<https://pixabay.com/pt/>

Endereços:

Sede da Procuradoria Geral de Justiça

Av. Prof. Carlos Cunha, nº 3261, Calhau

CEP: 65076-820

São Luis - Maranhão

Sede das Promotorias da Capital

Rua dos Pinheiros, Lotes 12 a 15, Jardim Renascença

(antigo Hotel Panorama Palace)

São Francisco - CEP 65076-250. São Luís - Maranhão

Tel: (98) 3219-1600

Memorial do Ministério Público

Rua Newton Prado (Montanha Russa), nº 53, Centro

CEP 65010-400 / São Luís - Maranhão

Tel: (98) 3231-2943

Escola Superior do Ministério Público

Avenida dos Holandeses,

Cobertura do Edifício Metropolitan

Bairro do Calhau. CEP 65071-380

São Luís – Maranhão

Tel: (98) 3227-6064 / 3227-6047

Maranhão. Ministério Público.

Relatório de atividades 2016. - São Luís: Procuradoria Geral
de Justiça, 2017.

182p.: il

1. Ministério Público - Maranhão - Relatório. I. Título

CDU 347.963 (812.1)

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR

Luiz Gonzaga Martins Coêlho
Procurador-Geral de Justiça

Francisco das Chagas Barros de Sousa
Procurador de Justiça
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos

Mariléa Campos dos Santos Costa
Procuradora de Justiça
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos

Suvamy Vivekananda Meireles
Procurador de Justiça
Corregedor-Geral do Ministério Público

Teodoro Peres Neto
Procurador de Justiça
Subcorregedor-Geral do Ministério Público

Fabiola Fernandes Faheina Ferreira
Promotora de Justiça
Chefe de Gabinete da PGJ

Justino da Silva Guimarães
Promotor de Justiça
Assessor-Chefe da PGJ

ÓRGÃOS DE APOIO

Rita de Cassia Maia Baptista Moreira
Procuradora de Justiça
Ouvidora do Ministério Público

Ana Teresa Silva de Freitas
Promotora de Justiça
Diretora da Escola Superior do Ministério Público

CENTROS DE APOIO OPERACIONAL

Sandro Carvalho Lobato de Carvalho
Promotor de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

Luís Fernando Cabral Barreto Júnior
Promotor de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural

Carlos Jorge Avelar Silva
Procurador de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa

Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf
Procuradora de Justiça
Coordenadora do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania

Herberth Costa Figueiredo
Promotor de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde

Paulo Silvestre Avelar Silva
Promotor de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa do Direito à Educação

Carlos Augusto Soares
Promotor de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos das Pessoas Idosas e das Pessoas com Deficiência

José Cláudio Almada Lima Cabral Marques
Promotor de Justiça
Coordenador do Centro de Apoio Operacional Criminal

ÓRGÃOS ADMINISTRATIVOS

Emmanuel José Peres Netto Guterres Soares
Promotor de Justiça
Diretor-Geral da PGJ

Marco Antonio Santos Amorim
Promotor de Justiça
Diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais

Raimundo Nonato Leite Filho
Promotor de Justiça
Diretor da Secretaria de Planejamento e Gestão

Carmen Lígia Paixão Viana
Diretora da Secretaria Administrativo-Financeira

Jerusa Capistrano Pinto Bandeira
Promotora de Justiça
Coordenadora de Assuntos Estratégicos e Inteligência

Marco Aurélio Cordeiro Rodrigues
Promotor de Justiça
Marcos Valentim Pinheiro Paixão
Promotor de Justiça
Klycia Luíza Castro de Menezes
Promotora de Justiça
Membros do Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas – GAECO/MA

Roseane Brandão Pantoja
Coordenadora de Administração

Ivoneide Queiroz Santos
Coordenadora de Gestão de Pessoas

Tatiana Alves de Paula
Coordenadora de Orçamento e Finanças

Maria dos Remédios Ribeiro dos Santos
Coordenadora de Documentação e Biblioteca

Lucina Macedo Medeiros
Coordenadora de Comunicação

Alan Robert da Silva Ribeiro
Coordenador de Modernização e Tecnologia da Informação

Ana Maria Álvares Nunes do Rêgo
Coordenadora de Processos

José Ribamar Rodrigues Furtado
Coordenador de Serviços Gerais

Gilberto Duailibe Moucherek
Coordenador de Obras, Engenharia e Arquitetura

José Walter Gonçalves Silva Júnior
Coordenador da Folha de Pagamento

Vicimir Teixeira Mota Fontenelle
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Carlos Alberto Pinheiro Barros Júnior
Assessor-Chefe de Auditoria Interna

Maria Emília Martins Silva
Assessora-Chefe de Controle Interno

Walter da Conceição Andrade Braga
Assessor-Chefe da Assessoria Técnica

Lucas Araújo Duailibe Pinheiro
Assessor-Chefe da Assessoria Jurídica da Administração

Andrea de Melo Nogueira Duarte
Chefe de Cerimonial

Sumário

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO.....	11
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA.....	12
SUBPROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS.....	12
SUBPROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS.....	14
COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA.....	18
CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	18
CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	20
PROCURADORIAS DE JUSTIÇA.....	20
PROMOTORIAS DE JUSTIÇA.....	23
SECRETARIA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS.....	35
ASSESSORIA ESPECIAL DO PROCURADOR-GERAL.....	42
ASSESSORIA DE AUDITORIA INTERNA.....	44
ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO.....	48
ASSESSORIA JURÍDICA DA ADMINISTRAÇÃO - AJAD.....	53
ASSESSORIA TÉCNICA - ASTEC.....	54
ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO - ASPLAN.....	56
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL.....	60
OUIDORIA.....	62
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO.....	65
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – CAOP/DH.....	70
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE PROTEÇÃO AO IDOSO E À PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CAOp/PIPD.....	75
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA SAÚDE – CAOP/SAÚDE.....	78
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - CAOp/IJ.....	81
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA PROIBIDADE ADMINISTRATIVA – CAOP-PROAD.....	87
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO DIREITO À EDUCAÇÃO – CAOP/EDUCAÇÃO.....	90
CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CRIMINAL - CAOP CRIM.....	97
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS.....	104
COORDENADORIA DA FOLHA DE PAGAMENTO.....	108
COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS.....	118
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO.....	132
COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA.....	135
PROGRAMA MEMÓRIA INSTITUCIONAL.....	139
DIRETORIA-GERAL.....	143
COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO.....	146
COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS.....	150
COORDENADORIA DE OBRAS, ENGENHARIA E ARQUITETURA.....	154
COORDENADORIA DE MODERNIZAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	159
COORDENADORIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS E INTELIGÊNCIA.....	172

APRESENTAÇÃO

O ano de 2016 foi marcado por uma das maiores crises econômicas e políticas já enfrentadas no país, tendo o Ministério Público se mantido firme na sua missão constitucional de zelar pela ordem jurídica, pelo regime democrático e pelos direitos sociais e individuais indisponíveis.

As instituições públicas tiveram seu funcionamento ameaçado com a tramitação de iniciativas de lei que projetavam um cenário desalentador com previsão de demissão em massa, com o consequente enfraquecimento da atuação na defesa da população que mais necessita, ferindo direitos e garantias fundamentais.

Foi a conjugação de esforços entre membros e servidores, irmanados na busca do bem comum, o combustível necessário para o enfrentamento de todas as dificuldades que se interpuseram no caminho.

Imbuído desse espírito, o Ministério Público do Maranhão deu um importante passo para o aprimoramento de sua gestão administrativa com a elaboração do seu Planejamento Estratégico para o período 2016-2021, que contou com a participação e envolvimento de membros e servidores de todas as áreas da instituição, empenhados e comprometidos na realização de um planejamento sólido e consistente.

A partir da elaboração do Plano Estratégico 2016-2021, foram traçadas as diretrizes para o Ministério Público do Maranhão e elaborado um novo modelo de Gestão Organizacional, pautado na liderança, nas pessoas e em suas competências, evidenciando as características humanas do MPMA.

Outro marco importante de 2016 foi a mudança do prédio da Procuradoria Geral de Justiça para o novo edifício-sede, no Calhau, com instalações amplas e modernas, e alta tecnologia disponível no Parque Tecnológico de Informática, permitindo a implantação, utilização e suporte de novos sistemas, como a ferramenta **Stratec** (para acompanhamento do Plano Estratégico), o **Digidoc** (sistema informatizado de movimentação de documentos e processos), aquisição do **BI QlickSence** (ferramenta de gestão que dará maior agilidade na tomada de decisões), implementação da plataforma **Moodle**, que oportunizará a capacitação de membros e servidores na modalidade EAD.

Desde então, com a posse da atual Administração, foram anunciadas metas que já estão em desenvolvimento, tais como a criação de novos cargos para o quadro de servidores, a reestruturação dos Centros de Apoio Operacional, inauguração de promotorias, lançamento do programa de sustentabilidade, ação de valorização dos servidores e defesa das prerrogativas.

Destaque-se, ainda, a implementação do **Programa Institucional “O Ministério Público no Combate à Corrupção e à Sonegação Fiscal”**, cujo objetivo principal é dar maior eficácia à prevenção e ao combate a atos de improbidade administrativa e delitos contra a ordem tributária e econômica.

Foi deflagrada, ainda, a Campanha “A Cidade não pode parar: Campanha pela Transparência na Transição Municipal”, que conseguiu o bloqueio de mais de R\$ 27 milhões das verbas de repatriação, bem

como a aprovação de Emenda Constitucional sobre transparência e de diversas leis municipais sobre a temática. Foram ainda expedidas notificações e interpostas diversas ações de improbidade e de obrigação de fazer.

Nosso compromisso será pela continuidade desses processos, promovendo o desdobramento e alinhamento da estratégia, por meio da formação de projetos, iniciativas, indicadores e metas, para transformar o planejamento em efetivo instrumento de gestão.

Dessa forma, queremos ser reconhecidos como uma instituição de excelência, tendo como visão “consolidar-se na sociedade como instituição de credibilidade, independente, inovadora e transformadora da realidade social”.

LUIZ GONZAGA MARTINS COELHO

Procurador-Geral de Justiça



A declaração da Intenção Estratégica tem por finalidade publicar o propósito do Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA): para que ele existe, aonde quer chegar e em quais alicerces se apoia. Tem como cerne a missão, a visão de futuro, os princípios e os valores institucionais.

MISSÃO

Servir à sociedade e garantir a cidadania, com base na promoção da justiça e defesa da democracia.

VISÃO 2021

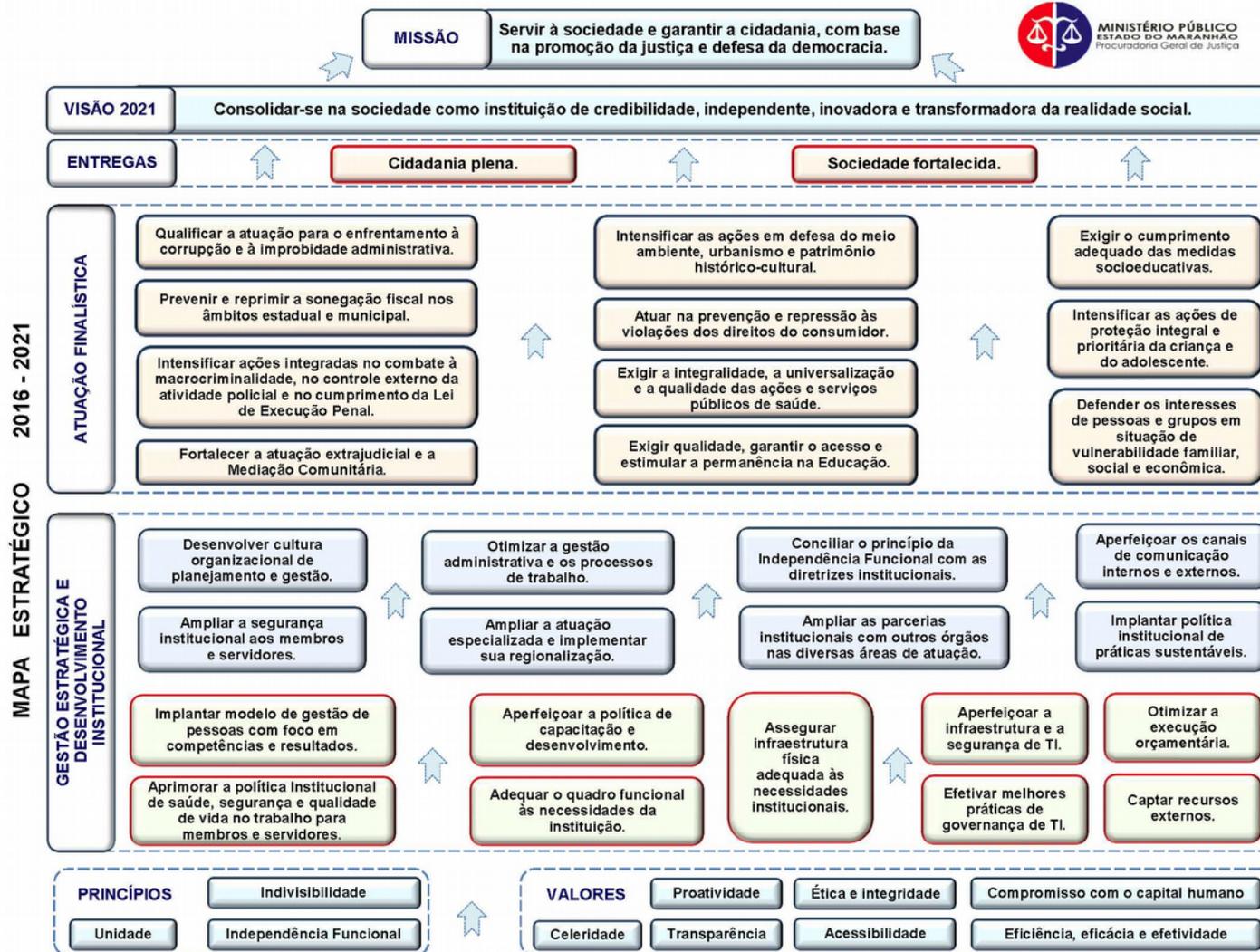
Consolidar-se na sociedade como instituição de credibilidade, independente, inovadora e transformadora da realidade social.

VALORES

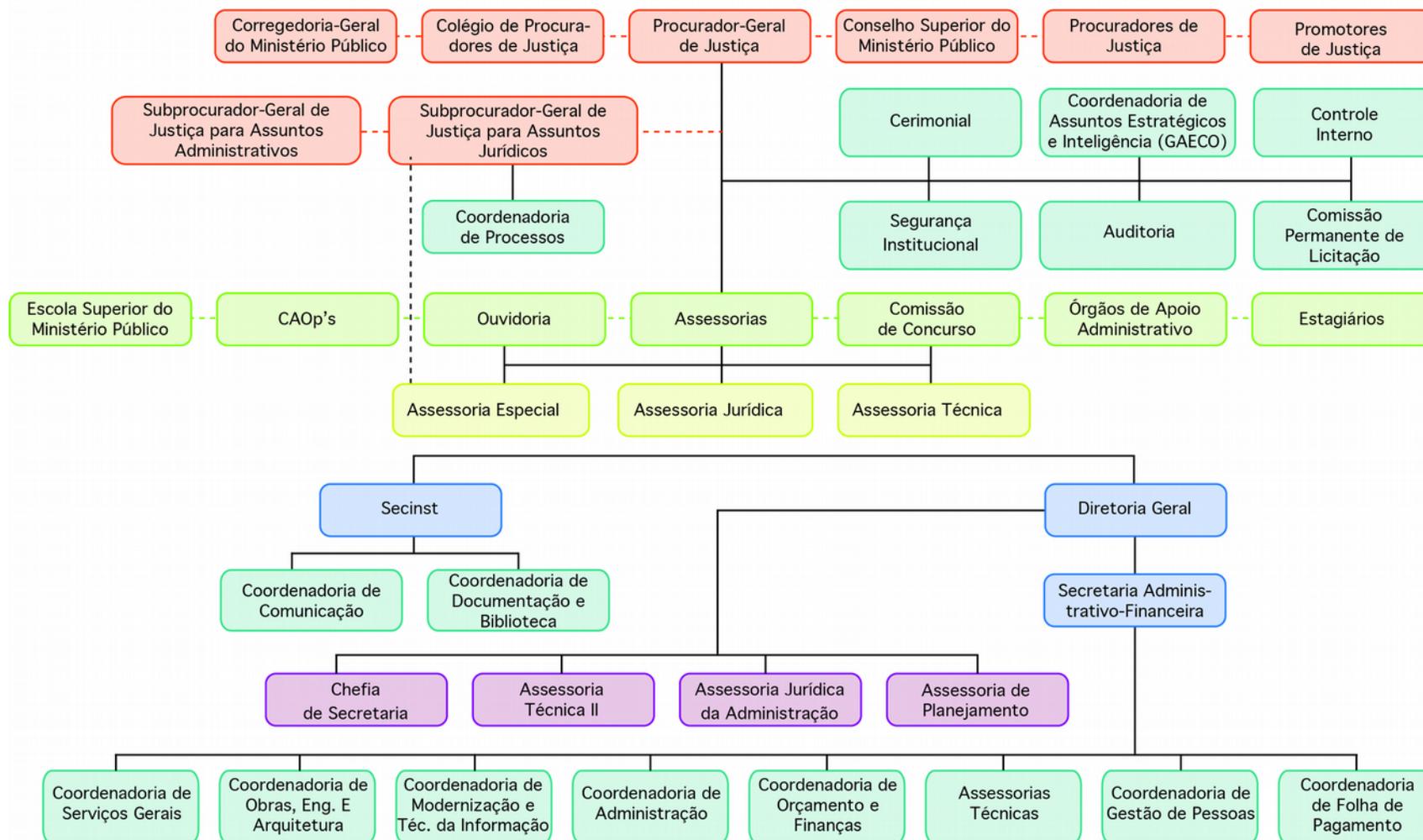
- Acessibilidade
- Celeridade
- Compromisso com o capital humano
- Eficiência, eficácia e efetividade
- Ética e integridade
- Proatividade
- Transparência

PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS

- Unidade
- Indivisibilidade
- Independência Funcional



ORGANOGRAMA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO



* Conforme Ato Regulamentar nº 020/2008, Lei Complementar nº 013/1991, e Ato Regulamentar nº 02/2012, Lei nº 9.688/2012
 Elaboração: Assessoria de Planejamento da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão com revisão da Diretoria Geral.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO

O Ministério Público do Estado do Maranhão (MPMA), instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, a quem a Constituição Federal de 1988 conferiu a incumbência de defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis, vem aprimorando constantemente sua estrutura organizacional e administrativa, buscando a efetividade de sua atuação e dos serviços prestados. Para tanto, conta com seus órgãos de Administração Superior, Administração e Órgãos de Execução.

Administração Superior:

- Procuradoria Geral de Justiça;
- Colégio de Procuradores;
- Conselho Superior do Ministério Público;
- Corregedoria Geral do Ministério Público.

Administração:

- Procuradorias de Justiça;
- Promotorias de Justiça.

Execução:

- Procurador-Geral;
- Conselho Superior;
- Procuradores e Promotores de Justiça;
- Centros de Apoio Operacionais.

A atuação administrativa reflete as atividades de gestão orçamentária, financeira, pessoal, de tecnologia da informação e de infraestrutura física do Ministério Público do Estado do Maranhão. Destaque-se que essas atividades são imprescindíveis à disponibilização dos meios necessários à realização das atividades finalísticas da instituição, bem como para garantir a maior eficiência possível na utilização dos recursos existentes.

PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

A Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão (PGJ/MA), órgão da Administração Superior do Ministério Público, tem por chefe o Procurador-Geral de Justiça Luiz Gonzaga Martins Coelho, eleito para o mandato / biênio 2016-2018, e compreende o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos e a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, conforme previsto no Art. 51¹ do Ato Regulamentar nº. 020/2008 (Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça).

Durante o ano de 2016, o Gabinete da Procuradoria Geral de Justiça movimentou **14.059 processos administrativos**, sendo a maior parte oriunda da Coordenação de Gestão de Pessoas (6.906); Arquivo (1.854); Assessoria Especial (1.513); Corregedoria (1.045) e Folha de Pagamento (498).

SUBPROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS JURÍDICOS

A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos exerce relevante papel no âmbito da Procuradoria Geral de Justiça, seja manifestando-se em processos judiciais, ajuizando ações cíveis e criminais de competência do Tribunal de Justiça e, ainda, interpondo os recursos cabíveis nos casos submetidos à sua apreciação.

Também representa o Ministério Público nas sessões plenárias do Tribunal de Justiça, além de supervisionar os trabalhos da Coordenadoria de Processos, sempre mantendo a Administração Superior informada sobre as decisões tomadas no âmbito desta unidade, nos termos do Ato Regulamentar nº 20/2008. Cabe, ainda, ao Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos representar o Procurador-Geral de Justiça em seus afastamentos e impedimentos.

Registre-se a atuação desta unidade nas seguintes atividades:

- Ao longo de 2016, o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos representou a Instituição em **45 Audiências**, sendo: 31 de Instrução e Julgamento; 7 Preliminares; 3 de Conciliação; 2 de Custódia; e 2 de Proposta de Suspensão Condicional do Processo.
- O Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos representou a Instituição em **41 sessões plenárias do Tribunal de**

¹ Art. 51. A Procuradoria Geral de Justiça tem por Chefe o Procurador-Geral de Justiça e compreende:

I – o Gabinete do Procurador-Geral de Justiça; (*grifou-se*)

II – a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos;

III – a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Justiça, sendo: 22 sessões jurisdicionais e 19 sessões administrativas.

- Submeteu ao Corregedor-Geral do Ministério Público, todos os meses, **Relatório dos processos recebidos e dos pareceres emitidos pelos Procuradores de Justiça**.
- **Supervisionou os trabalhos da Coordenadoria de Processos**, visando ao melhor andamento do serviço e a presteza na distribuição dos processos e remessa aos órgãos de destino; substituindo Procuradores de Justiça em sessões do Tribunal de Justiça sempre que possível e necessário.
- **Representou o Procurador-Geral de Justiça** em diversas situações de afastamento/impedimento deste, seja em eventos realizados pela Instituição ou por outros órgãos; seja em viagens, cuja

representação do Ministério Público do Maranhão era necessária; seja presidindo as reuniões do Colégio de Procuradores e do Conselho Superior do Ministério Público; seja ainda exercendo as demais atribuições inerentes ao Chefe da Instituição, sempre que requisitado.

- **Coordenou os serviços da Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça**, subscrevendo manifestações em processos judiciais e administrativos, ajuizando ações de competência do Tribunal de Justiça, zelando sempre pela independência da Instituição.
- **Procedeu à indicação dos substitutos dos Procuradores de Justiça no gozo de suas férias**, sempre visando ao andamento regular do serviço em cada uma das Procuradorias.

No exercício de suas atribuições, resta salientar que passaram por esta Subprocuradoria Geral de Justiça, para análise e despacho, **1917 processos judiciais de Segunda Instância, 695 processos judiciais de Primeira Instância e 932 processos administrativos**.

SUBPROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

A Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos exerce um papel fundamental junto à Procuradoria Geral de Justiça, auxiliando no desempenho de suas funções administrativas, além de desenvolver a política administrativa da instituição e supervisionar o trabalho realizado pelos órgãos que integram a estrutura organizacional do Ministério Público, atribuições previstas no Ato Regulamentar nº 20/2008, que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça.

Suas atribuições também alcançam a substituição do Procurador-Geral de Justiça, na ausência do Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos, apreciando os requerimentos administrativos dos servidores e dos membros da instituição, tomando as providências pertinentes em cada caso, mantendo a Administração Superior informada acerca das decisões tomadas no âmbito da Subprocuradoria.

Destaque-se, também, a atuação deste Órgão Ministerial na análise e acompanhamento das seguintes matérias:

- **concessões de adiantamento** disponibilizadas a membros e servidores do Ministério Público para despesas de pronto pagamento; reparo, conservação, adaptação e manutenção de bens; caráter sigiloso e material permanente, seguindo estritamente os preceitos constantes da Lei nº 4.320/64, que dispõe normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, bem como o que consta do Ato Regulamentar nº 04/2013-GPGJ. Nesse norte, a Subprocuradoria Geral, no ano de 2016, analisou um total de **157** processos administrativos, concedendo um total de **R\$ 413.502,00** de adiantamentos para membros e servidores, dos quais restaram como inscritos no Balanço Patrimonial da PGJ-MA um total de 11 supridos que não conseguiram regularizar pendências na prestação de contas;
- **concessões de diárias e passagens aéreas** a servidores que necessitam de deslocamentos no interesse do serviço e/ou devidamente autorizados a participarem de curso de qualificação ou aperfeiçoamento, de acordo com as prescrições dos respectivos atos regulamentares;
- **análise dos mais diversos pedidos administrativos** atinentes a férias, progressões e promoções funcionais na carreira, licenças médicas definidas em lei, demais afastamentos - como licenças-prêmio e participação em cursos de qualificação e/ou aperfeiçoamento, designações de substituição de cargos comissionados e funções gratificadas,

abonos de permanência, adicionais pecuniários, pedidos de exonerações,

incorporação de tempo de serviço, concessões de gratificações, etc.

No que pertine à autorização de realização/participação em eventos de **capacitação/treinamentos**, a Subprocuradoria autorizou o afastamento para os Cursos de:

- Gestão por Competências;
- Mediação Comunitária;
- *Product Owner*;
- Desenvolvimento Android Avançado;
- SIAFEM – Em consonância com o Novo Plano de Contas da Administração Pública e a Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Curso de Formação para o Centro Integrado de Justiça Juvenil do Maranhão;
- Administrador *Moodle*;
- Planejamento Estratégico;
- Atualização em Língua Portuguesa;
- Atualização em Processo Civil;
- Processos de Aposentadoria;
- Congresso de Psicologia;
- Curso 50 Questões Relevantes Sobre Elaboração de Planilhas Orçamentárias;
- Encontros de Assistentes Sociais;
- Elaboração e Análise de Prestação de Contas de Convênios;
- Interiores de Escritório;
- Acessibilidade Aplicada – Nova NBR 9050/2015;
- XIII Curso de Análise LAB-LD;
- I Seminário de Compras Públicas Sustentáveis do Ministério da Fazenda;
- II Congresso Brasileiro de Medicina Legal e Perícias Médicas;
- Análise e Interpretação de Balancetes e Balanços; e Elaboração de Notas Explicativas: Aspectos Gerais e Específicos de Acordo com o MCASP da STN;
- Planejamento e Gestão de Almoxarifado no Setor Público: Questões Técnicas e Legais, entre outros.

Em relação à **progressão e promoção funcional**, concedeu-se o seguinte quantitativo:

PROGRESSÕES – 226 (duzentas e vinte e seis);

PROMOÇÕES – 60 (sessenta).

No que toca à **Política de Gestão de Pessoas**, a Subprocuradoria Geral de Justiça teve importante participação quando da elaboração da minuta da Resolução respectiva, perante o Conselho Nacional do Ministério Público, levando em conta a participação efetiva dos servidores João Batista Pereira Borges – Assessor da Subprocuradoria Geral e da Coordenadora de Gestão de Pessoas – Ivoneide Queiroz Santos, na reunião ocorrida na cidade de Brasília/DF, nos dias 07 e 08 de novembro de 2016, que culminou com a aprovação da minuta em apreço, cujo processo encontra-se sob análise no CNMP.

Além de tais atribuições, a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos realiza a **coleta e o gerenciamento do controle de frequência dos servidores** efetivos, comissionados e cedidos à Procuradoria Geral de Justiça, em cumprimento ao **Ato Regulamentar nº 18/2012 – GPGJ**, bem como da

análise e julgamento de **processos administrativos disciplinares** para apuração de fatos e de condutas de servidores do Ministério Público, em conformidade com as determinações da Lei dos Servidores Públicos Cíveis do Estado do Maranhão - Lei nº 6.107/94.

Nesse sentido, ao longo do ano de 2016, a Subprocuradoria Geral estabeleceu rigoroso controle da frequência dos servidores, sempre atentando para o correto cumprimento da jornada de trabalho a que cada servidor está vinculado.

Quanto aos processos administrativos disciplinares, estabeleceu-se criteriosa análise de cada caso apresentado, decidindo sempre com base nos princípios norteadores da Administração Pública, sendo aplicadas **duas penalidades de demissão** por prática de infrações disciplinares graves, cujos processos foram devidamente instaurados e conduzidos por esta unidade ministerial.

Constata-se, destarte, a expressiva atuação da Subprocuradoria na implementação de ações diversificadas visando à otimização do serviço oferecido à sociedade, por meio da melhoria da estrutura física e pessoal do Ministério Público Maranhense, realizando uma política de valorização e de qualificação profissional dos membros e servidores da instituição, além de estabelecer e manter um relacionamento cada vez mais aproximado entre o Órgão Ministerial e a sociedade maranhense, consolidando a confiabilidade que faz do Ministério Público do Maranhão um defensor da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Registre-se, ademais, que a implantação e funcionamento do posto avançado de atendimento do Banco do Brasil, com prestação de serviços mais céleres nesta sede, teve crucial participação da Subprocuradoria Geral, durante as negociações para a oferta do serviço, assim como promoveu a **readequação dos Adicionais de Insalubridade**, de acordo com a nova inspeção médica efetivada pela Perícia Médica do Estado, devidamente solicitada pela Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Outro ponto a ser destacado foi o esgotamento do tema relacionado às lotações de Assessores de Promotor de Justiça, que tiveram fixadas as suas designações para as Promotorias de Justiça, conforme arduamente tratado nos autos do **processo administrativo nº 7773AD/2016**.

Assim, ao longo do período compreendido entre os meses de janeiro a dezembro de 2016, a Subprocuradoria Geral de Justiça para Assuntos Administrativos desenvolveu todas as atribuições conferidas ao setor, imprimindo-lhe efetividade, inclusive com a emissão de portarias e outros atos administrativos indispensáveis ao desempenho das atividades administrativas ministeriais, tendo movimentado um total de **11.614 (onze mil, seiscientos e quatorze)** processos administrativos, conforme Relatório de Remessa de processos em anexo.

TERMOS DE CONVÊNIO

Foram colocados à disposição da Procuradoria Geral de Justiça e devidamente encaminhados às respectivas Promotorias de Justiça expressiva quantidade de servidores municipais/estaduais cedidos, a fim de atender aos diversos pedidos de melhor estruturação do quadro de servidores.

Para tal ação, foram ainda firmados mais dezessete **Termos de Convênios** com diversas Prefeituras Municipais, quais sejam: São Pedro da Água Branca,

Carolina, Viana, Guimarães, Icatu, Barra do Corda, Governador Eugênio Barros, Olho d'Água das Cunhãs, Pastos Bons, São Raimundo das Mangabeiras, Tasso Fragoso, Carutapera, Timon, Loreto, Tuntum, Passagem Franca e Porto Franco.

Da mesma forma, foram disponibilizados policiais militares da ativa e da reserva remunerada a fim de incrementar o potencial de segurança institucional das Promotorias de Justiça.

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

O Colégio de Procuradores de Justiça é o órgão da Administração Superior do Ministério Público com competência para, entre outras, opinar sobre matéria relativa à autonomia do Ministério Público, bem como deliberar sobre proposição de criação de cargos e serviços auxiliares.

Tabela 1 – Movimentação Processual do Colégio de Procuradores

Atividades	2015	2016
Sessões Ordinárias realizadas	12	12
Sessões Extraordinárias realizadas	11	7
Resoluções aprovadas	8	5
Processos Julgados	15	6
Recursos Julgados	3	3

Fonte: CPJ/PGJ, 2016.

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

O Conselho Superior do Ministério Público, Órgão da Administração Superior da instituição, é composto por sete membros, sendo dois natos – o Procurador-Geral de Justiça e o Corregedor-Geral do Ministério Público, e cinco Procuradores de Justiça eleitos por membros da instituição, para um mandato de dois anos. Suas atribuições, dentre outras previstas em lei, estão elencadas no art. 15 da Lei Complementar nº 13/1991.

O CSMP reúne-se, ordinariamente, uma vez por semana (sexta-feira, às 10h), na sala de reuniões dos Órgãos Colegiados, e, extraordinariamente, quando convocado por seu Presidente ou por proposta de seus membros. A organização, o funcionamento, bem como o processo de julgamento dos feitos de competência do Conselho Superior está disciplinado no seu Regimento Interno.

Em 2016 foram realizadas **33 sessões** no período, sendo **27 ordinárias e 6 extraordinárias**.

Cabe destacar que o novo Procurador-Geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, na qualidade de Presidente do Conselho, passou a presidir as sessões, a partir do dia 24 de junho de 2016.

Tabela 2 – Movimentação Processual do Conselho Superior

MOVIMENTAÇÃO	QTD.
Processos Julgados*	1.296
Processos Conhecidos	367
Arquivamento Homologado e Devolução à origem	798
Encaminhamento ao MPF	66
Sindicâncias e PAD	9
Convertidos em Diligência (nas Sessões)	20

Autorização para Afastamento	21
Remoções	6
Promoções	1

Fonte: CSMP/PGJ, 2016.

* Média de 40 processos por sessão.

Tabela 3 – Distribuição Processual (Biênio 2015-2017)

Conselheiro	Ano: 2016				
	Distribuídos	Julgados	Diligência/Sobre	Ag. Pauta	Saldo
Carlos Jorge Avelar Silva	203	149	5	48	1
Domingas de Jesus Froz Gomes	109	84	6	6	13
Francisco das Chagas Barros de Sousa	143	103	1	0	39
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato	144	133	3	8	0
Regina Lúcia de Almeida Rocha*	100	91	9	0	0
Luiz Gonzaga Martins Coelho**	121	103	7	5	6
Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf	213	176	1	7	29
Suvamy Vivekananda Meireles	105	24	2	0	79
TOTAL	1138	863	34	74	167

Fonte: CSMP/PGJ, 2016.

* Até junho/2016

** A partir de junho/2016

TRANSMISSÃO ON-LINE DAS SESSÕES

A Secretaria do Conselho Superior, na busca incessante da excelência no trabalho, vem utilizando rotinas administrativas para atender às exigências do seu público interno. Para tanto, contou com a colaboração da Coordenação de Modernização e Tecnologia da PGJ, que disponibilizou a ferramenta *Youtube* para transmissão on-line das sessões.

Nesse sentido, os enunciados, aprovados e publicados em 2016, foram criados com o objetivo de contribuir para uma maior integração institucional, de

servidores, membros e conselheiros, para que as rotinas e normas sejam conhecidas e obedecidas, sendo a comunicação eletrônica necessária e cada vez mais utilizada, tendo como meta a celeridade processual e a redução de custos, sem prejuízo das exigências processuais e regulamentares.

As sessões gravadas ficam disponíveis no canal do MPMA no *Youtube*, bem como na página do Conselho no portal institucional na internet.

CORREGEDORIA GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

A Corregedoria Geral é um órgão de orientação e fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público, incumbindo-lhe, entre outras atribuições, a de realizar correições e inspeções nas Promotorias e Procuradorias de Justiça, remetendo relatórios reservados ao Conselho Superior e ao Colégio de Procuradores; propor ao Conselho Superior do Ministério Público, na forma da lei, a confirmação ou não de membro na carreira; fazer recomendações, sem caráter vinculativo, a órgão de execução.

No decorrer de 2016, foram autuados e registrados os feitos, conforme discriminação na tabela abaixo.

Tabela 4 – Movimentação Processual da Corregedoria Geral do MPMA

ATIVIDADES	2015	2016
Correições (1ª Instância)	49	31
Inspeções (1ª Instância)	41	48
Processos Administrativos Disciplinares	-	-
Sindicâncias	16	9
Estágio Probatório	43	43
Recomendações	4	2
Atos Conjuntos	-	2
Exercício de Magistério	19	20
Ofícios Expedidos	701	741
Ofícios Circulares	22	11
Memorandos	96	599
Relatório Promoção/Remoção	48	43
Provimentos	2	3
Acompanhamento de Resoluções e sistemas CNMP	4	6

Fonte: CGMP/PGJ, 2016.

PROCURADORIAS DE JUSTIÇA

As Procuradorias de Justiça são Órgãos da Administração do Ministério Público, com cargos de Procurador de Justiça, assessores e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções que lhes forem cometidas pela Lei Complementar nº 13/1991.

Cabe aos Procuradores de Justiça, dentre outras atribuições: atuar nos autos judiciais, em 2º grau de jurisdição que lhes forem distribuídos ou por delegação do Procurador-Geral de Justiça.

**DADOS ESTATÍSTICOS DA ATUAÇÃO FUNCIONAL
DAS PROCURADORIAS DE JUSTIÇA – 2016**

Tabela 5 – Atividade Processual das Procuradorias de Justiça Criminais

PROCURADORES	Proc. rec.	Proc. dev.	Saldo atual	Hab. Corp.	Apel. crim.	Rec.Se. Est.	Rec.H Corp.	Rec. crim.	Mand. Seg.	Agr. inst.	Ape. Cível	Remessa	Ação. Resc.	Outros
1ª PROCURADORIA CRIMINAL														
Eduardo Jorge Hiluy Nicolau	578	580	0	162	290	29	0	0	0	0	0	0	0	97
Maria dos Remédios Figueiredo Serra	757	731	26	188	371	71	0	0	0	0	0	0	0	127
Selene Coelho de Lacerda	470	470	0	147	226	29	0	0	0	0	0	0	0	68
Suamy Vivekananda Meireles*	-	-	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
SUB TOTAL	1805	1781	26	497	887	129	0	0	0	0	0	0	0	292
2ª PROCURADORIA CRIMINAL														
Krishnamurti Lopes França	435	435	0	130	198	32	0	0	0	0	0	0	0	75
Lígia Maria da Silva Cavalcanti	485	485	0	138	241	41	0	0	0	0	0	0	0	65
Regina Lúcia de Almeida Rocha	184	184	0	52	79	14	0	0	0	0	0	0	0	39
Regina Maria Costa Leite	619	620	0	198	281	39	0	0	0	0	0	0	0	101
SUB TOTAL	1723	1724	0	518	799	126	0	0	0	0	0	0	0	280
3ª PROCURADORIA CRIMINAL														
Flávia Teresa de Viveiros Vieira	426	426	0	147	187	36	0	0	0	0	0	0	0	56
Maria Luíza Ribeiro Martins	434	434	0	161	186	29	0	0	0	0	0	0	0	58
Maria de Fátima R. Travassos Cordeiro	678	671	7	216	319	42	0	0	0	0	0	0	0	101
Rita de Cassia Maia Baptista Moreira	476	476	0	144	237	27	0	0	0	0	0	0	0	68
SUB TOTAL	2014	2007	7	668	929	134	0	0	0	0	0	0	0	283
TOTAL GERAL CRIMINAL	5.542	5.512	14	1.683	2615	389	0	0	0	0	0	0	0	855

Fonte: CGMP/PGJ, 2016.

Tabela 6 – Atividade Processual das Procuradorias de Justiça Cíveis

PROCURADORES	Proc. rec.	Proc. dev.	Saldo atual	Hab. Corp.	Apel. crim.	Rec.S.e. Est.	Rec.H Corp.	Rec. crim.	Mand. Seg.	Agr. inst.	Ape. Cível	Remessa	Ação. Resc.	Outros
1ª PROCURADORIA CIVEL														
Domingas de Jesus Froz Gomes	718	630	88	0	0	0	0	0	20	114	384	22	0	178
José Antônio Oliveira Bents	975	955	20	0	0	0	0	0	27	166	713	48	0	21
Marco Antônio Anchieta Guerreiro	710	654	56	0	0	0	0	0	22	143	477	34	0	34
Terezinha de Jesus Anchieta Guerreiro	839	796	43	0	0	0	0	0	26	153	574	36	0	47
SUB TOTAL	3242	3035	0	0	0	0	0	0	95	576	2148	140	0	280
2ª PROCURADORIA CIVEL														
Clodenilza Ribeiro Ferreira	846	804	42	0	0	0	0	0	29	101	632	53	0	31
Eduardo Daniel Pereira Filho	1011	994	17	0	0	0	0	0	31	124	756	62	0	38
Raimundo Nonato de Carvalho Filho	823	823	0	0	0	0	0	0	26	109	600	41	0	47
Sandra Lúcia Mendes Alves Elouf	1213	1222	0	0	0	0	0	0	38	125	952	56	0	42
SUB TOTAL	3893	3843	59	0	0	0	0	0	124	459	2940	212	0	158
3ª PROCURADORIA CIVEL														
Ana Lúcia de Melo Moraes	695	677	18	0	0	0	0	0	25	127	463	47	0	33
Iracy Martins Figueiredo	1341	1339	2	0	0	0	0	0	47	263	916	70	0	45
Mariléa Campos dos Santos Costa	1055	1055	0	0	0	0	0	0	27	155	642	42	0	189
Themis Maria Pacheco de Carvalho	1726	1715	11	0	0	0	0	0	54	313	1216	89	0	51
TOTAL	4817	4786	31	0	0	0	0	0	153	858	3237	248	0	318
4ª PROCURADORIA CIVEL														
Carlos Jorge Avelar Silva	1517	1549	0	0	0	0	0	0	43	300	1027	81	0	66
Francisco das Chagas Barros de Sousa	736	722	14	0	0	0	0	0	22	152	503	38	0	21
José Henrique Marques Moreira	1615	1683	0	0	0	0	0	0	38	253	1047	51	0	226
Paulo Roberto Saldanha Ribeiro	918	889	29	0	0	0	0	0	28	141	683	36	0	30
SUB TOTAL	4786	4843	43	0	0	0	0	0	131	846	3260	206	0	343
5ª PROCURADORIA CIVEL														
Joaquim Henrique de Carvalho Lobato	1227	1217	10	0	0	0	0	0	25	170	737	60	0	235
Sâmara Ascar Sauer	1026	1026	0	0	0	0	0	0	26	196	712	54	0	38

Fonte: CGMP/PGJ, 2016.

Tabela 7 – Atividade Processual Tribunal e Recesso Natalino 2016

PROCURADOR GERAL – TRIBUNAL PLENO		RECESSO NATALINO – 2016/2017	
Processos Recebidos	Processos Devolvidos	Processos Recebidos	Processos Devolvidos
2.666	2.462	0	0

Fonte: CGMP/PGJ, 2016.

Tabela 8 – Movimentação Processual Geral do MPMA 2016

TOTAL GERAL DAS PROCURADORIAS CÍVEIS, CRIMINAIS E PROCURADOR-GERAL		
Recebidos	Devolvidos	Saldo
28.697	28.225	472

Fonte: CGMP/PGJ, 2016.

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

As Promotorias de Justiça são Órgãos de Administração do Ministério Público, tendo, como titulares, Promotores de Justiça, auxiliados por servidores e estagiários. Podem ser especializadas, cíveis, criminais, gerais ou cumulativas, auxiliares ou de outra natureza, com atribuições definidas por Ato do Procurador-Geral, aprovado pelo Colégio de Procuradores.

**DADOS ESTATÍSTICOS DA ATUAÇÃO FUNCIONAL
DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA – 2016
RESOLUÇÃO Nº 74/CNMP**

Tabela 9 – Atividade Processual Extrajudicial – IC e PP

EXTRAJUDICIAL - INQUÉRITO CIVIL E PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO											
ASSUNTOS	ESTATÍSTICA				MOVIMENTOS				Audiências Extrajudiciais	Diligências, Requisição De Perícia	Recomendação
	Saldo Anterior	Instaurados	Finalizados	Em Andamento	Petição Inicial	TAC	Arquivamento				
							Sem TAC	Com TAC			
Concurso Público	48	18	1	65	4	0	0	0	0	18	0
Controle Externo da Atividade Policial	16	1	0	17	0	0	0	0	0	0	0
Direito da Criança Adolescente	465	108	73	500	16	0	34	0	22	140	10
Direito do Consumidor	330	72	26	376	8	4	28	2	26	38	4
Direito Eleitoral	20	77	18	79	14	0	22	0	2	106	0
Direito Militar	19	5	1	23	2	0	2	0	0	26	0
Direitos Indígenas	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Domínio Público	120	11	3	128	2	0	6	0	0	76	0
Educação	261	42	45	258	4	2	14	6	24	166	6
Improbidade Administrativa	3507	642	166	3983	56	0	154	6	18	618	4
Licitações	252	76	20	308	10	0	14	2	10	156	0
Meio Ambiente	2204	87	22	2269	18	0	14	4	0	276	6
Minorias Étnicas	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Ordem Urbanística	463	44	15	492	14	0	6	0	2	96	0
Patrimônio Público	575	112	34	653	20	0	30	2	14	264	6
Pessoa Idosa	15	7	0	22	0	0	0	0	0	18	2
Pessoa com Deficiência	235	43	36	242	6	2	14	0	2	764	4
Repasse Verbas Públicas	15	3	0	18	2	0	0	0	0	2	0
Repasse Verbas SUS	4	1	0	5	0	0	0	0	0	0	0
Responsabilidade Civil	38	11	4	45	2	0	2	0	0	58	0
Saúde	685	71	49	707	30	0	24	0	14	146	4
Servidor Público	116	14	4	126	4	0	0	0	0	32	0
Demais Assuntos	1760	305	121	1944	56	6	92	6	14	1128	20

Fonte: CGMP/PGJ, 2016.

Tabela 10 – Atividade Processual Extrajudicial – PA

EXTRAJUDICIAL – PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO												
ASSUNTOS	ESTADÍSTICA				MOVIMENTOS					Audiências Extrajudiciais	Diligências, Requisição De Perícia	Recomendação
	Saldo Anterior	Instaurados	Finalizados	Em Andamento	Petição Inicial	TAC	Arquivamento					
							Sem TAC	Com TAC				
Concurso Público	9	3	1	11	6	0	0	2	2	14	0	
Controle Externo da Atividade Policial	2	3	1	4	0	0	0	0	0	0	0	
Direito da Criança Adolescente	346	155	60	441	4	2	10	0	0	122	8	
Direito do Consumidor	100	39	23	116	2	0	2	0	2	52	6	
Direito Eleitoral	9	67	49	27	6	0	0	0	8	102	0	
Direito Militar	5	4	3	6	4	0	0	0	0	14	4	
Direitos Indígenas	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	
Educação	61	21	18	64	0	2	0	0	8	42	6	
Improbidade Administrativa	410	269	83	596	32	2	12	0	0	90	0	
Meio Ambiente	662	35	14	683	8	2	6	4	0	90	0	
Minorias Étnicas	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	
Ordem Urbanística	125	9	3	131	0	0	0	0	0	34	2	
Patrimônio Público	159	153	20	292	6	2	30	0	8	142	0	
Pessoa Idosa	7	7	1	13	2	0	0	0	0	6	0	
Pessoa com Deficiência	85	10	7	88	4	2	2	0	0	48	0	
Responsabilidade Civil	7	3	2	8	0	0	0	0	0	2	0	
Saúde	260	94	47	307	16	0	2	4	44	276	12	
Servidor Público	26	16	7	35	0	0	0	0	0	36	2	
Demais Assuntos	914	510	123	1301	84	2	8	2	4	366	16	

Fonte: CGMP/PGJ, 2016.

Tabela 11 – Atividade Processual Extrajudicial – PIC

EXTRAJUDICIAL – PROCEDIMENTO INVESTIGATÓRIO DO MP (PEÇAS DE INFORMAÇÃO – PIC)						
ASSUNTOS	ESTATÍSTICA				MOVIMENTO	
	Saldo Anterior	Instaurados	Finalizados	Em Andamento	Denúncias	Arquivamento
Concussão	0	0	0	0	0	0
Corrupção Ativa	5	2	0	7	0	0
Corrupção Passiva	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra a Ordem Tributária	74	11	5	80	0	0
Crimes Contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético	8	15	0	23	8	0
Crimes da Lei de Licitação	32	33	0	65	0	0
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos e Valores	8	1	0	9	0	0
Crimes de Responsabilidade	21	27	0	48	0	0
Crimes praticados por Particular contra Administração em Geral	18	12	0	30	0	0
Peculato	18	9	0	27	0	0
Tráfico de Drogas e Condutas Afins	2	0	0	2	0	0
Trafico de Pessoas e Correlatos	0	0	0	0	0	0
Demais Assuntos	423	484	48	859	30	94

Fonte: CGMP/PGJ, 2016.

Tabela 12 – Atividade Processual Cível

CÍVEL – PROCESSOS CÍVEIS														
ASSUNTOS	ESTATÍSTICA				MOVIMENTOS									
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Petição Inicial	Manifestação Em 1º Grau	Alegações Finais	Réplica A Contestação	Ciência Favorável	Ciência Parcialmente Favorável	Ciência Desfavorável	Recurso	Manifestação Em 2º Grau	Manifestação Em Tribunais Superiores
Agentes Políticos	313	544	1	856	2	390	16	10	28	6	16	78	0	0
Atos Administrativos, exceto Improbidade Administrativa	1055	1805	6	2854	38	1418	62	100	112	16	38	228	0	0
Direito do Consumidor	1459	2454	10	3903	2	324	26	8	14	4	4	12	0	0
Direito Processual Civil e do Trabalho	12978	16272	53	29197	42	7608	40	96	1102	36	64	176	0	0
Ensino Superior, Ensino Fundamental e Médio	8	12	1	19	2	12	0	0	2	0	0	0	0	0
Garantias Constitucionais	57	53	0	110	22	44	0	0	16	0	0	4	0	0
Improbidade Administrativa	709	1285	5	1989	38	1052	58	92	58	10	32	220	0	0
Meio Ambiente	103	78	0	181	6	108	12	18	4	2	2	22	0	0
Militar	168	405	0	573	0	332	0	0	2	0	2	0	0	0
Ordem Urbanística	25	39	0	64	2	86	6	2	0	0	0	8	0	0
Patrimônio Público	1292	991	1	2282	4	734	4	14	30	8	14	10	0	0
Recursos Minerais	0	2	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Responsabilidade da Administração	250	282	0	532	0	58	0	0	4	0	0	0	0	0
Saúde	249	321	6	564	12	302	0	18	26	0	6	16	0	0
Servidor Público Civil	1874	1276	1	3149	6	806	0	2	10	0	10	0	0	0
Sistema Nacional do Desporto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Demais Assuntos	28553	35952	225	64280	78	36972	102	34	7076	202	170	170	0	0

Fonte: CGMP/PGJ, 2016.

Tabela 13 – Atividade Processual Infância e Juventude – Ato Infracional

INFÂNCIA E JUVENTUDE – ATO INFRACIONAL												
ASSUNTOS	ESTATÍSTICA					MOVIMENTOS						
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Remissão Eca	Representação Por Ato Infracional	Requerimento de Medida Protetiva	Ciência Favorável	Ciência Parcialmente Favorável	Ciência Desfavorável	Arquivamento	Audiência de Apresentação de Adolescente Infrator
Contra a Administração da Justiça	8	16	0	24	6	16	0	2	2	0	0	8
Contra a Família	1	1	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0
Contra a Fé Pública	16	19	0	35	8	6	0	2	0	0	2	4
Contra a Honra	59	69	0	128	56	20	0	18	2	0	0	8
Contra Incolumidade Pública	11	37	0	48	6	38	0	4	0	0	0	24
Contra a Inviolabilidade de Domicílio	6	13	0	19	6	4	0	0	0	0	0	2
Contra a Liberdade Pessoal	175	197	2	370	84	96	0	32	2	0	0	64
Contra a Paz Pública	45	93	0	138	14	92	0	14	0	4	0	44
Contra a Propriedade Intelectual	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Contra a Vida	198	256	0	454	0	182	0	44	4	4	0	80
Contra o Patrimônio	1635	2373	7	4001	226	1982	0	430	38	16	12	1200
Contra o Sentimento Religioso e Contra o Respeito aos Mortos	0	2	0	2	0	4	0	2	0	0	0	0
Contra a Dignidade Sexual	86	133	0	219	4	84	0	26	4	6	0	32
Contravenções Penais	51	43	0	94	14	10	0	10	0	0	2	12
Lesões Corporais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Medidas Socioeducativas	616	808	1	1423	2	8	0	120	0	0	0	2
Periclitacão da Vida e da Saúde e Rixa	2	6	0	8	0	2	0	0	0	0	0	4
Previsto na Legislação Extravagante	1020	1161	4	2177	348	662	0	196	12	12	4	364
Demais Assuntos	960	1329	8	2281	276	684	2	180	14	12	12	470

Fonte: CGMP/PGJ, 2016.

Tabela 14 – Atividade Processual Infância e Juventude – Cível

INFÂNCIA E JUVENTUDE – SEÇÃO CÍVEL														
ASSUNTOS	ESTATÍSTICA				MOVIMENTOS									
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Petição Inicial	Manifestação Em 1ª Grau	Alegações Finais	Réplica A Contestação	Ciência Favorável	Ciência Parcialmente Favorável	Ciência Desfavorável	Recurso	Manifestação Em 2ª Grau	Manifestação Em Tribunais Superiores
Alimentos	499	1623	4	2118	24	2006	0	0	150	6	8	2	0	0
Adoção	154	385	1	538	2	518	6	0	150	0	2	0	0	0
Guarda	696	1520	4	2212	16	1786	2	0	488	4	12	4	0	0
Demais Classes	2461	2660	32	5089	32	3722	48	92	888	24	38	100	0	0

Fonte: CGMP/PGJ, 2016.

Tabela 15 – Atividade Processual Criminal - IP

CRIMINAL – INQUÉRITO POLICIAL									
ASSUNTOS	ESTADÍSTICA				MOVIMENTOS				
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Baixa De Inquérito Policial: Com Diligências, Sem Diligências E Diligências	Manifestação	Transações Penais Oferecidas	Promoção De Arquivamento: Arquivamento Com Remessa Ao Poder Judiciário	Denúncias Oferecidas: Denúncias, Escrita; E Oral
Crimes/Contravenção decorrente de Conflito Fundiário Coletivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Agrários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes contra a Administração da Justiça	123	59	0	182	18	52	0	22	34
Crimes contra a Administração Pública	219	127	0	346	34	156	0	22	84
Crimes contra a Dignidade Sexual	460	447	0	907	154	438	0	84	222
Crimes contra a Economia Popular	0	6	0	6	2	4	0	0	2
Crimes contra a Fé Pública	511	351	0	862	220	308	0	66	134
Crimes contra a Honra	252	459	0	711	112	140	0	104	236
Crimes contra Incolumidade Pública	38	47	0	85	18	36	0	6	20
Crimes contra a Ordem Econômica	16	31	0	47	4	16	0	12	4
Crimes contra a Ordem Tributária	69	28	0	97	8	12	0	0	2
Crimes contra a Organização do Trabalho	2	0	0	2	0	0	0	0	0
Crimes contra a Paz Pública	65	137	0	202	78	220	0	26	96
Crimes contra a Propriedade Intelectual	27	12	0	39	4	0	0	12	0
Crimes contra a Vida	897	1534	1	2430	750	1138	0	236	532
Crimes contra as Finanças Públicas	34	68	0	102	16	132	0	8	4
Crimes contras Relações de Consumo	5	3	0	8	2	8	0	0	8
Crimes contra o Meio Ambiente e Patrimônio Genético	27	6	0	33	0	34	0	2	0
Crimes contra o Patrimônio	77	68	0	145	26	130	0	2	12
Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional	661	1095	0	1756	184	1074	0	34	1584
Crimes contra Portadores de Deficiência	1926	1420	0	3346	442	914	0	94	852
Crimes da Lei de Licitação	978	1236	2	2212	488	1020	0	42	1566
Crimes de Abuso de Autoridade	93	127	0	220	14	192	0	10	22
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes de Responsabilidades	0	142	0	142	26	170	0	18	108
Crimes de Tortura	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	125	151	2	274	34	218	0	8	74
Crimes de Trânsito	35	61	0	96	2	46	0	14	28
Crimes do Sistema Nacional de Armas	0	1	0	1	2	0	0	0	2
Crimes Eleitorais	1574	2435	3	4006	710	1784	2	218	1842
Crimes Falimentares	1	5	0	6	0	4	0	0	0
Crimes Militares	179	595	3	771	118	436	2	26	386
Crimes praticados contra Índios e Cultura Indígena	3916	7509	4	11421	1636	6866	4	1142	3646
Crimes previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente	34	68	0	102	16	132	0	8	4
Crimes previsto no Estatuto do Idoso	5	3	0	8	2	8	0	0	8
Crimes resultantes de Preconceitos de Raça ou Cor	27	6	0	33	0	34	0	2	0
Lesão Corporal	77	68	0	145	26	130	0	2	12
Parcelamento do Solo Urbano	661	1095	0	1756	184	1074	0	34	1584
Violência Doméstica contra a Mulher	1926	1420	0	3346	442	914	0	94	852
Demais Assuntos	978	1236	2	2212	488	1020	0	42	1566

Fonte: CGMP/PGJ, 2016.

Tabela 16 – Atividade Processual Criminal – TC

CRIMINAL – TERMOS CIRCUNSTANCIADOS								
ASSUNTOS	ESTATÍSTICA				MOVIMENTOS			
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Manifestação	Transações Penais Oferecidas	Promoção de Arquivamento: Arquivamento Com Remessa Ao Poder Judiciário	Denúncias Oferecidas: Denúncias, Escrita; e Oral
Crimes/contravenção decorrente de Conflito Fundiário Coletivo	0	1	1	0	2	0	0	0
Crimes Agrários	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes contra a Administração da Justiça	152	137	0	289	142	4	0	50
Crimes contra a Administração Pública	802	721	1	1522	734	28	20	172
Crimes contra a Dignidade Sexual	41	19	0	60	16	2	0	6
Crimes contra a Economia Popular	18	3	0	21	2	0	0	0
Crimes contra a Fé Pública	30	12	0	42	16	0	0	8
Crimes contra a Honra	1058	996	11	2043	592	30	4	42
Crimes contra Incolumidade Pública	13	33	1	45	30	0	0	4
Crimes contra a Ordem Econômica	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes contra a Ordem Tributária	0	1	0	1	2	0	0	0
Crimes contra a Organização do Trabalho	0	9	0	9	10	2	0	4
Crimes contra a Paz Pública	5	9	0	14	10	0	0	2
Crimes contra a Propriedade Intelectual	2	1	0	3	2	0	0	0
Crimes contra a Vida	4	2	0	6	2	0	0	0
Crimes contra as Finanças Públicas	0	1	0	1	0	0	0	0
Crimes contras Relações de Consumo	21	12	0	33	20	0	2	2
Crimes contra o Meio Ambiente e Patrimônio Genético	240	148	0	388	186	16	12	22
Crimes contra o Patrimônio	398	399	0	797	388	8	14	56
Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional	0	1	0	1	6	0	0	0
Crimes contra Portadores de Deficiência	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes da Lei de Licitação	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes de Abuso de Autoridade	65	72	0	137	68	0	6	12
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes de Responsabilidades	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes de Tortura	5	1	0	6	4	0	0	0
Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	193	217	0	410	182	8	0	46
Crimes de Trânsito	895	859	3	1751	680	44	10	134
Crimes do Sistema Nacional de Armas	16	7	0	23	0	0	0	0
Crimes eleitorais	12	27	0	39	24	0	0	4
Crimes Falimentares	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Militares	0	16	0	16	2	0	2	0
Crimes praticados contra Índios e Cultura Indígena	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes previsto no estatuto da Criança e Do Adolescente	20	4	0	24	8	0	0	2
Crimes previsto no estatuto do Idoso	34	17	2	49	18	0	0	0
Crimes resultantes de Preconceitos de Raça ou Cor	0	1	0	1	0	0	0	0
Lesão Corporal	1104	1109	3	2210	994	64	18	206
Parcelamento do Solo Urbano	0	0	0	0	0	0	0	0
Violência Doméstica contra a Mulher	6	5	0	11	4	0	0	0
Demais Assuntos	3112	3243	3	6352	2802	156	66	598

Fonte: CGMP/PGJ, 2016.

Tabela 17 – Atividade Processual Criminal

CRIMINAL – PROCESSOS CRIMINAIS														
ASSUNTOS	ESTADÍSTICA						MOVIMENTOS							
	Saldo Anterior	Recebidos	devolvidos	Em Andamento	Manifestação	Alegações Finais	Requerimento de Medida Protetiva	Proposta de Suspensão Condicional Do Processo	Ciência Favorável	Ciência Parcialmente Favorável	Ciência desfavorável	Recurso	Manifestação Em 2º Grau	Manifestação Em Tribunais Superiores
Crimes/Contravenção decorrente de Conflito Fundiário Coletivo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Agrários	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes contra a Administração da Justiça	73	64	0	137	70	14	0	0	20	0	2	6	0	0
Crimes contra a Administração Pública	303	325	6	622	288	84	0	0	50	6	4	50	0	0
Crimes contra a Dignidade Sexual	604	915	0	1519	680	292	0	0	130	20	28	192	0	0
Crimes contra a Economia Popular	4	3	0	7	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes contra a Fé Pública	230	296	0	526	324	128	0	4	72	4	8	28	0	0
Crimes contra a Honra	258	396	18	636	308	66	0	0	30	2	12	16	0	0
Crimes contra incolumidade Pública	37	68	1	104	78	26	0	0	8	0	4	8	0	0
Crimes contra a Ordem Econômica	49	48	0	97	92	10	0	0	0	0	4	0	0	0
Crimes contra a Ordem Tributária	67	60	0	127	58	18	0	0	6	2	2	8	0	0
Crimes contra a Organização do Trabalho	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes contra a Paz Pública	222	363	3	582	430	162	0	0	82	18	8	108	0	0
Crimes Contra a Propriedade Intelectual	36	17	0	53	2	2	0	0	4	0	0	0	0	0
Crimes contra a Vida	2218	2825	7	5036	2690	666	0	2	76	2	38	654	0	0
Crimes contra as Finanças Públicas	4	0	0	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes contra as Relações de Consumo	41	34	0	75	50	14	0	0	0	0	2	0	0	0
Crimes contra o Meio Ambiente e Patrimônio Genético	237	186	0	423	182	42	0	0	2	2	2	18	0	0
Crimes contra o Patrimônio	5102	6221	10	11313	5176	2498	0	40	1802	148	178	1466	0	0
Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional	2	1	0	3	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Contra Portadores de Deficiência	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes da Lei de Licitação	68	102	0	170	48	30	0	0	4	6	2	20	0	0
Crimes de Abuso de Autoridade	16	42	0	58	26	4	0	0	8	0	0	0	0	0
Crimes de Lavagem ou Ocultação de Bens, Direitos ou Valores	3	4	0	7	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes de Responsabilidades	82	109	0	191	50	22	0	0	2	6	0	10	0	0
Crimes de Tortura	31	43	1	73	42	8	0	0	0	2	4	10	0	0
Crimes de Tráfico Ilícito e Uso Indevido de Drogas	2062	2460	6	4516	1438	1206	0	0	502	106	100	520	0	0
Crimes de Trânsito	814	875	1	1688	834	182	0	46	138	10	8	56	0	0
Crimes do Sistema Nacional de Armas	1226	1676	5	2897	1190	800	0	14	590	34	40	338	0	0
Crimes Eleitorais	150	116	1	265	128	40	0	2	2	0	0	8	0	0
Crimes Falimentares	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes Militares	5	171	0	176	220	62	0	0	14	0	2	22	0	0
Crimes praticados Contra Índios e Cultura Indígena	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Crimes previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente	69	108	0	177	132	60	0	0	32	4	0	28	0	0
Crimes previsto no Estatuto do Idoso	17	37	1	53	42	10	0	0	2	2	6	8	0	0
Crimes Resultantes de Preconceitos de Raça ou Cor	0	2	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Lesão Corporal	1059	1432	2	2489	1032	352	0	6	202	24	54	96	0	0
Parcelamento do Solo Urbano	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Violência Doméstica contra a Mulher	221	419	0	640	214	116	0	0	48	6	22	20	0	0
Demais Assuntos	3529	6048	30	9547	4926	1724	0	24	796	72	172	734	0	0

Fonte: CGMP/PGJ, 2016.

Tabela 18 – Atividade Processual Criminal – Execução Penal

CRIMINAL – EXECUÇÃO PENAL											
ASSUNTOS	ESTATÍSTICA				MOVIMENTOS						
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Manifestação	Ciência Favorável	Ciência Parcialmente Favorável	Ciência Desfavorável	Recurso	Manifestação Em 2ª Grau	Manifestação Em Tribunais Superiores
Anistia	0	1	0	1	2	0	0	0	0	0	0
Comutação de Pena	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Conversão de Pena	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0
Excesso ou Desvio	0	1	0	1	2	0	0	0	0	0	0
Indulto	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Superveniência de Doença Mental	0	1	0	1	0	2	0	0	0	0	0
Transferência entre Estabelecimentos	9	7	2	14	16	0	0	0	0	0	0
Unificação de Penas	1	3	0	4	8	0	0	0	0	0	0
Demais Assuntos	919	1509	4	2424	2722	38	0	2	16	0	0

Fonte: CGMP/PGJ, 2016.

Tabela 19 – Atividade Processual Eleitoral

ASSUNTOS	ELEITORAL													
	ESTATÍSTICA					MOVIMENTOS								
	Saldo Anterior	Recebidos	Devolvidos	Em Andamento	Manifestação	Petição Inicial	Alegações Finais	Réplica A Contestação	Ciência Favorável	Ciência Parcialmente Favorável	Ciência Desfavorável	Recurso	Manifestação Em 2ª Grau	Manifestação Em Tribunais Superiores
Administração da Justiça Eleitoral	5	3	1	7	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0
Alistamento Eleitoral	25	80	1	104	170	0	0	0	24	0	2	6	0	0
Diplomação	2	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Eleições	353	8923	21	9255	13862	34	64	2	1242	10	104	84	0	0
Direitos Políticos	1	1	0	2	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Execução	40	7	0	47	14	0	0	0	2	0	2	0	0	0
Garantias Processuais	0	1	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Partidos Políticos	17	97	0	114	204	0	0	0	18	0	6	6	0	0
Plebiscito	1	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Requerimento	11	98	0	109	178	18	4	0	16	0	4	0	0	0
Demais Assuntos	87	779	37	829	1212	14	4	0	148	40	22	14	0	0

Fonte: CGMP/PGJ, 2016.

Tabela 20 – Atendimento ao Público

ATENDIMENTO AO PÚBLICO	
ATENDIMENTO	
Total Realizado no Período	16408

NOTÍCIA DE FATO	
Total Instaurados no Período	22346

ATIVIDADE NÃO PROCEDIMENTAL	TOTAL
Audiência Pública Participante	102
Participação em Grupo de Trabalho/Comissões	38
Representação Institucional em Evento	87
Representação Institucional em Órgão Colegiado	0
Representação Institucional em Palestra como Palestrante/Debatedor	43
Representação Institucional em Projeto	11
Reunião	517

Fonte: CGMP/PGJ, 2016.

ASSESSORAMENTO TÉCNICO-JURÍDICO E INSTITUCIONAL

SECRETARIA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

A Secretaria para Assuntos Institucionais tem a missão, dentre outras, de fazer a interlocução da Administração Superior interna (órgãos auxiliares, membros e servidores *latu sensu*) e externamente (demais instituições públicas, entidades parceiras, etc).

Trata-se de Diretoria com amplo espectro de atuação, estando sob sua subordinação duas coordenadorias estratégicas: a Coordenadoria de Comunicação e a Coordenadoria de Documentação e Biblioteca.

O atual diretor integra a comissão executiva da Rede de Controle, com a qual atuou em projetos como os encontros regionais e campanhas contra a corrupção. Integra, ainda, o Comitê Gestor do Fundo Estadual de Defesa dos Direitos Difusos do Maranhão.

Em atuação conjunta com demais órgãos da instituição, participou de comissões de trabalho, como a de Reestruturação dos CAOPs, adequação das Promotorias da Infância, Comissão de Qualidade de Vida, Saúde funcional e Sustentabilidade, Combate à corrupção, Seleção de estagiários e Gestão por competências, realizando diversas atividades:

- Desenvolveu e acompanhou campanhas e projetos do Ministério Público: **“A CIDADE NÃO PODE PARAR”**, **“O MP NA DEFESA DA TRANSPARÊNCIA PÚBLICA”**, **“MARANHÃO CONTRA A CORRUPÇÃO”** e o programa **“INTEGRAR”**, de Sustentabilidade institucional – junto a Assessoria de Controle de Constitucionalidade e Assuntos Institucionais da Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça;
- Coordenou com o CAOp/PROAD os Programas Institucionais voltados para a defesa da transparência nos municípios, bem como do patrimônio público, este último, tendo por base as decisões prolatadas pelo TCE-MA;
- Participou da comissão que realizou o **seletivo para estagiários**, em cinco polos diferentes (Coroatá, Açailândia, Balsas, Caxias e Timon), na mesma data e horário, objetivando a seleção de 191 estagiários - em parceria com a Chefia de Gabinete, Escola Superior do Ministério Público e a Coordenadoria de Gestão de Pessoas;
- Desenvolveu **atividades voltadas ao bem-estar dos servidores**, em datas comemorativas, como: Dia dos Pais, Dia do

- Servidor, Novembro Azul e Outubro Rosa – Seção de Saúde Funcional, além da realização de festa de confraternização de final de ano;
- ➔ Participou ativamente das atividades do Planejamento Estratégico, compondo as duas Comissões de Trabalho (Gestão e Execução);
 - ➔ Representou o MPMA na RAS (Representante da Administração Superior), no Fórum Nacional de Gestão do CNMP, realizado em Brasília/DF;
 - ➔ Participou do Curso de Formação de Tutores na Plataforma EAD, promovido pela ESMP e MPMGO;
 - ➔ Participou como palestrante do Curso de Formação dos Novos Promotores de Justiça, promovido pela ESMP;
 - ➔ Proferiu palestras nas cidades de São Luís e Imperatriz, dentro dos Programas e Campanhas Institucionais, tais como: Memorial e LER, ESCREVER E PENSAR.

Cabe à SECINST a ampliação e monitoramento dos sistemas operacionais, como o **SIMP, DIGIDOC e PJE**.

No segundo semestre de 2016, o **Portal da Transparência** do Ministério Público do Maranhão alcançou grau de excelência na análise feita pelo Conselho Nacional do Ministério Público, ocupando a 11ª posição.

ATUAÇÕES DESTAQUE:

PROGRAMA DE PREVENÇÃO E ENFRENTAMENTO À CORRUPÇÃO



O Programa de Prevenção e Enfrentamento à Corrupção foi instituído pelo Ato nº 480/2016-GPGJ, onde uma comissão permanente foi criada com o objetivo de estudar e implementar programas e ações sobre a temática.

Ademais, relevantes ações de combate à corrupção foram realizadas através da Rede de Controle da Gestão Pública do Maranhão, da qual o Ministério Público é integrante.



Dentre elas, destacam-se os Seminários Regionais Acadêmicos nos municípios de Imperatriz, Caxias, Pedreiras e Bacabal, bem como a campanha em alusão ao **Dia Internacional de Combate à Corrupção**, através de mobilização pública na Praça Deodoro e da parceria com a **CEMAR** e **CAEMA** (inserção de frase temática nas contas de luz e água).

A CIDADE NÃO PODE PARAR: CAMPANHA PELA TRANSIÇÃO MUNICIPAL TRANSPARENTE



Outra relevante campanha de combate à corrupção desenvolvida no ano de 2016 foi “**A Cidade não pode parar: campanha pela transição municipal transparente**”, que tem por objetivo garantir que o gestor público em final de mandato adote postura republicana, transmitindo ao sucessor as informações e condições

imprescindíveis ao início da nova gestão.

As ações da campanha foram desenvolvidas pelas Promotorias de Justiça de todo o Estado, tendo suas ações registradas na página online da campanha, possibilitando que a população tivesse acesso às informações.



PROJETO DE GESTÃO AMBIENTAL INTEGRAR



análise detalhada do consumo de energia, água, descartáveis e demais itens de cada unidade, propiciando, assim, um eficiente controle e conscientização de redução de consumo para o alcance das metas traçadas. No dia do lançamento foi realizada uma feira com produtos recicláveis no Espaço Márcia Sandes, contando com vários parceiros.

Para a promoção da qualidade de vida no trabalho algumas atividades foram realizadas: reativação do

Coral do MPMA, comemoração de datas relevantes, como:

O Programa de Sustentabilidade Institucional, instituído pelo Ato Regulamentar nº 019/2016-GPGJ, denominado **INTEGRAR**, visa promover uma Política Institucional de Práticas Sustentáveis e Qualidade de Vida.

Com o lançamento do Programa, foi realizado o diagnóstico ambiental do MPMA, permitindo uma



Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia do Servidor (palestras motivacionais, reconhecimento de servidores de destaque, serviços estéticos etc.); **Outubro rosa** (prevenção ao câncer de mama, palestras de esclarecimento, distribuição de brindes e parceria com Hospital São Domingos e Aldenora Belo); **Novembro azul** (prevenção ao câncer de próstata, palestras de conscientização à saúde física, mental e emocional,

realização de exames para medição de glicemia, pressão arterial, sessões de ginástica laboral, acupuntura, massagem e vacinação etc).

CAFÉ COM PGJ



O “Café com o PGJ” trata-se de uma medida inovadora, utilizada como ferramenta de gestão democrática em que o Procurador-Geral visita os setores da Procuradoria Geral de Justiça e as comarcas do interior para tomar um café, inspirando uma conversa informal entre amigos, discutindo problemas e buscando soluções.

Desta forma, os servidores podem ter acesso e conversar abertamente com o PGJ que, por sua vez, tem a oportunidade de perceber os problemas sob um ângulo diferente, abrindo assim mais um canal de comunicação dentro da instituição e reforçando a gestão democrática.

PRÊMIO DE JORNALISMO

Em 2016 foi instituído o **Prêmio de Jornalismo do MPMA**, que visa prestigiar e estimular matérias jornalísticas sobre a atuação do Ministério Público do Estado do Maranhão, contribuindo para o melhor entendimento pela sociedade e pelo poder público, da relevância das atividades e da função social da Instituição.

AMPLIAÇÃO DA ATUAÇÃO DO MPMA NAS REDES SOCIAIS

O ano de 2016 marcou a participação do Ministério Público do Estado do Maranhão nas redes sociais. A instituição já tem uma página no *Facebook*, no *Twitter* e no *Instagram*. O objetivo é manter o cidadão cada vez mais próximo da instituição.

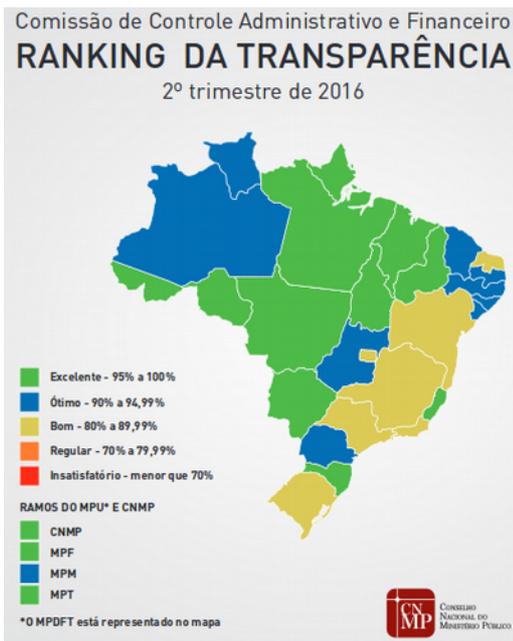
FÓRUM VIRTUAL

Foi criado no ambiente da intranet para possibilitar a discussão de temas relevantes por parte dos membros da Instituição.

DISPONIBILIZAÇÃO DAS DECISÕES SOBRE CONFLITOS DE ATRIBUIÇÃO

O Ato Regulamentar nº 09, de 17 de junho de 2016, dispôs sobre a publicação das decisões proferidas nos conflitos de atribuição entre membros do Ministério Público do Maranhão, a fim de possibilitar o acesso dos membros e servidores da instituição. As matérias estão disponíveis na intranet da instituição, no **portal setorial da Secinst**.

GERENCIAMENTO DO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA DO MPMA



Com o gerenciamento rigoroso do Portal da Transparência do MPMA, durante todo o ano de 2016, através de constante diálogo com os setores responsáveis por atualizar as informações no Portal, o Ministério Público foi classificado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) como um dos mais transparentes do país. Na avaliação, relativa ao segundo trimestre de 2016, o **MPMA foi classificado como excelente, com índice de transparência de 95,27%**, correspondendo ao grupo de unidades mais transparentes do Ministério Público brasileiro.

SISTEMAS INFORMATIZADOS

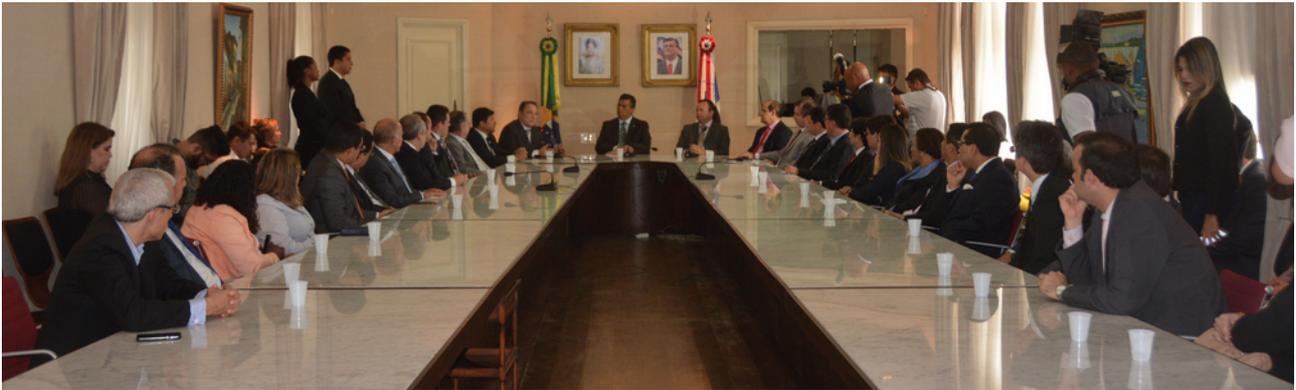


A Secinst promoveu suporte para a expansão dos Sistemas **SIMP e PJE**. Atualmente o **SIMP** está implantado nas Promotorias de Justiça das comarcas de São Luís, Açailândia, Araiões, Bacabal, Bom Jardim, Buriti Bravo, Cândido Mendes, Cantanhede, Carolina, Carutapera, Caxias, Chapadinha, Codó, Colinas, Estreito, Icatu, Imperatriz, João Lisboa, Matinha, Morros, Paço do Lumiar, Penalva, Pindaré, Porto Franco, Raposa, Riachão, Rosário, Santa Inês, Santa Luzia do Tide, Santa Quitéria, Santa Rita, São Bernardo, São José de Ribamar, São Raimundo das

Mangabeiras, Senador La Roque, Timon, Tutoia, Vargem Grande, Viana e Zé Doca.

O **PJE**, por sua vez, está presente nos municípios de Itapecuru-Mirim, Timon, Balsas, Vitorino Freire, Grajaú, Codó, Coroatá, Açailândia, João Lisboa, Imperatriz, Caxias, São José de Ribamar, Paço do Lumiar, Raposa e São Luís. Também foram realizados treinamentos para utilização do Sistema **DIGIDOC**, com implantação prevista para janeiro de 2017.

AUXÍLIO NA CELEBRAÇÃO DE PARCERIAS



Termos de cooperação técnica que foram celebrados entre o Ministério Público do Estado do Maranhão e demais órgãos:

- Conselho Regional de Medicina do Estado do Maranhão;
- Superintendência de Polícia Rodoviária Federal;
- Conselho Regional de Odontologia;
- Ministério Público Federal;
- Sociedade Maranhense de Ensino Superior LTDA – SOMAR;
- Ministério Público do Estado do Piauí;
- Faculdade Católica Dom Orione;
- Conselho Regional de Medicina Veterinária do Estado do Maranhão;
- Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, por meio da Secretaria de Gestão, da Escola Nacional de Administração Pública, e o Conselho Nacional do Ministério Público;
- Secretaria de Segurança Pública do Estado do Maranhão, a Prefeitura Municipal de São Luís/MA, a Câmara Municipal de São Luís/MA, o Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos – IMESC e o Ministério Público do Estado do Maranhão;
- Convênio Institucional firmado entre o Poder Executivo, o Poder Judiciário e Ministério Público do Estado do Maranhão.

ASSESSORIA ESPECIAL DO PROCURADOR-GERAL

Incumbe à Assessoria Especial do Procurador-Geral de Justiça auxiliá-lo no desempenho de suas atribuições, cabendo a chefia desta necessariamente a um membro da instituição. Foram emitidos pareceres em 1.587 processos e interpostas 128 ações.

Tabela 21 – Ações Interpostas em 2016

INTERPOSIÇÕES 2016	QTD.
Denúncias	43
ADIN	4
Recurso Especial	8
Recurso Extraordinário	3
Ação Civil (perda de cargo)	1
Alegações Finais	2
Agravo de Instrumento	1
Agravo Interno	20
Agravo em Recurso Especial	2
Agravo Regimental	4
Embargos de Declaração	11
Representação para intervenção no Município	1
Recurso Administrativo	1
Recurso Ordinário	1
Reclamação Constitucional (STF)	1
Mandado de Segurança	3
Contrarrazões	20
Ação Civil Pública de Improbidade Administrativa	2
TOTAL	128

Fonte: ASSESP/PGJ, 2016.

Tabela 22 – Manifestações em Processos Judiciais em 2016

MANIFESTAÇÕES EM PROCESSOS JUDICIAIS	TOTAL
Precatórios	1346
Mandado de Segurança	80
Ação Direta de Inconstitucionalidade	9
Embargos de Declaração	12
Procedimento Investigatório do MP (peças de Informação)	29
Ação Penal	21
Restituição de Coisas Apreendidas	3
Habeas Corpus	4
Procedimento Administrativo Disciplinar	1
Recurso Extraordinário	2
Inquérito Policial	8

Recurso Especial	5
Reclamação	2
Exceção de Suspeição	2
Pedido de Quebra de Sigilo de Dados e/ou Telefônico	1
Agravo Regimental	7
Agravo de Instrumento em Recurso Extraordinário	1
Suspensão de Liminar	14
Conflito de Competência	3
Termo Circunstanciado	2
Representação Criminal/Notícia de Crime	3
Suspensão de Execução de Sentença	1
Agravo de Instrumento em Recurso Especial	4
Execução contra a Fazenda Pública	1
Execução de Título Extrajudicial	1
Conflito de Jurisdição	2
Cautelar Inominada Criminal	4
Intervenção Federal	1
Autos de Prisão em Flagrante	1
Revogação de Prisão	1
Pedido de Busca e Apreensão	3
Medidas Protetivas (LMDP)	1
Ação Rescisória	1
Procedimento Ordinário	1
Incidente de Uniformização de Jurisprudência	1
Intervenção em Município	2
Agravo Interno	7
Total	1.587

Fonte: ASSESP/PGJ, 2016.

ASSESSORIA DE AUDITORIA INTERNA

A Assessoria de Auditoria Interna ao longo do exercício de 2016 ratifica o compromisso em cumprir as atribuições precípuas atinentes à avaliação dos mecanismos de controle e à necessária e adequada sustentação do processo decisório pela Administração Superior, por meio das informações técnicas pertinentes às competências desta Assessoria, bem como das recomendações consignadas nos relatórios de auditoria, visando ao fortalecimento institucional.

Principais atividades desenvolvidas:

Na busca pelo aprimoramento dos mecanismos de controle interno e pelo fortalecimento institucional, realizou atividades tanto de **auditoria** como de **acompanhamento da implementação de recomendações**, envolvendo procedimentos de análises documentais, reuniões técnicas, exames dos registros, avaliações, diligências e comprovações metodologicamente estruturados, pelos quais foram avaliadas a integridade, adequação, eficácia, eficiência e economicidade dos atos e fatos de gestão nas áreas de:

- Folha de Pagamento;
- Licitações e Contratos Administrativos (Contratação Direta);
- Gestão Patrimonial (Bens de Consumo, Bens Permanentes e Imóveis);
- Gestão de Pessoas (Ingressos de Membros e Servidores Ocorridos em 2015);
- Administrativa (Portal da Transparência, Diárias e Passagens Aéreas).

Tais atividades resultaram na elaboração dos respectivos relatórios, encaminhados à Administração Superior para que, a partir dos pontos de fragilidade detectados, fossem implementadas as recomendações julgadas cabíveis para os devidos melhoramentos ou saneamentos.

- | | |
|---|--|
| 1) Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – Exercício 2015; | recomendações contidas do Relatório de Auditoria Interna nº04/2015. |
| 2) Relatório de Auditoria Interna nº. 01/2016 – Área: Administrativa, Foco: Portal da Transparência (instrumento destinado a aperfeiçoar a transparência da gestão administrativa e da execução orçamentária e financeira, aprimorando, assim, o controle social pelos administrados), voltado ao 1º. acompanhamento da implementação das | 3) Relatório de Auditoria Interna nº. 02/2016 – Área: Gestão Patrimonial, referente às Inspeções in loco nos Almoxarifados para exames dos atos relativos à gestão patrimonial dos bens de consumo, com o propósito de avaliar os níveis de segurança e de confiabilidade dos controles exercidos. |

- 4) Relatório de Auditoria Interna nº. 03/2016 – Área: Gestão Patrimonial, Foco: Bens Permanentes (contido no PA nº. 7302AD/2016), produto dos trabalhos de auditoria realizados para verificar a legalidade e a correção dos procedimentos e registros afins, conforme disposto na normatização pertinente à matéria. Administrativo nº. 8818AD/2016. O escopo da citada auditoria foi a Gestão Patrimonial dos Bens Imóveis que compõem o acervo deste Órgão Ministerial, especificamente no que tange à adequação dos mecanismos de gestão e controle adotados pelas unidades administrativas que possuem tal incumbência, com destaque para as Coordenadorias de Administração e de Obras, Engenharia e Arquitetura.
- 5) Relatório de Auditoria Interna nº. 04/2016 – Área: Licitações e Contratos Administrativos, Foco: Contratação Direta destinaram-se à análise dos procedimentos adotados para contratação de fornecimento de bens ou execução de obras e serviços pela via da contratação direta, ou seja, nos casos de licitação dispensada, dispensável ou inexigível, no exercício de 2015, no âmbito deste Ministério Público Estadual.
- 6) Relatório de Auditoria Interna nº. 05/2016 – Área: Gestão Patrimonial, Foco: Bens Imóveis, contido nos autos do Processo
- 7) Relatório de Auditoria Interna nº. 06/2016 – Área: Gestão de Pessoas, Foco: Ingressos de Membros e Servidores Ocorridos em 2015 destinou-se à verificação da observância, nos atos administrativos praticados – notadamente no contexto dos ingressos de Membros e Servidores em 2015 – tanto dos princípios constitucionais, da legislação e das regulamentações aplicáveis, como das orientações emanadas dos órgãos de controle.

Os trabalhos abrangeram o percentual de aproximadamente 26,5% (vinte e seis e meio por cento) do total dos ingressos ocorridos em 2015, conforme a situação funcional dos respectivos titulares (membro do Ministério Público, servidor efetivo, servidor exclusivamente comissionado e servidor requisitado).

1. Relatório de Auditoria Interna nº. 07/2016 – Área: Folha de Pagamento, Foco: Servidores, análise dos atos administrativos praticados no contexto das implantações das verbas ocorridas no período de janeiro a setembro/2016, relativamente aos servidores deste Ministério Público, abrangendo o quantitativo de 120 (cento e vinte) prontuários, abrangendo os servidores efetivos (Analistas Ministeriais, Técnicos Ministeriais e Auxiliares Ministeriais), Exclusivamente Comissionados e os Requisitados.
2. Relatório de Auditoria Interna nº. 08/2016 – Área: Administrativa, Foco: Diárias, verificação do cumprimento da normatização

atinente à concessão e ao pagamento de diárias a membros e servidores, destinadas ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, quando do deslocamento para fora da sede, em estrita necessidade de serviço, assim como das diárias para Promotor de Justiça designado para responder, fora de sua sede, pelas atribuições de outro membro.

3. Relatório de Auditoria Interna nº. 09/2016 – Área: Administrativa, Foco: Passagens Aéreas, gestão das aquisições de passagens aéreas para membros e servidores deste Órgão, com vistas à verificação da observância, nos atos administrativos praticados, tanto dos princípios constitucionais como da legislação e das regulamentações aplicáveis.

As atividades de auditoria abrangeram aproximadamente 24% (vinte e quatro por cento) do universo de processos administrativos com tal objeto, conforme informações e listagens emitidas pela Chefia de Cerimonial.

1. Acompanhamento da implementação das recomendações contidas no Relatório de Auditoria Interna nº. 02/2016 (Área: Gestão Patrimonial, Foco: Inspeções in loco nos Almojarifados – Material de Consumo).
2. Acompanhamento da implementação das recomendações contidas no Relatório de Auditoria Interna nº. 03/2016 (Área: Gestão Patrimonial, Foco: Bens Permanentes).
3. Participação nas atividades de elaboração e de desdobramento do Planejamento Estratégico 2016-2021, como integrantes das Comissões Executiva e de Gestão do Planejamento Estratégico (CEPEI e CGPE).
4. Emissão de uma Nota de Auditoria ao Excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça, considerando as evidências colhidas durante o desenvolvimento dos trabalhos de auditoria nos atos praticados no âmbito da Coordenadoria de Folha de Pagamento.
5. Participação nos estudos e atividades pertinentes à revisão e aperfeiçoamento do Ato Regulamentar nº. 020/2008-GPGJ (Regimento Interno desta Procuradoria), com a produção da respectiva minuta, considerando a designação pela Portaria nº. 7276/2015-GPGJ para formação de comissão objetivando adequar as atividades de Controle Interno desenvolvidas no âmbito deste Ministério Público à determinação do Conselho Nacional do Ministério Público.
6. Prestação de orientações e esclarecimentos a diversas unidades administrativas desta Procuradoria Geral de Justiça, acerca das constatações e recomendações registradas nos relatórios de auditoria interna já emitidos;

7. Expedição de 103 (cento e três) memorandos sobre variados assuntos, tais como solicitações à Administração Superior, encaminhamento de documentos e relatórios e realização de diligências junto aos setores competentes visando subsidiar os trabalhos de auditoria;

8. **Capacitação**, por meio da participação nos cursos abaixo elencados:

- | | |
|---|---|
| a) Processos de Aposentadoria; | d) SIAFEM: Em consonância com o Novo Plano de Contas da Administração Pública e a Lei de Responsabilidade Fiscal; |
| b) Contabilidade Pública; | e) Gestão por Competência; |
| c) Análise e Interpretação de Balancetes e Balanços e Elaboração de Notas Explicativas: Aspectos Gerais e Específicos de Acordo com o MCASP da STN; | f) Administração Financeira e Orçamentária; |
| | g) Treinamento CNMP – Tabelas Administrativas. |

ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO

Em 2016, em decorrência de uma determinação acerca da adequação das atribuições desta Assessoria de Controle Interno, constante no Relatório Conclusivo de Inspeção do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), publicado no final de 2015, a Administração Superior decidiu reorganizar os setores de **Controle Interno e Auditoria Interna**, de modo a atender o princípio da segregação de função e a legislação vigente.

Dessa forma, na estrutura administrativa da PGJ/MA passa a existir os setores de **Assessoria Técnica da Administração e Assessoria de Controle Interno e Auditoria** em substituição, respectivamente, à Assessoria de Controle Interno e Assessoria de Auditoria.

Portanto, a presente Unidade Administrativa, por força da Lei nº 10.539, de 14 de dezembro de 2016, passa a se chamar **Assessoria Técnica da Administração**, continuando, em suma, com a atribuição de fazer a análise técnica prévia dos procedimentos administrativos a seu cargo, resguardando a Administração Superior para a tomada de decisões.

Dando cumprimento ao inciso II, artigo 91, do **ATO REGULAMENTAR nº 020/2008**, que dispõe sobre o Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça, no exercício de 2016, foram emitidas por esta Assessoria de Controle Interno manifestações sobre os mais variados objetos:

1. Prestação de contas dos recursos recebidos a título de suprimento de fundos (adiantamento);
2. Abono de permanência;
3. Aditivos / reajustes contratuais;
4. Empenho de despesas e pagamento a fornecedores;
5. Locação de imóveis;
6. Licitação (fase inicial / dispensa / inexigibilidade / adesão de ata de registro de preço);
7. Solicitação de gratificações, auxílios e adicionais a membros e a servidores efetivos e à disposição;
8. Incorporação/averbação de tempo de contribuição previdenciária e/ou de serviço;
9. Requisição de servidores;
10. Verbas indenizatórias;
11. Ajuda de custo; entre outros.

No aspecto quantitativo, emitimos **1.633 (mil seiscentos e trinta e três)** manifestações durante o exercício de 2016, conforme podemos observar na tabela a seguir:

Tabela 23: Número de Manifestações/Pareceres discriminados por assunto e divididos por trimestre/2016.

ASSUNTO	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
Abono de Permanência	6	3	0	0	9
Adesão SRG	1	5	1	8	15
Aditivo contratual	10	7	10	13	40
Ajuda de custo	1	0	2	2	5
Aposentadoria	1	1	1	0	3
Auxílio Moradia	1	0	0	0	1
Dispensa de Licitação	2	2	2	4	10
Fase Interna de Licitação	24	6	23	20	73
Incorporação/Averbação Tempo de Serviço	4	3	1	3	11
Inexigibilidade de Licitação	3	1	6	8	18
Locação de Imóvel	3	0	5	26	34
Outros	8	9	11	7	35
Pagamento de Obras, Materiais e Serviços	101	165	140	220	626
Prestação de Contas de Adiantamento	14	67	71	156	308
Prestação de Contas Mensal do FEMPE	3	3	2	5	13
Reajuste e Repactuação Contratual	6	32	1	13	52
Solicitação de Empenhos	40	25	53	70	188
Verbas Indenizatórias	56	22	54	60	192
TOTAL	284	351	383	615	1.633

Fonte: ACI/PGJ, 2016.

A tabela acima fornece uma ideia mais ampla a respeito das nossas manifestações ao longo do ano de 2016, as quais estão distribuídas em grupos como Execução Orçamentária, Gestão de Pessoas, Licitação e Outros:

Tabela 24: Número de Manifestações/Pareceres discriminados por grupo e divididos por trimestre/2016.

GRUPO	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
Execução Orçamentária	158	260	266	451	1135
Gestão de Pessoas	69	29	58	65	221
Licitação	49	53	48	92	242
Outros	8	9	11	7	35
TOTAL	284	351	383	615	1.633

Fonte: ACI/PGJ, 2016.

Os resultados demonstrados acima são representados graficamente, como segue, com o auxílio dos gráficos 01 e 02:

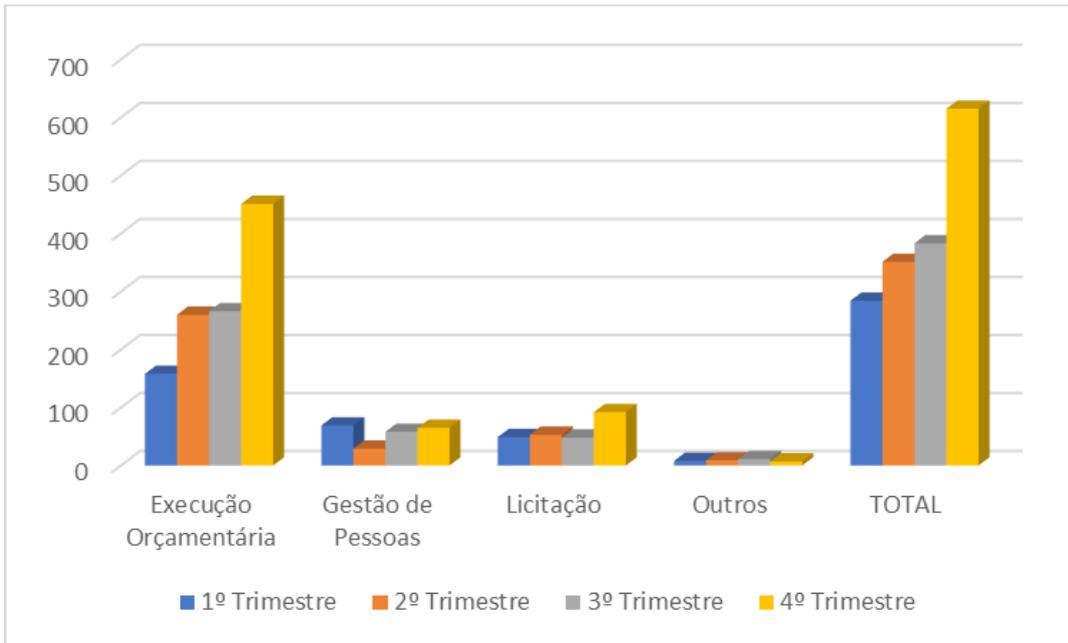


Gráfico 1: Ilustração de Manifestações/Pareceres discriminados por grupo e divididos por trimestre/2016.
Fonte: ACI/PGJ, 2016.

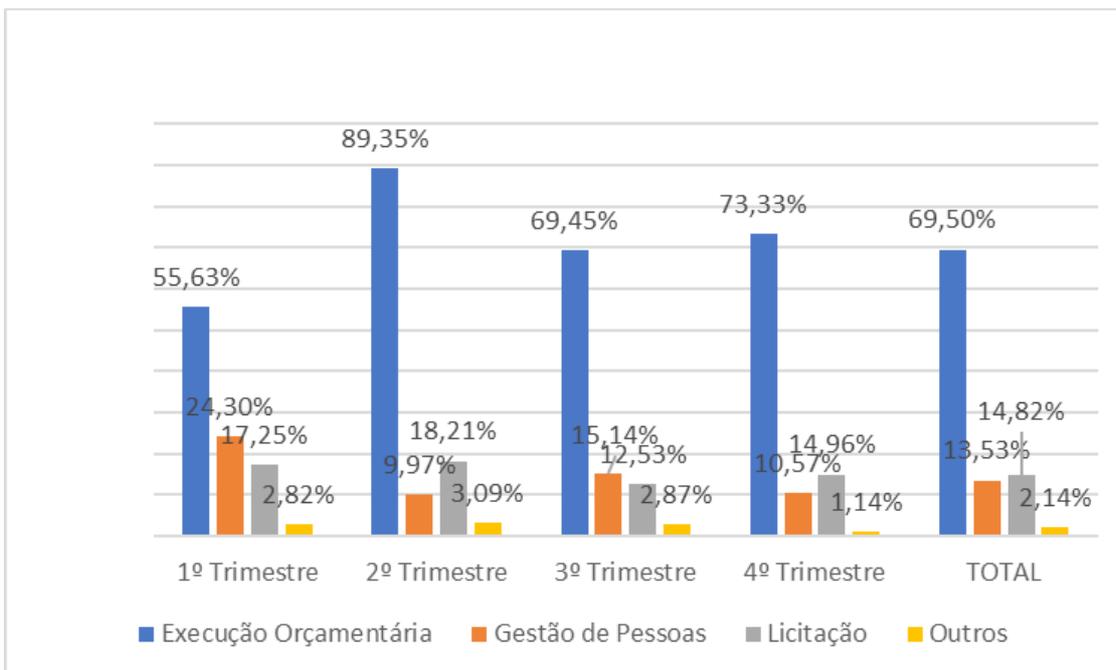


Gráfico 2: Percentual de Manifestações/Pareceres discriminados por grupo e divididos por trimestre/2016.
Fonte: ACI/PGJ, 2016.

Detalhando as manifestações cujo objeto de análise foram processos administrativos relativos à **Gestão de Pessoas**, tivemos:

Tabela 25: Número de Pareceres relativos à Gestão de Pessoas divididos por trimestre/2016.

ASSUNTO	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
Verbas Indenizatórias	56	22	54	60	192
Incorporação/Averbação Tempo de Serviço	4	3	1	3	11
Ajuda de custo / Auxílio Moradia / Aposentadoria / Abono de Permanência	9	4	3	2	18
TOTAL	69	29	58	65	221

Fonte: ACI/PGJ, 2016.

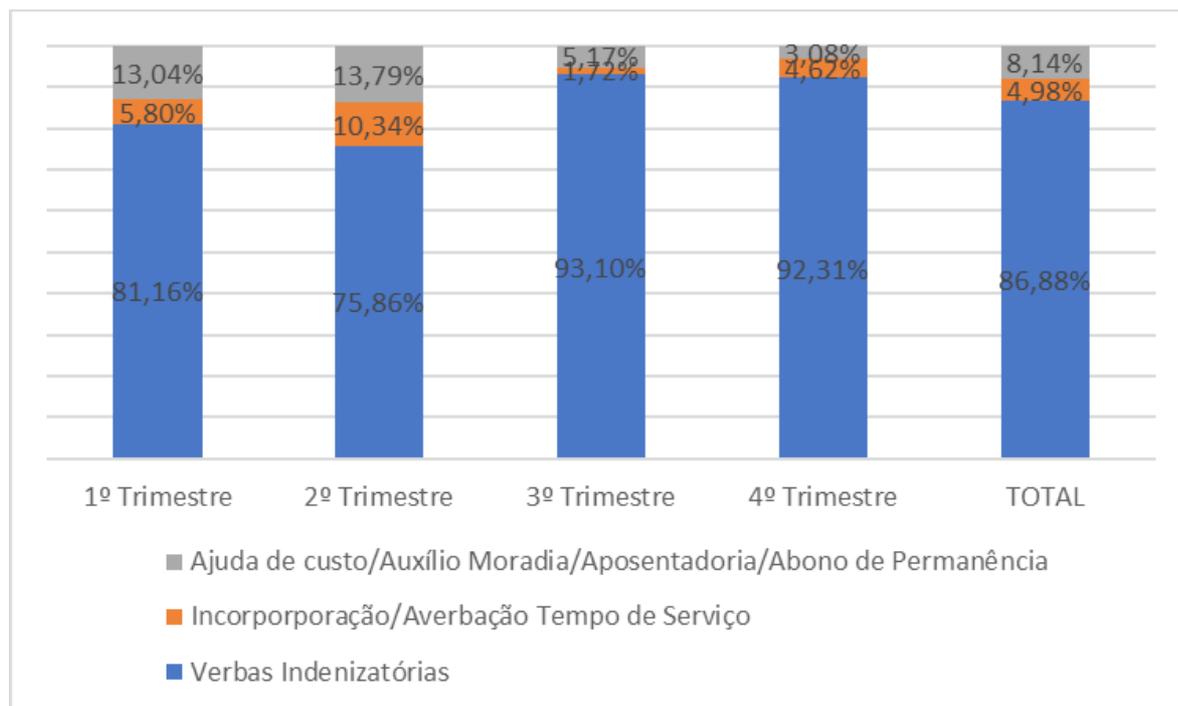


Gráfico 3: Percentual de Manifestações do grupo Gestão de Pessoas e divididos por trimestre/2016.

Fonte: ACI/PGJ, 2016.

A respeito dos processos administrativos relativos à **Licitação**, as análises foram assim distribuídas:

Tabela 26: Número de pareceres relativos à Licitação divididos por trimestre/2016.

ASSUNTO	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
Reajuste e Repactuação Contratual	6	32	1	13	52
Inexigibilidade de Licitação	3	1	6	8	18
Fase Interna de Licitação	24	6	23	20	73
Aditivo contratual	10	7	10	13	40
Locação de Imóvel	3	0	5	26	34
Dispensa de Licitação	2	2	2	4	10
Adesão SRG	1	5	1	8	15
TOTAL	49	53	48	92	242

Fonte: ACI/PGJ, 2016.

Conforme indicado no relatório de atividades do ano anterior, as análises tornaram-se mais céleres, principalmente em virtude das edições dos normativos que disciplinam não só a tramitação dos processos, mas estabelecem os documentos necessários a regular a instrução dos mesmos.

As manifestações acerca da regularidade de processos administrativos relativos à **Execução Orçamentária** assim se apresentaram:

Tabela 27: Número de pareceres relativos à Execução Orçamentária divididos por trimestre/2016.

ASSUNTO	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	TOTAL
Pagamento de Obras, Materiais e Serviços	101	165	140	220	626
Prestação de Contas de Adiantamento	14	67	71	156	308
Solicitação de Empenhos	40	25	53	70	188
Prestação de Contas Mensal do FEMPE	3	3	2	5	13
TOTAL	158	260	266	451	1135

Fonte: ACI/PGJ, 2016.

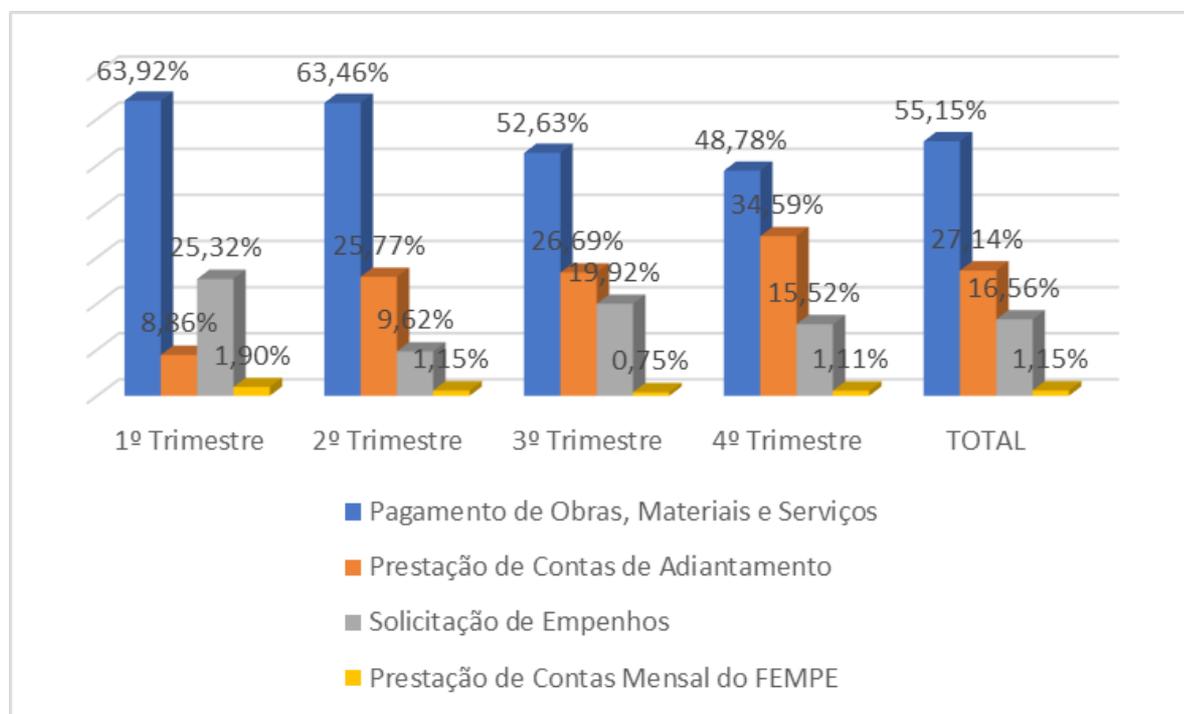


Gráfico 4: Percentual de manifestações do grupo Execução Orçamentária e divididos por trimestre/2016.

Fonte: ACI/PGJ, 2016.

OUTRAS ATIVIDADES

Além das **1.633 (mil seiscentos e trinta e três)** manifestações, coube à Assessoria de Controle Interno, no exercício 2016:

- Elaborar e publicar os Relatórios de Gestão Fiscal exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal, enviando-os ainda ao Tribunal de Contas do Estado;
- Participar de comissão para reformular/editar normativos internos.

ASSESSORIA JURÍDICA DA ADMINISTRAÇÃO - AJAD

A Assessoria Jurídica da Administração atua nos processos administrativos, bem como desempenha outras atividades de sua competência, nos termos do art. 115-A do Regimento Interno da Procuradoria Geral de Justiça, tais como: participação em diversas comissões de estudos para elaboração de norma interna da Instituição.

As atividades desenvolvidas pela Assessoria Jurídica da Administração (AJAD), referente ao exercício de 2016, tiveram os seguintes resultados, após a totalização das informações:

Tabela 28: Movimentação Processual.

Movimentação	Quantidade
Processos recebidos	703
Processos devolvidos	683
Processos remanescentes	20

Fonte: AJAD/PGJ, 2016.

Os processos supracitados, em sua grande maioria trataram de licitações e contratos, o que exigiu da Assessoria uma análise minuciosa dos autos, em especial do edital e seus anexos, para sua aprovação, em atendimento ao disposto no parágrafo único, do art. 38, uma vez que “as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por Assessoria Jurídica da Administração”.

Além das apreciações dos referidos processos, esta Assessoria respondeu inúmeras consultas informais formuladas pelas Coordenadorias deste Órgão Ministerial, principalmente sobre os

procedimentos para contratação de produtos, serviços e obras de engenharia, bem como a realização de reuniões quando necessárias.

Por fim, no ano de 2016, destaca-se ainda: a conclusão da minuta de Ato Regulamentar que disciplina e estabelece normas para contratação de soluções de Tecnologia da Informação; participação na elaboração da minuta de Ato Regulamentar que trata sobre a participação de membros e servidores em ações de treinamento, desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional no âmbito deste Órgão Ministerial; e participação ativa na Comissão de Gestão Ambiental e a Comissão Especial para Regularização de Imóveis.

ASSESSORIA TÉCNICA - ASTEC

Compete à Assessoria Técnica a elaboração de perícias, laudos, avaliações, notas técnicas, projetos e outros estudos técnicos para instrução de procedimentos administrativos dos órgãos de execução, assim como prestar suporte técnico nas ações judiciais em que atuar como órgão agente ou fiscal da lei, a ser regulamentada por ato do chefe da Instituição.

Tabela 29: Atividade Processuais

DESCRIÇÃO	1º Semestre	2º Semestre	3º Semestre	4º Semestre	TOTAL
Pareceres					
Técnicos da ASTEC	119	87	110	128	444
Médicos	08	10	08	16	42
Núcleo da ASTEC	09	08	10	08	35
Cálculos Financeiros					
ASTEC	04	04	02	05	15
Núcleo da ASTEC	01	02	04	02	09
Notas Técnicas					
ASTEC	01	00	00	00	01
Atendimento a Consultas					
Núcleo da ASTEC	00	04	03	02	09
Documentos referentes à Promotoria Itinerante					
Pareceres Técnicos	00	00	01	01	02

Fonte: ASTEC/PGJ, 2016.

OUTRAS ATIVIDADES:

Participação em Comissões e Audiências Públicas e Judiciais;

Operações Conjuntas com outros Órgãos: TCU - Fiscalização de transporte escolar;

Participação em Cursos, Palestras, Simpósios, Congressos e Seminários:

- Curso sobre Processos de Aposentadorias;
- Curso de Acompanhamento de Planilha de Composição de Custos na Contratação de Serviços Contínuos
- Curso das Tabelas Unificadas da Área Administrativa – DIGIDOC
- XIII Fórum Internacional de Sepse
- Palestra: Operação “Pau de arara” - Fiscalização de Transporte Escolar
- Palestra sobre Projeto de lei n. 257/15
- Participação nas atividades de elaboração do Planejamento Estratégico
- Congresso Brasileiro de Medicina Legal em Maceió/AL

Elaboração de Estudos e Sugestões

- Estudo técnico das contas contábeis Prefeitura Municipal de São Luís para análise da capacidade financeira das contas municipais em relação aos recursos do FUNDEB, com o objetivo de identificar possível folga financeira pra atender ao pleito do Sindicato dos professores da rede municipal;
- Estudo técnico visando viabilizar a implantação dos sistemas de custos deste MPMA (em curso);
- ➔ Elaboração das planilhas do painel de contribuição da ASTEC para o Planejamento Estratégico 2016/2021 (em curso).

ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO - ASPLAN

A Assessoria de Planejamento foi criada pelo Ato Regulamentar nº 16/2012-GPGJ e desempenha importante papel no assessoramento das atividades relacionadas aos processos de trabalho e no controle da execução dos planos de gestão, avaliando resultados e oportunidades de melhoria, tendo por base uma gestão estratégica focada em resultados.

Dentre as principais atividades desenvolvidas pela ASPLAN em 2016 estão:

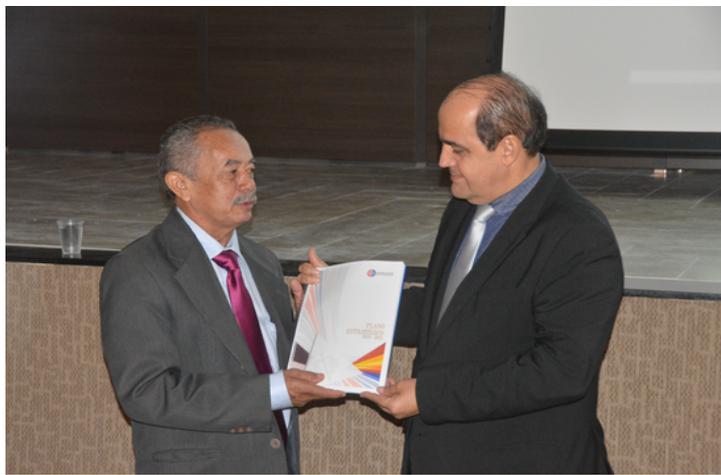
- Participação nas reuniões do Fórum Nacional de Gestão, do Conselho Nacional do Ministério Público (FNG/CNMP), como integrante do Grupo de Trabalho de Planejamento do Comitê de Gestão de Política Administrativa (CPGA) realizadas em Brasília/DF, nos meses de abril e agosto de 2016;
- Participação no evento da Ação Nacional Estruturante sobre Desdobramento do Planejamento Estratégico Nacional, promovido pelo FNG/CNMP, realizadas em Boa Vista/AC, em outubro de 2016, que discutiu o projeto de Revisão dos Indicadores do Planejamento Estratégico Nacional e Estaduais;
- Participação no Congresso Estadual do Ministério Público do Maranhão, realizado no mês de dezembro/16, em São Luís;
- Edição do Relatório Anual de Atividades do MPMA;
- Gestão por Competências – Dando continuidade à implantação do Programa de Gestão por Competências, que faz parte do Planejamento Estratégico Institucional 2016-2021, os integrantes da equipe da ASPLAN e demais representantes da Comissão do Programa participaram de uma palestra de sensibilização sobre o tema, ministrada pela especialista no assunto, a professora-adjunta da Universidade de Brasília (UnB), Maria Júlia Pantoja de Britto, que atualmente integra o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios;
- Participação na Comissão do Programa de Sustentabilidade do MPMA – Programa Integrar;
- Participação na elaboração da proposta metodológica de implementação do Projeto de Centro de Custos no MPMA;
- Participação no processo de transformação da Assessoria de Planejamento em Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG), com a elaboração de minuta de ato, contendo a descrição das atribuições e dos cargos e seções da nova unidade administrativa, que está em fase implantação pelo Procurador-Geral de Justiça. Com essa nova configuração, vislumbra-se maior participação e

respaldo da área no processo de gestão do Planejamento Estratégico e de assessoramento à Administração Superior nas tomadas de decisão.

Desdobramento do Planejamento Estratégico do MPMA 2016-2021

No mês de junho, após a conclusão e entrega do Plano Estratégico do Ministério Público do Estado do Maranhão para o horizonte 2016-2021 ao novo Procurador-Geral de Justiça, a equipe da Assessoria de Planejamento (ASPLAN) junto com os membros das Comissões de Gestão e Execução do Planejamento Estratégico e da consultoria do Instituto Sagres – Política e Gestão Estratégica Aplicadas iniciaram a fase de desdobramento do referido plano.

As atividades se estenderam até novembro/16, com etapas de capacitação de membros e servidores, encontros presenciais e a distância, culminando com a entrega dos Planos Táticos-Operacionais dos 09 (nove) Centros de Apoio Operacional - responsáveis pela execução e monitoramento das ações da área finalística



do Plano Estratégico, bem como de algumas unidades administrativas, como: Secretaria de Planejamento e Gestão (na qual a ASPLAN se transformou); Coordenadorias de Gestão de Pessoas; Comunicação Social; Modernização e Tecnologia da Informação; Escola Superior do Ministério Público; dentre outras. Além da elaboração dos planos táticos também foram construídos os Planos Diretor de Tecnologia da Informação e da Comunicação da Estratégia, bem como a implantação de um software de monitoramento da gestão e a realização das primeiras Reuniões de Acompanhamento da Estratégia (RAE) e Tática (RAT), com a participação de representantes das Comissões de Gestão e Execução do Planejamento Estratégico.

Assim, destacamos a seguir os principais pontos do processo de elaboração do Planejamento Estratégico:



- Adoção da metodologia FIGE – Ferramentas Integradas de Gestão Estratégica, desenvolvida pelo Instituto SAGRES – Política e Gestão Estratégica Aplicadas, que se encontra perfeitamente alinhada aos preceitos e orientações do CNMP.

- Expedição de documentos normativos relativos às atividades de planejamento e gestão;
- Participação ativa do Procurador-Geral de Justiça e de representantes da alta administração em todo o processo de desdobramento do Plano Estratégico;
- Elaboração do Plano Geral de Atuação (PGA), voltado para a gestão em curso;
- Elaboração de Planos de Ação de três Projetos Estruturantes - exprimem as maiores prioridades relativas à gestão e exigem ampla concentração de esforços e meios para o seu desenvolvimento:



1- Arquitetura Organizacional; 2 - Modelo de Planejamento e Gestão Estratégica; e 3 - Modelo de Gestão de Pessoas por Competências;

- Elaboração do Plano de Comunicação da Estratégia (PCE);
- Elaboração dos Planos: Estratégico de Tecnologia da Informação (PETI) e Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI)

caracterizam, respectivamente, os níveis tático e operacional para essa área;



- Priorização de Projetos e Iniciativas da Área Finalística, realizada por integrantes da Administração Superior e da Câmara de Coordenadores de CAOPs, resultando no Portfólio de 20 projetos classificados como prioritários para execução no âmbito do PGA 2017-2018 e tendo como eixo

norteador o Programa Institucional “MP contra a Corrupção”, criado com a finalidade de trabalhar na prevenção e enfrentamento à corrupção no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

- Instalação de software de apoio (Stratec) para monitoramento e avaliação, que permite o acompanhamento em tempo real, a gestão à vista e a integração de dados e informações.
- Orientação e realização de Reunião de Acompanhamento Operacional - RAO, Acompanhamento Tático - RAT e a primeira Reunião de Avaliação da Estratégia – RAE, com base nos projetos e iniciativas definidos para cada área, visando aplicação prática da metodologia de execução, monitoramento e avaliação da estratégia.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL

As licitações realizadas contemplaram a modalidade de Pregão na forma Eletrônica, além das contratações decorrentes de dispensa e inexigibilidade de licitação e adesão a Ata de Registro de Preços, objetivando a aquisição de bens e execução de obras e serviços. No quadro abaixo está demonstrada a participação de cada modalidade no total de procedimentos licitatórios realizados no ano de 2016:

Tabela 30 – Licitações realizadas em 2016

MODALIDADE	QTD.
Pregão Eletrônico	45
Dispensa de Licitação	06
Inexigibilidade de Licitação	35
Adesão a Ata de Registro de Preços	06
Total	92

Fonte: CPL/PGJ, 2016.

Dos procedimentos licitatórios realizados no ano de 2016, foram concluídas **45 (quarenta e cinco) licitações**. Todos na modalidade Pregão na forma Eletrônica.

As licitações concluídas, bem como as dispensas e inexigibilidades autorizadas e ainda as adesões feitas pela Procuradoria Geral de Justiça (carona), resultaram na formalização de **15 (quinze)** Contratos Administrativos e **64 (sessenta e quatro)** Atas de Registros de Preços.

Os valores contratados por meio dos procedimentos licitatórios em 2016 encontram-se relacionados no quadro abaixo:

Tabela 31 – Valores contratados por Licitações em 2016

Modalidade	Qtde.	Valor Estimado (R\$) - (A)	Valor Ofertado (R\$) - (B)	Economia (valor absoluto – R\$) - (C)	Economia (valor relativo - %) [(C/A)*100]
Pregão Eletrônico	45	85.720.472,37	55.620.493,34	30.009.979,03	35%

Fonte: CPL/PGJ, 2016.

Conforme se verifica na tabela acima, a economia orçamentária para este Órgão Ministerial foi da ordem de **R\$ 30.009.979,03 (trinta milhões, nove mil, novecentos e setenta e nove reais e três centavos)**, o que equivale **35% (trinta e cinco por cento)** do valor total que se disponibilizou para as contratações, possibilitando à Instituição a realização de novos projetos no exercício de 2015.

A Lei de Licitações e Contratos determina como regra a contratação precedida de licitação, permitindo algumas exceções através da contratação direta por dispensa ou inexigibilidade.

A CPL no ano de 2016 realizou **06 (seis)** enquadramentos de contratações por **dispensa (Artigo 24 da Lei nº 8.666/93)**, num total de **R\$ 30.630,28 (trinta mil, seiscentos e trinta reais e vinte e oito centavos)**, e **35 (trinta e cinco)** por **inexigibilidade de licitação (Artigo 25 da Lei nº 8.666/93)**, num total de **R\$ 478.773,00 (quatrocentos e setenta e oito mil, setecentos e setenta e três reais)**, para compras e serviços, tais como locação de imóveis, licenças de software, aulas, treinamentos e cursos de capacitação de membros e servidores. Foram autorizadas ainda **06 (seis)** contratações através de Adesão de licitações realizadas por outros órgãos da Administração Pública no total de **R\$ 522.307,00 (quinhentos e vinte e dois mil, trezentos e sete reais)**.

Tabela 32 – Valores contratados por Licitações em 2016

Modalidade	Qtde.	Valor Contratado
Pregão Eletrônico	45	55.620.493,34
Dispensa	06	30.630,28
Inexigibilidade	35	478.773,00
Adesão a ARP	06	522.307,00
TOTAL	92	56.652.203,62

Fonte: CPL/PGJ, 2016.

APROXIMAÇÃO COM A SOCIEDADE

Com objetivo de aproximar ainda mais o cidadão do Ministério Público do Estado do Maranhão, várias iniciativas foram adotadas para tornar mais transparente o papel da instituição e promover uma comunicação contínua entre as diversas esferas da sociedade.

OUVIDORIA

O Ministério Público do Estado do Maranhão criou a sua Ouvidoria, por meio da Lei Complementar Estadual nº 83/2005, como um órgão auxiliar que integra a estrutura administrativa da Procuradoria Geral de Justiça, com o objetivo de contribuir para elevar continuamente os padrões de transparências, presteza e segurança das atividades dos membros, órgãos e serviços auxiliares da Instituição.

A Ouvidoria permite ao cidadão a sua permanente comunicação e interlocução com o



Ministério Público do Estado do Maranhão, via recebimento de denúncias, reclamações, críticas,



sugestões e elogios de entidades representativas, órgãos públicos e autoridades, bem como a obtenção, por parte destes, de informações sobre ações desenvolvidas pela Instituição.

Caso seja apresentada ao órgão uma demanda referente à atribuição de outro, a Ouvidoria faz o devido encaminhamento, comunicando o interessado acerca deste fato.

Canais de atendimento da Ouvidoria

O cidadão pode entrar em contato com o órgão através dos seguintes canais:

- **Pessoalmente**, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, na Avenida Prof. Carlos Cunha, 3261, Calhau, São Luís, Maranhão, CEP: 65076.820.
- **Por correspondência**, enviada à sede da Instituição.
- **Por telefone**: (98) 3219-1769/1769/1738 e 0800-098-1600
- **Por fax**: (98) 3231-2980
- **Pelo site**: <http://ouvidoria.mpma.mp.br/sistema/manifestacao/cadastrar>
- **Por e-mail**: ouvidoria@mpma.mp.br

Estatísticas da Ouvidoria em 2016

Tabela 33 – Tipos de Demandas

Classes das demandas	Quantidade	%
Denúncia	3789	87
Reclamação	357	8,2
Solicitação de providência/informação	175	4
Sugestão	2	0,1
Crítica	30	0,7
Elogio	7	0,2
Total das demandas	4360	100

Fonte: OUV/PGJ, 2016.

Tabela 34 – Demandas por Assuntos

Detalhamento por assunto	Quantidade	%
Crime	2999	69
Execução Penal	11	0,3
Educação	71	1,6
Saúde	77	1,8
Idoso	102	2,3
Pessoas com deficiência	26	0,6
Eleitoral	15	0,3
Improbidade administrativa	180	4,1
Concurso público	116	2,7
Irregularidades trabalhistas	29	0,7
Controle externo da atividade policial	31	0,7
Demanda alheia à competência da Ouvidoria / Consultas e dúvidas jurídicas	189	4,3
Residência na comarca e lotação de membros	3	0,1
Administração e funcionamento do Ministério Público	35	0,8
Infração disciplinar de membro ou servidor / inércia ou morosidade na atuação funcional	6	0,1
Infância e juventude	197	4,5
Lei de acesso à informação / Remuneração de membros e servidores	7	0,2
Consumidor / Serviços públicos	110	2,5
Meio ambiente	130	3
Outros	26	0,6
Total	4360	100

Fonte: OUV/PGJ, 2016.

Tabela 35 – Demandas por tipo de Movimentação

Movimentação	Quantidade	%
Demandas arquivadas	3880	89
Demandas tramitando	480	11
Total de demandas	4360	100

Fonte: OUV/PGJ, 2016.

Tabela 36 – Meios de Recebimento das Demandas

Descrição	Quantidade	%
Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República	2912	67
Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República	49	1,1
Disque Denúncia Maranhão	293	6,7
Disque Ministério Público / Cadastro de manifestação	636	15
E-mail (ouvidoria@mpma.mp.br)	470	11
Total	4360	100

Fonte: OUV/PGJ, 2016.

Tabela 37 – Identificação das Demandas

Quanto à Identificação	Quantidade	%
Sigilosas	3868	89
Não Sigilosas	492	11
Total	4360	100

Fonte: OUV/PGJ, 2016.

Tabela 38 – Meio de Respostas às Demandas

Meios	Quantidade	%
E-mail	3741	96
Telefone	79	2,5
Pessoalmente	60	1,5
Total de respostas	3880	100

Fonte: OUV/PGJ, 2016.

MPMA NA MÍDIA

COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO



No ano de 2016, a **Coordenadoria de Comunicação** produziu e publicou no site institucional **795 matérias**. O total de acessos ao site do MPMA, no ano de 2016, foi de **426.230**. A matéria mais acessada foi “*MPMA lança seletivo para estágio não-obrigatório*”, com **11.754** acessos.

- **Atendimentos à imprensa**

No ano de 2016, foram realizados **300 atendimentos à imprensa**. Tais atendimentos correspondem à solicitação e marcação de entrevistas com membros, além da prestação de informações e esclarecimentos de dúvidas.

- **Avisos**

Foram produzidos e postados 84 avisos, com um total de 43.869 acessos. O aviso mais acessado foi sobre o pedido de doação de sangue para uma promotora de justiça do MPMA, com 6.701 acessos.

Programa de rádio

O programa de rádio **Estação MP** é produzido pela equipe da Coordenadoria de Comunicação e veiculado aos sábados, na rádio Jovem Pan News – São Luís AM, de 9h às 10h. Em 2016, foram produzidas e veiculadas **40 edições** do programa.



Todos as edições são disponibilizados no site institucional. No total, foram **22.765 acessos**, com destaque para o programa sobre a Campanha “*Testemunhar é um ato de cidadania*”, com **2.361 acessos**.

Redes Sociais



O Ministério Público do Maranhão possui as seguintes redes sociais: *Twitter, Instagram, Facebook* e um canal no *Youtube*.

Twitter e Instagram foram criados em outubro de 2016. Entre outubro e dezembro de 2016 foram **194 postagens** em cada.

Facebook e canal no *Youtube* já existem há mais de 2 anos. O canal do

Youtube será utilizado em 2017 para as postagens do programa MPTV.

A fanpage do MPMA no *Facebook* teve, no ano de 2016, **560 publicações** e **3.647 curtidas**. Mais de **26.000** pessoas foram alcançadas, sendo 48% mulheres e 52% homens.

Campanhas Institucionais e Produção Gráfica



Campanhas Institucionais Iniciadas em 2016

- *A cidade não pode parar*
- *A Escola Ideal Acolhe: e não faz diferença*
- *Caixa 2 de Campanha Eleitoral: Essa conta não é legal!*
- *Campanha de Redução de Gastos*
- *Integrar*

Campanhas Institucionais (iniciadas antes 2016)

- 18 de maio – Campanha contra exploração sexual de crianças e adolescentes
- Contra Venda de Bebidas Alcoólicas para crianças
- Quem escolhe seu caminho: você ou as drogas?
- Maria da Penha em Ação
- Testemunhar é um ato de cidadania
- Cidade Limpa
- Pagar tributos é um ato de cidadania
- Ler, Pensar e Escrever
- Natal dos Correios

Programas Institucionais

- Programa de qualidade de vida
- Programa de Sustentabilidade

Eventos

- Seminário Novo Código de Processo Penal (PL-8045);
- III Encontro nacional de coordenadores de centros de apoio operacional Criminal;
- Congresso Estadual do MPMA;
- Dia Internacional contra a corrupção;
- Encontros Regionais de Planejamento da Gestão Estratégica do MPMA 2016-2021;
- II Semana de Saúde Funcional;
- Lançamento Programa Integrar;
- Curso Gestão por Competências;
- Eventos internos: Dia das Mães, Dia dos Pais, Dia da Mulher, Dia das Crianças.

Publicações / Diagramações

- Relatório Executivo – 6 meses de gestão
- Breves Considerações sobre Intervenção do Ministério Público nos Conflitos Agrários
- Política de Comunicação - CNMP
- Relatório de atividades da Corregedoria do MPMA - 2015
- Relatório de atividades do MP-2015
- Relatório de Gestão 2012-2016

Programa MPTV



O programa MPTV é um projeto idealizado pelo procurador-geral de Justiça. A produção é feita pela Coordenadoria de Comunicação e a veiculação será no canal do MPMA no *Youtube*. Entre agosto de novembro, foram produzidos **14 programas**. O lançamento do MPTV aconteceu no 6º Congresso Estadual do MPMA, em 12 de dezembro.

Plano de Comunicação da Estratégia

A Coordenadoria de Comunicação participou das etapas do Planejamento Estratégico, tanto nas fases de construção do Planejamento, quanto na elaboração do Plano de Comunicação da Estratégia. Para divulgar a primeira etapa do Planejamento Estratégico, a Coordenadoria de Comunicação criou o mascote, o **Estrategito**. O Plano de Comunicação da Estratégia terá sua implementação consolidada em 2017.

Clipping

A Coordenadoria de Comunicação realiza, diariamente, o clipping. Isso significa acompanhar tudo o que é veiculado na mídia impressa local sobre o Ministério Público do Maranhão, tanto fatos positivos quanto negativos. Atualmente, o clipping é disponibilizado no site.

Destaque:

Media Training Jurídico



Em dezembro de 2016, a Coordenadoria de Comunicação, em parceria com a Escola Superior do Ministério Público, realizou o 1º Media Training Jurídico. A palestra, realizada no auditório da sede da PGJ, foi ministrada pelo consultor João Camargo Neto e contou com a participação de 40 membros.

Dentre os objetivos estava a capacitação dos representantes da instituição para o relacionamento com a imprensa, além do aperfeiçoamento dos porta-vozes do MPMA para se apresentarem com desenvoltura em entrevistas e manterem bom relacionamento com seus públicos de interesse, como jornalistas, órgãos públicos e a sociedade em geral.

ATUAÇÃO DOS CENTROS DE APOIO OPERACIONAL – CAOPs

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DIREITOS HUMANOS – CAOP/DH

Órgão auxiliar que tem como diretriz apoiar os órgãos de execução nas matérias de direitos fundamentais não alcançadas pelos demais Centros de Apoio. Presta apoio técnico, coordena a integração e o intercâmbio de informações e experiências entre as Promotorias de Justiça que atuam nas mesmas áreas e faz o acompanhamento constante das ações do Ministério Público nas diversas comarcas.



Composição: Para otimizar os trabalhos e também devido à ampla abrangência dos direitos humanos, o CAOP/DH conta com Núcleos Especializados, cada um sob a direção de um Promotor de Justiça. São eles:

- **Núcleo de Proteção à População em Situação de Rua:** Klycia Luiza Castro de Menezes / Maria da Glória Mafra Silva.
- **Núcleo de Diversidade Sexual:** Samira Mercês dos Santos.
- **Núcleo da Mulher:** Selma Regina Sousa Martins.
- **Núcleo de Igualdade Étnico-Racial:** Samira Mercês dos Santos.
- **Núcleo de Conflitos Agrários:** Haroldo Paiva de Brito.
- **Núcleo de Prevenção da Tortura:** Lana Cristina Barros Pessoa / Nacor Paulo Pereira dos Santos.
- **Núcleo de Combate ao Trabalho Escravo e Tráfico de Pessoas:** Cássius Guimarães Chai / José Augusto Cutrim Gomes.
- **Núcleo de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas:** Lana Cristina Barros Pessoa.

Principais atividades realizadas em 2016:

No ano de 2016 foram realizadas atividades pelo CAOP-DHC, conforme descritas abaixo:

- a) Coordenação das ações integradas decorrentes dos convênios, protocolos de intenções e acordos institucionais referentes à área de direitos humanos;
- b) Acompanhamento processual de ações nas comarcas e no Tribunal de Justiça quanto à sua área de atuação;
- c) Apoio aos órgãos de execução quanto às atividades relativas ao direito material e processual referente às atribuições cíveis e criminais concernentes à tortura, relações étnico-raciais, idosos, apoio às vítimas de violência, defesa do controle social do uso dos meios de comunicação em atenção à dignidade do ser humano, conflitos no campo, violência contra povos indígenas, diversidade sexual, defesa dos direitos da mulher, defesa dos direitos das populações em situação de rua e combate ao trabalho escravo e tráfico de pessoas;
- d) Envio de comunicações, notícias e ofícios circulares, via e-mail, a todos os Promotores de Justiça com atuação na área de direitos humanos, repassando informações e recomendações vindas do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH; Secretarias Estaduais, Nacionais e Ministérios da Presidência e de outros órgãos com atuação na defesa dos direitos humanos;
- e) Divulgação aos Promotores de Justiça via e-mail, de informações importantes sobre ações e trabalhos do Ministério Público afetos à garantia dos direitos humanos, bem como de notícias e documentos relacionados à garantia dos direitos humanos, como editais de projetos, manuais de orientação, tramitação de projetos de lei de interesse dos direitos humanos, relatórios finais de Comissões Parlamentares de Inquérito.
- f) Aproximação e reafirmação das relações com a sociedade civil organizada, seguindo orientação do CNMP. Assim, Promotores de Justiça do CAOP/DH participaram das reuniões ordinárias do Conselho Estadual de Direitos Humanos, do Comitê Estadual de Enfrentamento à Homo-Lesbo-Transfobia no Maranhão e do Comitê Estadual de Combate à Tortura.
- g) Atualização da página do CAOP/DH no Portal do MPMA com notícias relacionadas à garantia dos direitos humanos; modelos de peças jurídicas, pactos, acordos, tratados etc, textos de apoio, obras e publicações disponibilizadas on-line, legislação pertinente a área de atuação de cada núcleo do CAOP/DH, links para outros órgãos.

O CAOP/DH recebeu denúncias de violações dos direitos humanos em várias áreas e, após processá-las, encaminhou-as para os órgãos de execução para as providências legais cabíveis, dentre elas destacam-se:

- Conflitos agrários envolvendo agilização de processos de desapropriação e regularização fundiária de imóveis, requisitado pela AAFPCON – Associação de Agricultores e Agricultoras da Agricultura Familiar;
- Denúncia relacionada a crime ambiental, perseguição e ameaça em comunidade quilombola;
- Violação de Direitos Humanos no município do interior do estado recebido através do Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos;
- Discriminação contra portadores do vírus HIV na capital recebido através do Disque Direitos Humanos e imediatamente encaminhada à Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos Fundamentais;
- Dificuldade de acesso da população em situação de rua aos direitos básicos de moradia recebida através do Disque Direitos Humanos e imediatamente encaminhada à Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos Fundamentais;
- Agressão física a pessoa portadora de deficiência física feita por policiais civis e imediatamente encaminhada ao CAOP/Criminal;
- Notificação de discriminação racial envolvendo pessoas sem capacidade de defesa, recebida através do Disque Direitos Humanos, e imediatamente encaminhada às Promotorias de Justiça da Comarca de São José de Ribamar, Godofredo Viana, Pedreiras e São Luís;
- Agressão psicológica e ameaça de agressão física conjuntamente com discriminação recebida através do Disque Direitos Humanos e imediatamente encaminhada à Promotoria de Justiça Especializada na Defesa dos Direitos Fundamentais.

Tabela 39 – Dados da atuação do CAOP-DHC

ATIVIDADES	NÚMEROS
Denúncias recebidas por e-mail	46
Denúncias recebidas por telefonemas	13
Denúncias recebidas presencialmente	4
Consultas diversas	74
Reuniões de trabalho preparatórios	12
Eventos realizados	2
Participação em comissões estaduais	7
Participação em comissões nacionais	2
Reuniões de comissões em geral (nacional/estadual)	32

Fonte: CAOp-DHC/PGJ, 2016.

Participação do CAOP/DH em eventos, encontros e reuniões no ano de 2016:

- **Seminário “Relações Étnico-Raciais na Atualidade: Potencialidades e Desafios”**, promovido pela UFMA, no dia 22.01.16;
- VI Conferência Estadual dos Direitos Humanos, dia 24.02.16;
- **Assinatura da Recomendação nº 03/2016 – CPGJ**, que dispõe sobre a atuação do MPMA nos programas especiais de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas, no Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, dia 02.05.2016;
- **Palestra “Conhecendo o nosso trabalho”, Semana Nacional de Mobilização das Ouvidorias de Polícia**, no Auditório da Secretaria de Segurança Pública, dia 02.05.16;
- **I Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos – GNDH**, na Sede do Ministério Público em Salvador/BA, no período de 04 a 06.05.16;
- **III encontro Inter-Regional de Trabalhadores/as Resgatados/as do Trabalho Escravo**, em Pindaré-Mirim, dia 12.05.16;
- Seminário “Múltiplos Olhares sobre as violações de direitos humanos nas escolas”, auditório da Secretaria de Saúde de Imperatriz, dia 24.05.16;
- Assinatura de TAC entre MPMA e Secretaria Estadual de Educação para trabalhar direito da mulher no currículo básico escolar, no Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, dia 02.06.2016;
- Participação das atividades de elaboração do Planejamento Estratégico do MPMA 2016-2021;
- Curso de Formação ministrado aos três novos Promotores de Justiça empossados, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, dia 07.12.16;
- Reuniões das Comissões, Conselhos e Comitês na área dos direitos humanos em nível nacional e estadual.

Destaque da atuação em 2016**Lançamento da Cartilha “Orientação para Legalização das Associações de Apoio às Casas Religiosas de Matriz Africana”.**

Lançada no dia 11 de agosto de 2016, na antiga sede da Procuradoria Geral de Justiça, no Centro de São Luís, a cartilha Orientações para Legalização de Associações de Apoio às Casas Religiosas de Matriz Africana visa contribuir para a valorização e reconhecimento do legado cultural, preservar sua tradição e combater a discriminação religiosa. É resultado do projeto “Promoção de ações de reconhecimento e

valorização das comunidades tradicionais de matriz africana”, executado pela Fundação Josué Montello, com o apoio do Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos e Cidadania (CAOp/DH) do Ministério Público. A publicação orienta, em linguagem simples e objetiva, a forma de promover a legalização e a institucionalização dos templos religiosos.

MPMA e Estado do Maranhão firmam TAC para trabalhar direito da mulher no currículo escolar básico.

Foi assinado entre o Ministério Público Estadual e o Estado do Maranhão, por meio da Secretaria de Estado da Educação. No termo, o Poder Executivo se compromete a implementar o Plano Estadual de Educação de forma transversal, relativamente aos direitos das mulheres, em especial à Lei Maria da Penha, como forma de prevenção do feminicídio.



Outro compromisso é o de capacitação constante dos professores sobre este tema, com a realização de, pelo menos, um seminário anual. A secretaria também se

comprometeu a adotar livros didáticos e paradidáticos que tratem adequadamente os direitos das mulheres, além de buscar superar os limites físicos das escolas, levando esse tipo de conhecimento à comunidade em geral. Caberá, ainda, à pasta da Educação encaminhar anualmente ao Ministério Público os projetos pedagógicos de cada escola, bem como relatórios das atividades realizadas. Em caso de descumprimento de qualquer dos termos do TAC, será aplicada multa diária de R\$ 10 mil.

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE PROTEÇÃO AO IDOSO E À PESSOA COM DEFICIÊNCIA – CAOp/PIPD



Criado em 13 de junho de 2011, pela Resolução Nº 10/2011 do Colégio Procuradores do Ministério Público do Maranhão, o Centro de Apoio Operacional de Proteção ao Idoso e Pessoa com Deficiência (CAOp/PIPD) tem como finalidade colaborar com os promotores de Justiça na organização, no planejamento das ações, no apoio ao trabalho nas comarcas, para que os direitos dos idosos, bem como o direito da pessoa com deficiência, sejam efetivamente respeitados no Estado.

Ressalte-se ainda que este CAOP tem como papel apoiar o promotor de Justiça na sua atuação funcional relativa ao direito coletivo dos idosos e da pessoa com deficiência incentivando os promotores de justiça a serem vetores de articulações junto à sociedade para melhorias da implantação das políticas públicas.

Composição: Integram o CAOP/PIPD os Promotores de Justiça José Augusto Cutrim Gomes, Gabriele Gadelha Barboza de Almeida e Ariano Tércio Silva de Aguiar, sendo coordenado pelo Promotor Carlos Augusto Soares.

Principais atividades realizadas no ano de 2016:

1. **Orientação** – Dentre as orientações prestadas, as principais versaram sobre: eleição do Conselho Municipal do Idoso; desrespeito e despreparo da Prefeitura de São Luís/MA, no setor de Gratuidade do Transporte Público – SET; negação por parte do Órgão Municipal de Assistência Social em colaborar nas investigações ministeriais, mediante a realização de estudos e relatórios sociais nos casos de violações de direitos de pessoas idosas e pessoas com deficiência; solicitação de auxílio a pessoa idosa em situação de hipossuficiência e vulnerabilidade; criação de Conselhos Municipais da Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência.

2. **Distribuição de Procedimento** - Distribuição de Notícias de Fato aos órgãos e execução e demais instituições para a realização das diligências e providências cabíveis, acerca de supostas violações de direitos envolvendo pessoas idosas e/ou com deficiência, como o Núcleo Psicossocial das Promotorias de Justiça da Capital, Reitoria da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA etc.

3. **Coleta de dados e informações** – Visando prestar o maior número de informações possíveis ao público e membros do Ministério Público em todo o estado sobre as diversas atribuições do Centro de Apoio, iniciou-se uma busca conjunta entre as Promotorias Especializadas da Pessoa com Deficiência e Promotorias Especializadas da Pessoa Idosa, de informações técnico-jurídicas para publicação na página virtual deste Centro de Apoio.

Participação em Cursos/Eventos/Reuniões:

- No dia 14 de outubro de 2016, o coordenador do Centro de Apoio participou de treinamento para a implantação do SIMP.
- Em 06 de outubro de 2016, foi realizada pelo Centro de Apoio uma ação social no Asilo de Mendicidade (São Francisco), em comemoração ao Dia do Idoso.
- Participação nas atividades de elaboração do Planejamento Estratégico Institucional 2016-2021, correspondente ao nível tático-operacional do planejamento. Nessas oportunidades foram definidas as ações a serem desenvolvidas no nível operacional, para os próximos cinco anos;
- Participação em reunião no dia 08 de agosto de 2016, na sede da Procuradoria Geral de Justiça, que teve como objeto fornecer aos Promotores recém-nomeados uma visão de como funciona o Centro de Apoio Operacional e qual a atuação do CAOP/PIPD, apresentando-se a estrutura e funcionamento, de modo a demonstrar como esse órgão pode colaborar com o trabalho dos órgãos de execução, e ainda, como se dá o apoio aos órgãos de execução.

Elaboração de peças técnico-jurídicas

- Elaboração de Nota Técnica com o objetivo de orientar os Promotores de Justiça com atribuição para atuar na área da Pessoa com Deficiência e Idoso em relação a adequação de currículos escolares de modo a incluir essas classes, bem

como de assegurar a efetividade do art. 21 e 22 do Estatuto do Idoso; art. 10, III, alínea “a” e “b”, da Lei da Política Nacional do Direito do Idoso e art. 27 e parágrafo único, da Lei n.º 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência).

Página virtual

- Elaboração e atualização do link reservado a este Centro de Apoio Operacional na Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência no Portal do MPMA na internet;

Verificação, análise e divulgação da legislação infraconstitucional

- Diariamente são verificadas possíveis alterações na legislação referente ao idoso e à pessoa com deficiência, bem como decisões judiciais específicas, divulgando-as aos Promotores e Procuradores de Justiça;
- Acompanhamento do calendário de eventos para divulgação;
- Início de discussão da Lei Brasileira de Inclusão (Estatuto da Pessoa com Deficiência) em âmbito local.

Destaque da atuação

Elaboração do Plano Tático-Operacional do CAO/PIPD 2017-2021



Em novembro de 2016, o Centro de Apoio Operacional na Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa e Pessoa com Deficiência iniciou a execução do primeiro projeto de desdobramento do seu Plano Tático-operacional, relativo ao Planejamento

Estratégico Institucional para o período 2016-2021, “Adequando currículos”.

O projeto tem como objetivo a adequação dos currículos escolares nos municípios maranhenses para atender ao disposto no art. 21 e 22 do Estatuto do Idoso, bem como art. 10, III, alínea “a” e “b”, da Lei da Política Nacional do Direito do Idoso e art. 27 e parágrafo único, da Lei n.º 13.146/15 (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Neste ínterim, como iniciativa elaborou-se Nota Técnica com o fito de orientar os Promotores de Justiça com atribuição na matéria.

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DA SAÚDE – CAOP/SAÚDE

Órgão auxiliar que tem como diretriz o auxílio aos órgãos de execução nas matérias de direito à saúde. Dentre as principais está a de atuar, por meio de ações coordenadas de apoio, para assegurar o exercício da função constitucional do Ministério Público na Defesa da Saúde; contribuir para a melhoria dos indicadores de saúde no Estado do Maranhão, melhorando os níveis



de cooperação e solidariedade funcional entre o Ministério Público e os demais órgãos públicos; promover o levantamento periódico das necessidades materiais das Promotorias de Justiça da Saúde, adotando as providências necessárias para supri-las.

Composição: Conforme a Portaria nº 4607/2016- GPGJ, o promotor de justiça **Herberth Costa Figueiredo**, titular da 18ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde, é o coordenador do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Saúde, e, em consonância com a Portaria nº 2929/2016-GBP, são membros integrantes do CAOp/Saúde os promotores de justiça **Newton de Barros Bello Neto**, titular da 5ª Promotoria de Justiça Especializada na Defesa da Saúde da Comarca de Imperatriz, **Dailma Maria de Melo Brito**, titular da 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Balsas, e **Wladimir Soares de Oliveira**, titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Tuntum.

As principais atividades desenvolvidas em 2016:

- Reestruturação do CAOp/Saúde;
- Atualização da página do CAOp/Saúde no site do Ministério Público do Maranhão com inserção de novos links;
- Expedidos ofícios e recomendações conjuntas.

Reuniões Institucionais

Realizada conjuntamente entre o CAOp/Saúde, a Procuradoria Geral de Justiça, a Secretaria de Assuntos Institucionais, a Secretaria de Estado da Saúde e a Secretaria Municipal de Saúde de São Luís.



Na reunião foram discutidos os seguintes assuntos: Elaboração da Programação Pactuada e Integrada (PPI); Instrumentos operacionais para implementação e efetivação

das ações e serviços de saúde (Convênios, Contratos, OSCIPs, OSs e Consórcios); Papel da Empresa Maranhense de Serviços Hospitalares (EMSERH); Hospital Estadual do Câncer (Radioterapia); Hospitais Estaduais construídos no interior do Maranhão (72 Hospitais); Regulação efetiva de Leitos (Transferência irregular do paciente do interior para a Capital); Hemocentros e Hemonúcleos (Descentralização dos postos de coleta e reformas da Hemomar); Terapia Renal Substitutiva (Descentralização); Leitos de UTI em Imperatriz/MA.

- 1ª Reunião de Trabalho com os Promotores de Justiça com atribuição na Defesa da Saúde da Macrorregião de Coroatá-MA.
- 2ª Reunião de Trabalho com os Promotores de Justiça com atribuição na Defesa da Saúde da Macrorregião de São Luís-MA.

Participação em Eventos, Reuniões e Inspeções:

- **I Reunião Ordinária do Grupo Nacional de Direitos Humanos/Comissão Permanente de Defesa da Saúde (GNDH/COPEDS)**, ocorrida na cidade de Salvador/BA, entre os dias 3 e 6 de maio de 2016, na qual foi definida como meta para o próximo biênio: “Promover a atuação integrada do Ministério Público Brasileiro para o enfrentamento das questões relacionadas ao financiamento das ações e serviços da saúde pública”.
- **2ª Assembleia do Conselho do Fundo de Combate ao Câncer**, ocorrida na cidade de São Luís/MA, no dia 29 de março de 2016, na qual foram debatidos os seguintes assuntos: dotação orçamentária, melhorias no Hospital Aldenora Bello, falta de remédios quimioterápicos, bem como proposto que o Conselho defina critérios, diretrizes e metas, dentro do alcance das receitas do Fundo, e apresente proposta de fiscalização do Fundo

e meios de arrecadação de recursos de modo a otimizar o uso do recurso para atender as demandas da oncologia.

- **Audiência Pública**, no dia 5 de abril de 2016, na qual foram debatidas estratégias e ações para a não proliferação do Zika vírus, assim como do mosquito transmissor, o *Aedes Aegypti*, minimizando as consequências para a saúde pública.
- **1ª Reunião do Comitê Estadual de Prevenção da Mortalidade Materna,**

Infantil e Fetal do Maranhão, realizada no dia 25 de maio de 2016, na qual foi debatido o desafio da redução da mortalidade materna, que reflete a qualidade da assistência prestada às mulheres durante o ciclo gravídico-puerperal, no intuito de recomendar mudanças nas ações, no processo de cuidado e gestão para que novos óbitos não aconteçam.

- Participação nos Encontros do Planejamento Estratégico do 2016-2021.

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - CAOp/IJ

O Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude (CAOp/IJ), na qualidade de órgão auxiliar do Ministério Público, desenvolve uma atuação planejada de apoio aos órgãos de execução ministerial no que tange às normativas legais e a interlocução com o Sistema de Garantia de Direitos de Crianças e Adolescentes.



Composição: O CAOP/IJ é composto pelos Promotores de Justiça Sandro Carvalho Lobato de Carvalho (coordenador), Alenilton Santos da Silva Júnior (7ª Promotoria de Justiça Especializada de Imperatriz), Eduardo Borges Oliveira (1ª Promotoria de Justiça Especializada de Timon), Gleudson Malheiros Magalhães (4ª Promotoria de Justiça Especializada de Açailândia), Márcio Thadeu Silva Marques (32ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís), Michelle Adriane Saraiva Silva (4ª Promotoria de Justiça Especializada de Bacabal). Conta ainda com apoio de equipe técnico-jurídica formada por Carla Costa Pinto (Assessora Jurídica), Naisandra Mota Silva (Assessora Técnica) e Maria da Graça Andrade Pereira (Técnica Ministerial).

As principais atividades desenvolvidas em 2016:

- **Reunião de Trabalho com Promotores de Justiça integrantes do CAOp/IJ**, com o objetivo de traçar o Plano de Trabalho Semestral 2016 (15/07/2016), em consonância com o plano anual definido ainda em 2015.

Sobre Convivência Familiar:

- Assinatura de termo de cessão do Módulo “Criança e Adolescente” com o MPRJ e implantação do sistema em Açailândia-MA, que servirá de projeto-piloto, para posterior

expectativa de expansão para outras comarcas que possuam instituições de acolhimento, conforme Plano Tático do CAOp/IJ, no Planejamento Estratégico 2016-2021. Também foi realizada capacitação no Rio de Janeiro, pelos integrantes da equipe local de Açailândia e da equipe técnica do CAOp/IJ;

- Realização de 02 (dois) **Seminários Regionais (São Luís e Imperatriz)** em parceria com a Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social

(SEDES) e participação expositiva do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDS), sobre implantação do Programa Família Acolhedora. Essa atividade integra a ação institucional “Família Acolhedora” deflagrada pelo CAOp/IJ desde 2015 e visa fomentar a discussão com os gestores municipais de assistência social sobre a necessidade de capacitação de equipes técnicas, dentre outras ações, como forma de amparar as iniciativas dos Promotores de Justiça nas comarcas.

Adoção:

- O CAOp/IJ vem desenvolvendo uma nova ação institucional sobre o tema da adoção. Já foram realizadas reuniões com a Coordenadoria da Infância e Juventude do TJMA e com o Núcleo de Defesa da Criança e do Adolescente da DPE/MA, sendo esboçada minuta de termo de cooperação técnica, a ser firmado entre os entes afetados, a saber: MPMA, TJMA, DPEMA, CRESS, CRM e COREN.

- **Revalidação do acesso ao Cadastro Nacional de Adoção do CNJ**, possibilitando a inclusão dos Promotores de Justiça, através de senha master.

Sobre Medidas Socioeducativas e Ato Infracional:

- **Reestruturação do Centro Integrado de Justiça Juvenil (CIJJUV) – São Luís:** o CAOp/IJ está acompanhando o processo de

reestruturação desse centro integrado, participando de todas as reuniões com os entes que funcionarão naquele endereço, compondo as discussões e prestando apoio técnico quando necessário. Em outra vertente, se reuniu com as equipes das Promotorias de Justiça especializadas da área (33^a, 34^a e 37^a) para discutir as atribuições e proposta de redação do regimento interno do centro, no que tange o Ministério Público, que será apresentada em reunião coletiva.

Justiça Restaurativa:

O CAOp/IJ está fomentando a discussão, tanto através da participação do Grupo de Trabalho de Justiça Restaurativa da Rede Maranhense Juvenil, como no processo de implantação do Núcleo de Práticas Restaurativas do CIJJUV; pleiteou vagas de participação no curso de facilitadores em práticas restaurativas ofertado pela Escola Superior da Magistratura para servidores do centro, tanto em São Luís quando em Imperatriz; Também estuda a possibilidade de deflagrar processo próprio de capacitação a acontecer no âmbito do MPMA.

Monitoramento permanente sobre os Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo,.

Levantamento feito constantemente e cobrado sistematicamente pelo CNMP.



Campanha '18 de maio': sessão aberta de cinema com a apresentação do filme 'Anjos do Sol', sendo realizada, após a exibição do filme, roda de debates com os participantes, presidida pelo coordenador do CAOp/IJ com a participação da convidada Profa. Dra. Cândida da Costa (CCSO/UFMA).



Sobre Violência Sexual e Depoimento Especial:

- **Criação de grupo de trabalho – depoimento especial:** formalizado via portaria nº 2606/2016-GPGJ, composto por membros e servidores, tendo por objetivo discutir a temática, para posteriormente esboçar um posicionamento institucional sobre a mesma.
- Participação nas oficinas de reestruturação do Comitê de Enfrentamento à Violência Sexual, inclusive como expositor sobre o Disque 100 no terceiro ciclo.
- Palestra no HUUFMA sobre a violência sexual e os marcos legais, para a equipe técnica do hospital e convidados.
- Mobilização dos conselheiros tutelares da região metropolitana para participarem de oficina sobre violência sexual contra crianças e adolescentes promovida pela 32ª Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de São Luís em parceria com a equipe do HUUFMA.

Apoio às Promotorias de Justiça do Maranhão:

- **Emissão de Notas Técnicas**, sem caráter vinculativo, para subsidiar a atuação dos Promotores de Justiça no âmbito da atividade-fim sobre: Análise de legitimidade de atuação do Ministério Público na defesa de direitos individuais indisponíveis na área da saúde e da competência para julgamento em se tratando de crianças e adolescentes e Análise de possível conflito de atribuição para fiscalização do Centro de Perícias Técnicas da Criança e do Adolescente (CPTCA) – Promotorias de Justiça Especializadas.
- **Socialização de banco de peças** com modelos diversos abrangendo vários assuntos atinentes à infância e juventude elaboradas pelas Promotorias de Justiça do Maranhão, possibilitando divulgar as ações das comarcas e subsidiar os Promotores de Justiça.
- **CAOPIJ INFORMA**, serviço diário de envio de informações e notícias sobre a infância e juventude e temas correlatos, via e-mail, para Procuradores de Justiça, Promotores de Justiça, Secretaria de Assuntos Institucionais e servidores.
- Atendimento de demandas apresentadas pelos Promotores de Justiça ao CAOp/IJ, via e-mail, contato telefônico e ofício, visando subsidiar a atuação dos mesmos nos municípios. A título de amostragem, haja vista que o CAOp/IJ passou a fazer uso do SIMP a partir de 17 de outubro de 2016, totalizaram 40 consultas recebidas, com a primeira datada de 14 de julho de 2016.
- **Reestruturação do site do CAOp/IJ**, com redistribuição das abas e atualização do conteúdo disponível.
- Apoio e participação do CAOp/IJ em eventos desenvolvidos pelo Ministério Público Estadual e por organizações do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

Temáticas sensíveis em que o CAOp/IJ atua sistematicamente:

- **“Disque 100”** - O CAOp/IJ é o setor responsável pelo recebimento e dispersão das denúncias provenientes do Disque 100/SDH, por força do Ato Regulamentar nº 17/2012; atividade realizada diariamente, mediante monitoramento constante e remessa das denúncias recebidas para as promotorias de justiça competentes; encaminhado memorando ao Gabinete da Procuradoria Geral de Justiça relatando as dificuldades encontradas e solicitando intervenção para a melhoria do serviço (Memorando nº 02/2016–CAOp/IJ – PA nº 2180AD/2015), visando a composição de um plano de atuação, perpassando pela necessidade de capacitação dos servidores no manejo do sistema, o que inclusive se tornou um objetivo estratégico no Planejamento Estratégico. Total de Denúncias encaminhadas pelo CAOp/IJ, em 2016, via SONDA: 2043.

- **“Medidas Socioeducativas no Maranhão”** - O CAOp/IJ acompanha a situação das medidas socioeducativas no Maranhão, desde 2014 (ações judiciais de lavra das Promotorias atuantes na área, que resultaram em interdições e acordos para melhoria no atendimento, entre outras); articula junto à Casa Civil a composição de soluções que resultem na melhoria do atual quadro estadual; ainda sobre esse tema, o CAOp/IJ vem realizando o mapeamento em todos os municípios, através das Promotorias, sobre a elaboração dos Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo;
- **“Embarque clandestino no trem de cargas da VALE S/A”** - O CAOp/IJ atua nessa demanda desde o ano de 2012, acompanhando a tramitação na 32ª Promotoria de Justiça Especializada em Infância e Juventude da capital do Procedimento Administrativo nº 106/2005 e da Ação Civil Pública nº 157-60.2011.8.10.0057 de autoria da Promotoria de Justiça de Santa Luzia. Por força de acordo judicial assinado entre a empresa e o titular da Promotoria de Justiça de Santa Luzia, foi firmado acordo para dar fim à demanda, ficando, entre outras obrigações, a encargo do MP a divulgação dos termos do mesmo para os Promotores de Justiça titulares ao longo da Estrada de Ferro Carajás, em parceria com o Ministério Público do Pará que participou ativamente das negociações, através da Promotoria de Justiça de Marabá. Após a assinatura de acordo, o CAOp/IJ vem atuando no monitoramento, participando das reuniões periódicas previstas na aludida transação, contribuindo com o aprimoramento da abordagem, a partir das vivências práticas que vem ocorrendo a partir da assinatura e do que exigem os casos concretos. Também atuou em apoio técnico junto à Promotoria de Justiça de Açailândia, ante o acontecimento de um caso de embarque clandestino naquela localidade.
- **“Centro de Perícia Técnica da Criança e do Adolescente (CPTCA)”** - Foram realizadas duas vistorias no mesmo, com a presença da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Maranhão presidida pelo promotor de justiça Márcio Thadeu Silva Marques, titular da Promotoria da Infância e Juventude da capital e coordenador deste CAOp/IJ. Como desdobramento, vem se intentando a assinatura de um Termo de Ajustamento de Conduta, para que o CPTCA passe a funcionar com quadro efetivo de pessoal, o que não ocorre no momento.

Participação no Planejamento Estratégico:

O CAOp/IJ integra a comissão executiva do Planejamento Estratégico e, em 2016, participou de todas as atividades de capacitação e elaboração do Plano Estratégico 2016-2021, auxiliando na especificação dos atores externos específicos da área e na construção dos objetivos estratégicos, acurando o olhar em prol da infância e juventude, fomentando as discussões nessa área.

**Participação em Comitês, Redes Focais e Grupos de Trabalho:**

- Comissão Permanente da Infância e da Juventude (COPEIJ);
- Comitê de Monitoramento da Violência Sexual;
- Rede Estadual da Primeira Infância do Maranhão (REPI-MA);
- Rede Maranhense de Justiça Juvenil e no Grupo de Trabalho de Justiça Juvenil Restaurativa.

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E DA PROBIDADE ADMINISTRATIVA – CAOP-PROAD

O Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio e da Probidade Administrativa (CAOP-Proad) é um órgão auxiliar da atividade funcional do Ministério Público do Maranhão, que possui, dentre outros, o objetivo de melhorar o desempenho das funções institucionais dos órgãos de execução do *Parquet* Maranhense, destinado a coordenar e orientar as ações na defesa do patrimônio público e na persecução penal dos ilícitos decorrentes de atos de improbidade administrativa e dos infringentes da ordem tributária, consumados por agentes públicos em todo território maranhense.

Composição: É composto pelo Procurador de Justiça Carlos Jorge Avelar Silva (coordenador) e pelos Promotores de Justiça Lindonjonson Gonçalves de Sousa, Nahyma Ribeiro Abas, Elisabeth Albuquerque de Sousa Mendonça, José Osmar Alves, Frederick Bacelar Ribeiro, Paulo Roberto Barbosa Ramos e Thiago de Oliveira Costa Pires. Conta ainda com o apoio de equipe técnica formada por Antonia Lima dos Reis, José Joaquim Martins Pinto e Paulo Afonso Assunção Ferreira.

Principais atividades desenvolvidas em 2016:

- **Controle de Processos Licitatórios na modalidade de concorrência e contratação por dispensa, inexigibilidade, bem como os contratos realizados pela Administração Pública Estadual e Municipal:** Pesquisa e levantamento no Diário Oficial do Maranhão e FAMEM – Federação dos Municípios do Estado do Maranhão das publicações de avisos de licitações e contratos; Transposição das informações das publicações para quadro demonstrativo geral e elaboração de quadro demonstrativo das informações por Município e Comarca; Expedição de ofícios aos Promotores de Justiça com atuação na área de defesa do patrimônio público e da probidade administrativa informando da ocorrência dessas licitações e contratos no total de 239 avisos de licitações na modalidade Concorrência e 1.092 avisos de licitações com contratação por dispensa e/ou inexigibilidade e os contratos.
- **Controle de fiscalização de Convênio firmado pela Administração Pública Estadual e Municipal:** Pesquisa e levantamento no Diário Oficial do Maranhão dos convênios celebrados pelos entes públicos nas esferas estadual e municipal que importem em transferência de recursos públicos; Transposição das informações das publicações dos convênios para quadro demonstrativo bimestral dos convênios

firmados por Município e Comarca; Requisição dos convênios aos órgãos públicos quando não enviado ao CAOP-ProAd, bem como baixa no controle do sistema; Expedição de ofícios aos Promotores de Justiça com atuação na área de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa informando a respeito dos convênios, assim como remessa dos termos desses convênios às Comarcas onde projetados os efeitos do ajuste. Foram requisitados 310 Convênios.

- **Controle de Acórdãos do Tribunal de Contas do Estado do Maranhão – TCE, com condenação de imputação de débito**

ou multa aos agentes públicos. Quanto a esse item, em razão da decisão do STF pela ilegitimidade do MP (ARE 823347 RG/MA), foram suspensos os envios dos Acórdãos para execução. Com isso, foram necessários efetuar: Pesquisa e levantamento no Diário Oficial Eletrônico do TCE-MA dos acórdãos, transitado em julgado com a imputação de *débito ou multa*; Transposição das informações das publicações dos acórdãos para planilha de controle bimestral com indicação dos responsáveis e valores a serem devolvidos ao erário. Na oportunidade, foi detectado que 1771 Acórdãos não foram encaminhados às Comarcas.

Quanto à aplicação de multa e imputação de débito, foram constatados:

- **R\$ 74.051.937,39** (setenta e quatro milhões, cinquenta e um mil, novecentos e trinta e sete reais e trinta e nove centavos), valor correspondente a título de condenação em multa.
- **R\$ 395.430.805,76** (trezentos e noventa e cinco milhões, quatrocentos e trinta mil, oitocentos e cinco reais e setenta e seis centavos), valor referente a título de condenação em Débito.
- Ressalta-se que (multa + débito), importa em **R\$ 469.482.743,15** (quatrocentos e sessenta e nove milhões, quatrocentos e oitenta e dois mil, setecentos e quarenta e três reais e quinze centavos), sem atualização monetária e refere-se aos exercícios de 2014/2015 e 1º bimestre de 2016.

Destaque da atuação:

Campanha Institucional “A CIDADE NÃO PODE PARAR: CAMPANHA PELA TRANSPARÊNCIA NA TRANSIÇÃO MUNICIPAL”

Instauração do PA nº 10547AD/2016, por meio da Portaria 01/2016-CAOP-ProAd, que teve como objeto o acompanhamento da campanha institucional “A CIDADE NÃO PODE PARAR: CAMPANHA PELA TRANSPARÊNCIA NA TRANSIÇÃO MUNICIPAL”, deflagrada pelo Ato nº 388/2016, GPGJ. Foram encaminhados via e-mail às Promotorias de Justiça com atuação na área de Probidade Administrativa Ofício circular nº



01/2016-CAOP-ProAd e formulário de levantamento do estado de adesão à ação. Na ocasião, 115 Promotores de Justiça receberam os ofícios, e 56 Promotores de Justiça aderiram à Campanha Institucional pela Transição Municipal considerando o final do mandato político municipal em 2016 e o início de uma nova gestão em 2017.

Reestruturação da página do CAOP-Proad no Portal do MPMA

Em dezembro/2016 foi estruturado o link do CAOP-ProAd, com compartilhamento de peças jurídicas por temas, jurisprudências dos Tribunais superiores e atualização legislativa, sendo: 26 peças jurídicas por Temas; 28 jurisprudências do STF; 23 jurisprudências do STJ; 15 jurisprudências do TRF. Também, foram atualizadas as Leis nº 4.320/64, nº 7.347/85, nº 8.429/92, nº 8.666/93, LC nº 101/2000 e a inclusão da Lei nº 12.527/2011 - Lei de Acesso à Informação.

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DE DEFESA DO DIREITO À EDUCAÇÃO – CAOP/EDUCAÇÃO

Atua de forma sistêmica e planejada na prestação de auxílio aos órgãos de execução ministerial na interação com o Poder Executivo Estadual e Municipal, bem assim na instituição e aprimoramento de Políticas Públicas visando à melhoria dos indicadores educacionais do Estado do Maranhão, elaborando diretrizes operacionais decorrentes das políticas institucionais prioritárias e institucionalmente definidas,



mediante estruturação e implementação das atividades inerentes à gestão do plano estratégico institucional, sobretudo no que se refere aos projetos, indicadores e metas específicos à área de educação.

Composição: É coordenado pelo Promotor de Justiça **Paulo Silvestre Avelar Silva**, titular da 1ª Promotoria de Justiça Especializada em Defesa da Educação da Capital, consoante Portaria 4605/2016-GPGJ. Integram ainda a equipe os Promotores de Justiça: **Sandra Soares de Pontes**, titular da 9ª Promotoria de Justiça Especializada da Comarca de Imperatriz, atualmente exercendo o cargo de assessora do Procurador-Geral de Justiça; **Carla Mendes Pereira Alencar**, titular da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Itapecuru-Mirim; **Érica Éllen Beckman da Silva**, titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Morros; e **Carlos Augusto Soares**, titular da Promotoria de Justiça da Comarca de Anajatuba.

O CAOp-Educação também conta com três servidoras em sua estrutura administrativa: **Jainara Laiara de Oliveira Souza**, Chefe de Gabinete, **Valéria Cristina Trancoso Praseres Vieira**, analista ministerial do quadro de apoio técnico-administrativo, e **Conceição de Maria Lisbôa de Andrade**, Pedagoga e Especialista em Educação, cedida pela Secretaria de Estado da Educação do Maranhão.

Atividades realizadas em 2016:

- **Controle de Representações ou Peças Informativas** - O CAOP-Educação realiza o controle de seus processos administrativos por meio de registro no Sistema Integrado de Protocolo e no Sistema Integrado do Ministério Público – SIMP.
- **Controle de Informações Técnico-Jurídicas** - Expede notas técnicas acerca

das demandas recebidas, elaborando um estudo aprofundado sobre o tema em debate, de caráter não vinculativo, reunindo os entendimentos jurisprudenciais e doutrinários mais abalizados, capazes de sustentar o posicionamento firmado pelo Centro de Apoio. Além das notas técnicas, também se manifesta por meio de pareceres técnicos os quais, após devidamente acolhidos pelo Coordenador, são encaminhados aos demandantes, no intuito de solucionar as problemáticas trazidas ao CAOp. Disponibiliza aos promotores de justiça modelos de peças, consultas jurisprudenciais, cartilhas, manuais etc., que embasam o trabalho realizado nos órgãos de execução.

– **Participação da elaboração do Planejamento Estratégico** - O MPMA dispõe, atualmente, de quatro projetos voltados à área de educação em seu Planejamento Estratégico para o horizonte 2016-2021, todos de iniciativa do CAOp Educação. Além destes, no entanto, há que se registrar o Projeto “Ministério Público pela Educação – MPEDUC”, desenvolvido pelo Ministério Público Federal em parceria com o MPMA, que, em razão das limitações orçamentárias da esfera federal, permaneceu com suas ações suspensas por alguns meses, só voltando à atividade recentemente.

Destaques da atuação:

Programa Interinstitucional “Educação de qualidade: direito de todos os maranhenses”



Tem o objetivo de assegurar o acesso permanente a uma educação de qualidade a todo maranhense, visando à elaboração de estratégias para a melhoria dos indicadores da educação, com destaque à qualidade da educação, transporte escolar, alimentação escolar, educação infantil, além do acompanhamento dos planos municipais de educação.

Em parceria com a Escola de Formação de Governantes - EFG, o Ministério Público do Maranhão realiza um levantamento da situação da educação nos municípios participantes, elaborando um diagnóstico preliminar de cada município, com base nos indicadores sociais e educacionais de âmbito nacional e estadual, que subsidiarão a celebração de Termos de Ajustamento de Conduta com os municípios, para assegurar a qualidade da educação em todo o Estado.

Por fim, após celebrados os TAC's e recomendações, estes serão inseridos no Sistema de Orientação, Monitoramento e Avaliação – SOMA, que realizará o monitoramento dos prazos e metas propostos, disparando alertas

aos promotores de justiça, de modo a assegurar o cumprimento efetivo das ações ali consignadas. Além do acompanhamento dos TAC's e recomendações, com o advento do Projeto de monitoramento e acompanhamento dos planos estadual e municipais de educação, o SOMA também possibilitará o acompanhamento das metas e estratégias constantes nos planos de educação, não somente pelo Promotor de Justiça, como também por toda a sociedade, haja vista que o sistema ficará disponível *on line*, por meio do sítio <http://soma.mpma.mp.br/users/login>, e do Observatório da Educação, ferramenta também desenvolvida pela EFG para o MPMA, que possibilitará a avaliação dos reflexos dos TAC's, Recomendações e das ações estratégicas sobre as metas do PME e de outros indicadores municipais, em comparação com a evolução dos mesmos indicadores do Estado e do Brasil.

Atualmente, o Programa está sendo realizado em 24 municípios da **Regional Pedreiras** e em 23 municípios da **Regional Baixada Maranhense**, os quais, após a realização do diagnóstico, já estão em fase de elaboração de Termos de Ajustamento de Conduta com o ente municipal, com base nos relatórios conclusivos elaborados pela EFG e repassados às Promotorias de Justiça.

Projeto “Transporte Escolar: uma questão de dignidade e justiça”



Como um dos desdobramentos do Programa Interinstitucional “Educação de qualidade: direito de todo maranhense”, o Projeto “Transporte Escolar: uma questão de dignidade e justiça” foi desenvolvido com o objetivo de assegurar a prestação adequada do serviço de transporte escolar para os estudantes da rede pública de ensino do Estado do Maranhão.

A execução do projeto, que teve início em 2014, foi fruto de uma parceria entre o Ministério Público Estadual - MPE, o Ministério Público de Contas – MPC e a Controladoria-Geral da União - Regional Maranhão, objetivando a coleta de dados concretos sobre a realidade do transporte escolar em cada município do Estado,

sendo fiscalizados os recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) e do Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE).

Em linhas gerais, as ações desenvolvidas no Projeto Transporte Escolar envolvem auditoria, com ênfase na observação das atividades, condições e acompanhamento da prestação do referido serviço; fiscalização da aplicação dos recursos do transporte escolar nos municípios; entrevistas com alunos, motoristas, responsáveis por empresas contratadas; levantamento fotográfico (e em vídeo) das condições dos veículos utilizados nessa modalidade de transporte; fiscalização do cumprimento das rotas e das despesas executadas com a prestação desse serviço, dentre outras.

Foram realizadas quatro etapas da operação, contemplando, no total, 21 municípios, sendo que esta última etapa ampliou o número de instituições parceiras, agregando, ainda, o Tribunal de Contas do Estado do Maranhão e o Tribunal de Contas da União.

Tabela 40 – Resultados do Projeto Transporte Escolar

Etapa	Municípios	Resultados Obtidos	Status
1ª Etapa	Cachoeira Grande (25 a 28 de agosto de 2014)	Firmado um TAC com o Município, com um cronograma de aquisição de ônibus escolares.	Realizada no mês de março/16 uma reunião com o Prefeito para ajustamento de algumas cláusulas do TAC que não estavam sendo cumpridas.
	Lago da Pedra (25 a 28 de agosto de 2014)	Firmado um TAC para realizar licitação visando contratação de empresas para a efetivação do cronograma de aquisição de ônibus escolares previsto.	Licitação foi considerada deserta. No entanto, o Município reduziu em 50% o número de camionetes tipo pau de arara, usadas no transporte de escolares, adquirindo dois ônibus escolares, além de se comprometer a adaptar as 14 camionetes remanescentes para o transporte adequado dos alunos.
	Miranda do Norte (25 a 28 de agosto de 2014)	Firmado um TAC com o Município para adquirir oito veículos, por meio de convênio com o Governo Federal, sendo quatro até o final de 2015 e os demais até março de 2016.	Como houve descumprimento do TAC, a Promotora de Justiça deu início à sua execução.
	Presidente Vargas (25 a 28 de agosto de 2014)	O Promotor de Justiça de Vargem Grande ajuizou a Ação Civil Pública nº. 2142-07.2014.8.10.0139 (2161/2014), com pedido de afastamento do Prefeito em dezembro de 2014, estando em tramitação desde então.	A última movimentação contida no Processo data de 02 de maio de 2016, no qual o juiz determina a busca dos endereços atuais da representada através de ofício ao Tribunal Regional Eleitoral, tendo em vista que, apesar de várias tentativas, os oficiais de justiça não conseguiram encontrar a representada para efetivar sua notificação.
	São João do Sóter (25 a 28 de agosto de 2014)	Firmado um TAC com o município.	Cláusulas dentro do prazo de cumprimento.
2ª Etapa	Caxias (29 de setembro a 03 de outubro de 2014)	A Promotora de Justiça ajuizou Ação Civil Pública de Obrigação de fazer.	
	Vargem Grande (20 a 24 de outubro de 2014)	Firmado um TAC no mês de outubro de 2016, visando à melhoria da qualidade do transporte escolar no município.	Cláusulas dentro do prazo de cumprimento.

	Governador Edison Lobão (15 a 19 de junho de 2015)	Intentada a Ação Civil Pública nº. 588-06.2015.8.10.0041, que está em tramitação.	Autos conclusos para despacho do juiz.
	Presidente Juscelino (15 de dezembro de 2014 a 06 de março de 2015)	Ajuizadas as ações de Improbidade, Obrigação de fazer e Representação ao PGJ em novembro de 2016.	
	Anajatuba	Firmado um TAC em junho/2016, para assegurar a prestação do serviço de transporte escolar no município.	Cláusulas dentro do prazo de cumprimento.
3ª Etapa	Viana (23 a 27 de novembro de 2015)	Fiscalização realizada pelo MPMA, CGU, MP de Contas e demais instituições parceiras no projeto.	Aguardando relatório de auditoria da CGU para providências legais cabíveis.
	Timon (23 a 27 de novembro de 2015)	Reunião agendada para o dia 18/01/2017 (tendo em vista o recesso judiciário), com a Secretaria de Educação.	Instaurada Notícia de fato na Promotoria de Justiça para apurar as irregularidades constatadas no Relatório de Auditoria encaminhado pelo CAOp/IJ, oriundo da CGU.
	Grajaú (23 a 27 de novembro de 2015)	Fiscalização realizada pelo MPMA, CGU, MP de Contas e demais instituições parceiras no projeto.	Aguardando relatório de auditoria da CGU
	Sítio Novo (23 a 27 de novembro de 2015)	Fiscalização realizada pelo MPMA, CGU, MP de Contas e demais instituições parceiras no projeto.	Aguardando relatório de auditoria da CGU
4ª Etapa	Aldeias Altas - CGU (31 de julho a 06 de agosto de 2016)	Fiscalização realizada pelo MPMA, CGU, MP de Contas e demais instituições parceiras no projeto.	Aguardando relatório de auditoria da CGU
	Altamira do Maranhão – CGU (14 a 20 de agosto de 2016)	Fiscalização realizada pelo MPMA, CGU, MP de Contas e demais instituições parceiras no projeto.	Aguardando relatório de auditoria da CGU
	Humberto de Campos – CGU (12 a 16 de setembro de 2016)	Fiscalização realizada pelo MPMA, CGU, MP de Contas e demais instituições parceiras no projeto.	Aguardando relatório de auditoria da CGU

Barra do Corda – TCE (14 a 20 de agosto de 2016)	Fiscalização realizada pelo MPMA, CGU, MP de Contas e demais instituições parceiras no projeto.	Aguardando relatório de auditoria da CGU
Fernando Falcão – TCE (14 a 20 de agosto de 2016)	Fiscalização realizada pelo MPMA, CGU, MP de Contas e demais instituições parceiras no projeto.	Aguardando relatório de auditoria da CGU
Cajari – TCU (24 a 28 de outubro de 2016)	Fiscalização realizada pelo MPMA, CGU, MP de Contas e demais instituições parceiras no projeto.	Aguardando relatório de auditoria da CGU
Bom Jardim – TCU (31 de outubro a 04 de novembro de 2016)	Fiscalização realizada pelo MPMA, CGU, MP de Contas e demais instituições parceiras no projeto.	Aguardando relatório de auditoria da CGU

Fonte: CAOp-Educação/PGJ, 2016.

Ressalte-se que, ainda como desdobramento do Projeto Transporte Escolar, o Ministério Público do Maranhão, por meio do CAOp Educação, provocou o Departamento Estadual de Trânsito do Maranhão - DETRAN-MA acerca da ausência de regulamentação do transporte escolar no estado.

Assim, após algumas reuniões entre DETRAN e MPMA, com o apoio do MPC, chegou-se à minuta de uma Portaria de Inspeção Veicular no Transporte Escolar, que foi apresentada pelos parceiros no dia 20 de novembro de 2015, no auditório Gervásio Santos, na Assembleia Legislativa do Maranhão, para a sociedade civil, gestores municipais e estaduais; empresários de transporte e profissionais da imprensa, sendo esta publicada no DOE de 26 de novembro de 2015.

Projeto “Acompanhamento e monitoramento dos planos estadual e municipais de educação”

O CAOp/Educação, em parceria com a Escola de Formação de Governantes, concebeu o Programa de Ações Estratégicas – PAE, que possibilita a orientação, elaboração, inserção e monitoramento de ações que operacionalizem os Planos Municipais de Educação – PME’s em todos os municípios participantes do Programa Interinstitucional “Educação de qualidade: direito de todo maranhense”.

Em linhas gerais, o projeto de acompanhamento e monitoramento dos planos estadual e municipais de educação colocará à disposição dos municípios participantes um apoio da EFG na operacionalização dos planos, os quais serão inseridos no Sistema Operacional de Monitoramento e Avaliação (SOMA) e terão seus prazos monitorados pelo MPMA.

Projeto “Educação Inclusiva”

Inspirado no seminário de educação inclusiva “A escola ideal acolhe e não faz diferença”, realizado nos dias 11 e 12 de abril de 2016, na cidade de Imperatriz, por uma iniciativa conjunta do CAOP Educação com a Promotoria da Educação daquela cidade, conduzida pela Promotora de Justiça e membro do CAOp, Sandra Soares de Pontes, o projeto objetiva promover a participação de educadores, promotores de justiça e profissionais relacionados à área, visando à melhoria da educação inclusiva no Estado.



Dentre outras ações, prevê a realização de um estudo da política nacional de educação na perspectiva inclusiva, promovendo a articulação com entidades da sociedade civil organizada, para o fortalecimento do controle social na área da educação, além de campanhas educativas que rompam com todo e qualquer tipo de situações discriminatórias, preconceituosas e excludentes, fomentando, desse modo, a reflexão da sociedade maranhense sob essa ótica.

Projeto “MPEDUC”

O Projeto “Ministério Público pela Educação-MPEDUC” foi implementado por meio do Protocolo de Intenções, firmado entre o Ministério Público do Maranhão e o Ministério Público Federal, por intermédio da Procuradoria da República no Estado, com o escopo de verificar se os recursos públicos destinados à educação estão sendo devidamente aplicados, bem como melhorar os baixos índices de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB nos municípios.

Com a participação da comunidade e dos gestores municipais, o Promotor de Justiça e o Procurador da República fazem um diagnóstico da situação da educação no município, reunindo subsídios à elaboração de estratégias e recomendações a serem encaminhadas aos gestores públicos a fim de que sejam tomadas as providências necessárias para o saneamento das irregularidades identificadas.

Em linhas gerais, o projeto prevê as seguintes etapas: instauração de inquérito civil público; apresentação do Programa aos Órgãos Executores e Conselhos Sociais; preenchimento online de questionários pelas escolas, conselhos e gestores; realização da primeira audiência pública, com o objetivo de ouvir a população sobre as questões relacionadas ao sistema de ensino local; visitação das escolas; identificação das demandas a serem trabalhadas (consolidação dos dados obtidos com os questionários, audiências públicas e visitas); elaboração das recomendações, com vistas a sanar as irregularidades identificadas; realização da segunda audiência pública, para informar a sociedade sobre os resultados alcançados.

Na primeira etapa do projeto, 11 municípios maranhenses foram contemplados: Anajatuba; Araganã; Bacurituba; Belágua; Cachoeira Grande; Codó; Davinópolis; Governador Edson Lobão; Lago da Pedra; Pedro do Rosário e Peritoró.

CENTRO DE APOIO OPERACIONAL CRIMINAL - CAOP CRIM

É um órgão auxiliar da Administração Superior do Ministério Público do Maranhão, que possui, entre outros, o objetivo de melhorar o desempenho das funções institucionais dos órgãos de execução do Parquet Maranhense, promovendo-lhes a devida interação e intercâmbio, sendo-lhes, além disso, dadas orientações técnico-jurídicas com a remessa de informações de mesma natureza, além de promover a articulação, harmonização, mediação de relações e a integração das ações voltadas à segurança pública e defesa social com atribuições em todo espaço territorial maranhense.

Em 2016, visando à otimização das ações do Centro Operacional Criminal foram incluídos na estrutura do CAOP-Crim três núcleos: Execução Penal, Júri e Controle Externo da Atividade Policial. Integram a equipe do CAOP/Criminal o Promotor de Justiça e coordenador José Cláudio Almada Lima Cabral Marques, além da assistente ministerial Kátia Andréa Pereira de Abreu e do assessor técnico Jonh Selmo de Souza do Nascimento.

Projetos desenvolvidos:



- **Monitoramento de Dados da Violência na Grande Ilha de São Luís através do Sistema de Informação Geográfico - SIGS (Georreferenciamento de CVLIS e CVNLIs) com Diagnóstico Criminal** - Em parceria com a Secretaria de Estado de Segurança Pública, Prefeitura Municipal de São Luís, Câmara Municipal de São Luís e Instituto Maranhense de Estudos

Socioeconômicos e Cartográficos foi desenvolvido com o objetivo elaborar com regularidade o Diagnóstico da Segurança Pública do Estado do Maranhão, visando à otimização do planejamento e gestão direcionada à proteção dos direitos e liberdades individuais, bem como a proteção da vida e da propriedade dos cidadãos, através de propostas de políticas públicas. Também visa municiar o Sistema de Justiça Criminal sobre dados da violência e da criminalidade para sua atuação cotidiana na prevenção e repressão aos delitos. Encontra-se em fase de assinatura do convênio.

- **Projeto de Integração dos Sistemas de Informações dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança e Justiça Criminal - Web Service** - Através de um Termo de Cooperação visa garantir a interoperabilidade de informações entre os sistemas de informações disponíveis pelo Poder

Judiciário, Secretaria de Segurança Pública, Secretaria de Administração Penitenciária, Ministério Público Estadual, Departamento Estadual de Trânsito-DETRAN e Secretaria Adjunta da Tecnologia e Informação, através da tecnologia Web Service, agilizando as atividades de agentes de segurança pública. A ferramenta vai garantir o acesso dos Promotores de Justiça e Juizes de Direito criminais a informações de dados referentes à criminalidade desde o registro da ocorrência policial até a fase da execução penal.

Projeto “Promotorias Especializadas de Segurança Pública”



O Projeto Promotorias Especializadas de Segurança Pública objetiva implementar no âmbito do MPMA um sistema de atuação funcional na esfera criminal a partir de estratégias de inteligência, orientadas pelo planejamento, integração, proatividade e gestão de resultados, visando, com isso, contribuir para o enfrentamento da violência e da criminalidade.

O Caop-Crim propõe a revisão da estrutura atual das Promotorias de Justiça de Controle Externo

da Atividade Policial e a ampliação, dentre as atribuições institucionais, do olhar sobre a segurança pública numa perspectiva de tutela coletiva. Nesse aspecto, a atribuição central deste novo modelo de Promotoria de Justiça será a busca do consenso: colaborando com o poder público na implementação e adoção de políticas públicas; mediando as tratativas entre os agentes comprometidos com os problemas no meio social; e fiscalizando a execução dos serviços públicos.

Para tanto, precisará ter acesso a instrumentos procedimentais de tutela dos interesses difusos e coletivos, que lhe proporcionem a condução da investigação a partir do inquérito civil, da celebração de Termos de Ajustamento de Conduta e da expedição de Recomendações. A judicialização dos conflitos, portanto, somente sairá da inércia quando fracassarem as tentativas de alcançar o resultado pelo consenso.

Programa de Ações integradas e Ordenamento Urbano/Segurança Pública - O Programa envolve órgãos públicos de diversas áreas, notadamente a da Segurança Pública, objetivando uma atuação conjunta, preferencialmente preventiva - caráter pedagógico e de orientação - e, se necessário, repressiva - aplicação de sanções administrativas e adoção das providências cabíveis, encaminhando-se as ocorrências e autuações ao representante do Ministério Público -, em todos os segmentos, combatendo as diversas formas de ilícitos e seus respectivos desdobramentos, promovendo-se encaminhamentos no âmbito administrativo,

civil e penal. Por meio dessas ações integradas, busca-se a preservação da ordem pública, exercendo os serviços de fiscalização e proteção, visando à melhoria da qualidade de vida e o exercício pleno da cidadania. O projeto terá a participação da Secretaria de Estado de Segurança Pública; Polícia Militar; Corpo de Bombeiros Militar; Polícia Civil; Prefeitura Municipal de São Luís; Secretaria Municipal de Segurança Pública; Secretaria Municipal de Urbanismo; Blitz Urbana; Secretarias Estadual e Municipal de Meio Ambiente; Secretaria de Estado da Saúde, por intermédio da Diretoria de Vigilância Sanitária; Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN;

Atuação da Coordenação do CAOP-CRIM



- Integrar o Comitê de Mobilização da Meta ENASP do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão.
- Compõe a Comissão de Gestão do Planejamento Estratégico (CGPE) para o período 2016-2021;
- Integra o Grupo de Monitoramento, Acompanhamento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Estado do Maranhão, na condição de suplente.

Participação em Reuniões/Evento:

- Participação em reuniões no Palácio do Governo Estadual para tratar do Projeto de Integração dos Sistemas de Informações dos órgãos que compõem o Sistema de Segurança e Justiça Criminal-Web Service;
- Assinatura do Termo de Cooperação no Tribunal de Justiça do Estado do Projeto de Integração dos Sistemas de Informações;
- Participação no Seminário de Apresentação do Centro Estadual de Apoio às Vítimas- CEAV;
- Apresentação do Projeto de Promotorias de Segurança Pública para a Administração Superior do MPMA, no dia 18 de outubro de 2016, com a presença do Promotor de Justiça Jádel Silva – SC.
- Participação em reuniões no Instituto Maranhense de Estudos Socioeconômicos e Cartográficos-IMESC, para tratar do Projeto Monitoramento de Dados da Violência na Grande Ilha de São Luís através do Sistema

- de Informação Geográfico – SIGS
(Georreferenciamento de CVLIS e CVNLIs)
com Diagnóstico Criminal;
- Realização do SEMINÁRIO SOBRE O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL, no dia 17 de outubro de 2016, com participação de Membros do Ministério Público, Poder Judiciário, Secretaria de Segurança Pública, Polícia Militar, Defensoria Pública e comunidade acadêmica. Foram palestrantes os Promotores de Justiça Elísio Teixeira Neto (MPDF e Secretário-geral da CONAMP) Rodrigo Brandalise (MPRS) e o Dr. Ney Belo Filho - Desembargador Federal.
 - Realização do III ENCONTRO NACIONAL DE COORDENADORES DE CAOPS CRIM, no dia 17 de outubro de 2016, com a seguinte pauta: PL 8045- estratégias de atuação; Metas da ENASP; Súmula Vinculante 56; Tráfico privilegiado; Audiência de Custódia; Diagnóstico do Sistema Prisional Brasileiro; Regime Aberto com monitoração eletrônica; Saídas Temporárias com monitoração eletrônica;
 - Participação das reuniões do Grupo de Monitoramento, Aperfeiçoamento e Fiscalização do Sistema Carcerário do Estado do Maranhão;
 - Participação nas atividades de Planejamento Estratégico.

Participação em audiências públicas:

- Audiência Pública na Câmara Municipal de São Luís sobre Monitoramento da violência e criminalidade pelo CAOP-Crim em 24 de abril de 2016;
- OAB/MA, tendo como tema Audiência de Custódia, em 6 de junho de 2016;
- Cidade Olímpica, com o tema Violência e Criminalidade na Ilha de São Luís, em 8 de maio de 2016;
- Parque Vitória, com o tema Violência e Criminalidade na Ilha de São Luís, em 16 de março 2016.

Reuniões:

- Reuniões referentes ao Inquérito Civil nº 01/2016² ao longo de 2016;
- Reunião sobre situação de perícias judiciais em 6 de agosto de 2016;
- Reunião com o PGJ e entidades sindicais sobre o PL 257, em 27 de julho de 2016;
- Reunião da Campanha “Testemunhar é um ato de cidadania”, em 23 de maio de 2016.

² Este ICP tem por objeto verificar a legalidade da concessão de licença e autorizações pelos órgãos públicos, assim como a fiscalização das mesmas.

Atuação na Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública - ENASP

A ação proposta pelo CNMP no âmbito da Enasp tem o objetivo de agilizar a investigação e o julgamento dos crimes de homicídio. Para isso, foram fixadas quatro metas:

- A Meta 2 consiste em concluir todos os inquéritos e procedimentos que investiguem homicídios dolosos instaurados até 31 de dezembro 2007.
- A Meta 2.1 consiste em concluir todos os inquéritos e procedimentos que investiguem homicídios dolosos de 1 de janeiro 2008 a 31 de dezembro de 2008.
- A Meta 2.2 consiste em concluir todos os inquéritos e procedimentos que investiguem homicídios dolosos de 1 de janeiro de 2009 a 31.12.2009.
- Inqueritômetro (alimentação do Sistema do CNMP - meta cumprida).

Enfrentamento a Mortes Decorrentes de Intervenção Policial = Trata-se da coleta e remessa de dados relativos a todos os municípios do Estado do Maranhão, para monitoramento da ENASP.

Feminicídio = Coleta e remessa de dados relativos a todos os municípios do Estado. Meta cumprida em 5 de dezembro de 2016. 25 casos de Feminicídio sendo monitorados.

Participação do Coordenador do CAOp/Criminal nas atividades da ENASP:

- Reunião da ENASP, no dia 02 de março de 2016, com o tema – FEMINICÍDIO;
- Realização da Reunião da ENASP, em São Luís-MA, no dia 18 de outubro de 2016, com o tema: Desdobramento da Meta 04 – FEMINICÍDIO.
- III Encontro Nacional do Ministério Público, em Belo Horizonte - MG, no período de 31 de agosto a 02 de setembro de 2016.
- VII Encontro Nacional do Ministério Público no Sistema Prisional e reunião ordinária da ENASP, no período de 20 a 23 de setembro de 2016.
- Reunião da ENASP, na cidade do Rio de Janeiro, no dia 09 de dezembro de 2016, em que foram divulgados os dados de Feminicídio das Unidades da Federação.

Destaque da atuação:

Divulgação de estatísticas referentes à ocorrência, nos municípios que compõem a Grande São Luís (Raposa, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e São Luís), dos Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI).

Para cumprimento da Resolução instituidora do CAOp-Crim, houve, no decorrer de todo o ano de 2016, por parte do Órgão Auxiliar da atividade do Controle Externo da Atividade Policial no MP/MA, a divulgação de estatísticas referentes à ocorrência, nos municípios que compõem a Grande São Luís (Raposa, São José de Ribamar, Paço do Lumiar e São Luís), dos Crimes Violentos Letais Intencionais

(CVLI), metodologia sugerida pela SENASP para aferição dos delitos intencionais com resultado morte. Além disso, outras publicações, resultantes de comparativos existentes dos dados de homicídios oriundos da SSP/MA (e outras fontes) e aquelas referentes a assaltos corridos em coletivos, foram realizadas no sítio da Instituição.

Realização das inspeções nas Delegacias de Polícia Civil e Órgãos de Perícia.

Merece ser destacada a ampla publicidade dada pelo CAOp-CRIM aos promotores com atribuições no Controle Externo da Atividade Policial, por intermédio tanto de e-mail (mala direta) quanto pela divulgação no sítio da Instituição, dos prazos estipulados pelo CNMP (Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e

Segurança Pública) para realização das inspeções nas Delegacias de Polícia Civil e Órgãos de Perícia, dos referidos formulários de visita técnica a serem utilizados nas vistorias, e outras informações relevantes para alimentação do sistema do CNMP com os dados obtidos nas inspeções.

GESTÃO ADMINISTRATIVA E SERVIÇOS AUXILIARES

Gestão Orçamentária e Financeira

COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

A Coordenadoria de Orçamento e Finanças realizou suas funções regimentais de planejamento, execução e controle orçamentário e financeiro, conforme a LOA 2016, com orçamento aprovado e suplementações no valor total de **R\$ 406.229.523,73**.

Do total aprovado, 73,01% foram destinados a despesas com *Pessoal e Encargos*; 23,80%, a *Outras Despesas Correntes*, e 3,19%, a *Investimento*.

No exercício de 2016, foram executados 99,03% do Orçamento do Ministério Público Estadual, sendo 99,99 com *Pessoal e Encargos Sociais*; 99,57% com *Outras Despesas Correntes*, e 72,82% com *Investimento*, de acordo com o detalhamento abaixo:

Tabela 41 – Detalhamento das Despesas – 2016

Descrição	R\$
ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	406.229.523,73
PROGRAMA: 0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça Objetivo: Garantir a atuação de forma resolutiva do Ministério Público Estadual.	371.783.859,73
Ação: 2963 – Coordenação das Ações Essenciais à Justiça Finalidade: Garantir ao MPE recursos suficientes destinados a cobrir despesas administrativas de seu programa	359.264.033,24
Ação: 3037 – Construção da Sede Própria do Ministério Público Finalidade: Construir prédio para funcionamento de sede própria do Ministério Público na capital Maranhense	1.800.000,00
Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público	9.974.326,49
Ação: 4426 – Desenvolvimento Institucional da Procuradoria Geral da Justiça Finalidade: Promover de forma integrada a qualificação do pessoal de modo a obter melhores condições de trabalho e altos índices de produtividade.	745.500,00
PROGRAMA: 0411 - Apoio Administrativo Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo com a legislação	34.445.664,00
Ação: 0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	28.158.412,00
Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	6.287.252,00

Fonte: COF/PGJ, 2016.

Do valor total autorizado para a concretização desses programas, o Ministério Público executou 98,70%, demonstrado a seguir por programas e ainda por projeto/atividade.

Tabela 42 – Execução Orçamentária

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR PROGRAMA

Descrição	Autorizado	Empenhado	% Execução
ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	406.229.523,73	402.283.715,93	99,03
0337 – Gestão de Ações Essenciais à Justiça	371.783.859,73	367.847.566,15	98,94
0411 – Apoio Administrativo	34.445.664,00	34.436.149,78	99,97

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR PROJETO/ATIVIDADE

Descrição	Autorizado	Empenhado	% Execução
ÓRGÃO:07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	406.229.523,73	402.283.715,93	99,03
PROGRAMA: 0337 – Gestão da Cidadania Objetivo: Assegurar a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.	371.783.859,73	367.847.566,15	98,94
Ação: 2963 – Direção e Coordenação da Cidadania Finalidade: Garantir o pagamento do pessoal da Procuradoria Geral de Justiça	359.264.033,24	358.766.001,76	99,86
Ação: 3037 – Construção da Sede Própria do Ministério Público Finalidade: Construir prédio para funcionamento de sede própria do Ministério Público na capital Maranhense.	1.800.000,00	1.799.938,35	99,99
Ação: 3038 – Construção, reforma e aparelhamento de unidades do Ministério Público Finalidade: Construir, reformar e equipar prédios para funcionamento do Ministério Público	9.974.326,49	6.538.810,68	65,56
Ação: 4426 – Desenvolvimento Institucional da Procuradoria Geral da Justiça Finalidade: Desenvolver ações para implantação e implementação da gestão e melhoria contínua da Instituição.	745.500,00	742.815,36	99,64
PROGRAMA: 0411 - Previdência dos Servidores Públicos do Estado Objetivo: Garantir ao servidor público estadual direitos previdenciários de acordo com a legislação	34.445.664,00	34.436.149,78	99,97
Ação: 0900 - Contribuição à Previdência do Servidor Público Estadual Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	28.158.412,00	28.149.066,61	99,97
Ação: 0901 - Contribuição ao Regime Geral da Previdência Finalidade: Garantir os direitos e benefícios previdenciários dos servidores	6.287.252,00	6.287.083,17	99,99

Fonte: COF/PGJ, 2016.

Para execução desses programas o orçamento foi distribuído em grupos de despesas, conforme demonstração a seguir.

Tabela 43 – Detalhamento por Grupo de Despesas

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR GRUPO DE DESPESA

Descrição	Autorizado (A)	Empenhado (B)	Liquidado (C)	% B/A	% C/A
ÓRGÃO: 07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	406.229.523,73	402.283.715,93	393.778.487,57	99,03	96,93
1 - PESSOAL E ENCARGOS	296.604.151,00	296.586.525,20	296.586.525,20	99,99	99,99
3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	96.685.289,24	96.273.902,96	92.506.830,46	99,57	95,68
4 - INVESTIMENTOS	12.940.083,49	9.423.287,77	4.685.131,91	72,82	36,21

Fonte: COF/PGJ, 2016.

O orçamento detalhado por elemento de despesa foi assim executado:

Tabela 44 – Detalhamento por Elemento de Despesas

EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO POR ELEMENTO DE DESPESA

Descrição	Empenhado	Liquidado
ÓRGÃO:07000 – MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO	402.283.715,93	393.778.487,57
07 - CONTRIBUIÇÃO AO FEPA E AO FUNBEN	28.149.066,61	28.149.066,61
08 – AUXÍLIO MORADIA	17.167.705,95	17.167.705,95
11 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	233.202.640,19	233.202.640,19
13 - OBRIGAÇÕES PATRONAIS	6.287.083,17	6.287.083,17
14 - DIÁRIAS - PESSOAL CIVIL	809.649,27	809.649,27
16- AJUDA DE CUSTO	5.600,00	5.600,00
30 - MATERIAL DE CONSUMO	1.774.740,73	1.398.500,46
33 - PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	365.269,98	365.269,98
36 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA	3.291.592,00	3.239.945,24
37 - LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA	6.804.527,12	6.701.426,30
39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	22.913.264,35	19.741.243,26
46 - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	22.956.376,95	22.956.376,95
49 – AUXÍLIO TRANSPORTE	79.647,20	79.647,20
51 - OBRAS E INSTALAÇÕES	6.885.418,87	3.697.214,31
52 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	2.537.868,90	987.917,60
91 - SENTENÇA JUDICIAL	18.162.555,47	18.162.555,47
92 - DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	20.492.065,61	20.428.002,05
93 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	9.984.291,03	9.984.291,03
94 - INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	414.352,53	414.352,53

Fonte: COF/PGJ, 2016.

Tabela 45 – Indicadores decorrentes da execução orçamentária 2016

Descrição	%
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA GERAL	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	99,03
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM PESSOAL	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	99,99
Despesa Realizada com Pessoal / Despesa Total Realizada	73,73
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM OUTRAS DESPESAS CORRENTES	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	99,57
Despesa Realizada com Outras Despesas Correntes / Despesa Total Realizada	23,93
ÍNDICE DE UTILIZAÇÃO ORÇAMENTÁRIA COM INVESTIMENTOS	
Despesa Realizada / Despesa Autorizada	72,82
Despesa Realizada com Capital / Despesa Total Realizada	2,34

Fonte: COF/PGJ, 2016.

Em sua *home page* o Ministério Público do Estado do Maranhão mantém de forma transparente a execução orçamentária e extraorçamentária dos recursos recebidos por suas duas unidades gestoras: Procuradoria Geral de Justiça e o Fundo Especial do Ministério Público Estadual.

COORDENADORIA DA FOLHA DE PAGAMENTO

De modo a ilustrar o crescente aumento na demanda dos serviços da Coordenadoria de Folha de Pagamento, demonstramos a seguir a evolução do número de servidores.

Tabela 46 – Evolução da Folha de Pagamento

ANO	MÊS	CATEGORIA	SERVIDORES	CRESCIMENTO MÊS
2016	1	Comissionado	462	-
2016	1	Efetivo	585	-
2016	1	Membro	337	-
2016	1	Requisitado	325	-
TOTAL			1709	-
2016	12	Comissionado	472	2,16%
2016	12	Efetivo	586	0,17%
2016	12	Membro	337	0,00%
2016	12	Requisitado	328	0,92%
TOTAL			1723	0,82%
CRESCIMENTO ANUAL			14	0,82%

Fonte: CFP/PGJ, 2016.

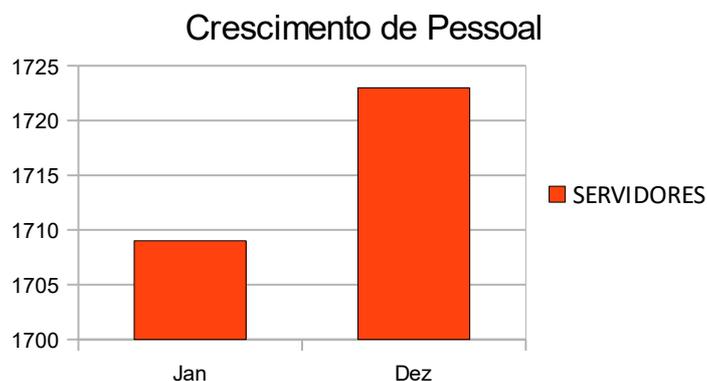


Gráfico 6 – Evolução da Folha de Pagamento
Fonte: CFP/PGJ, 2016.

Conclui-se que houve um crescimento no número de servidores durante o ano de 2016 na ordem de 0,82%, aumentando o número de demandas à folha de pagamento, como manutenção da folha, lançamentos, consignações etc., só relativo à folha principal.

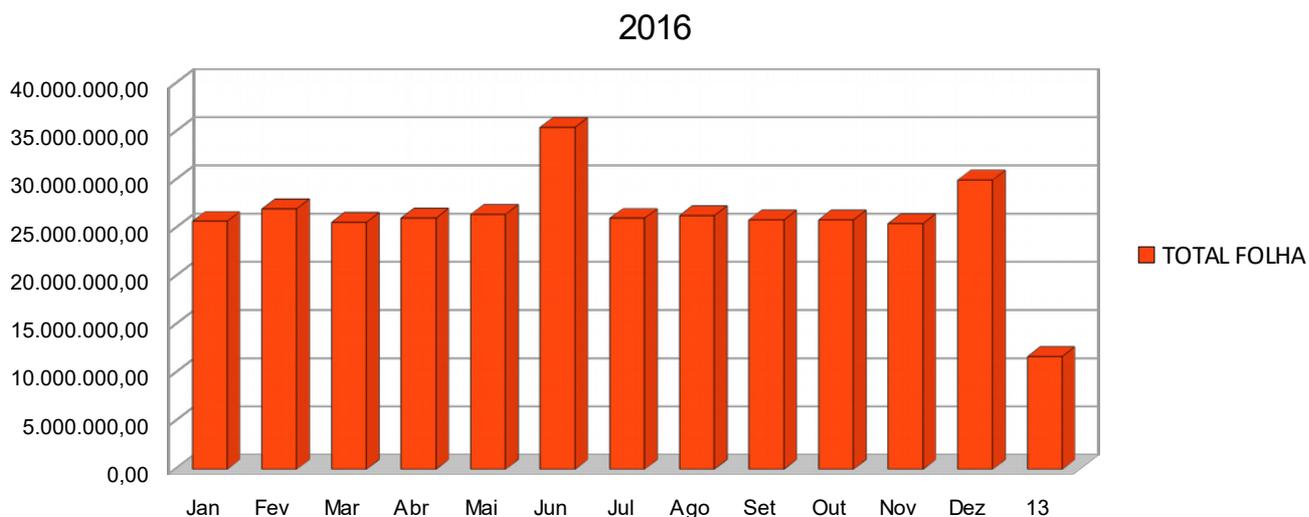


Gráfico 7 - Valores da Folha de Pagamento
 Fonte: CFP/PGJ, 2016.

Tabela 47: Evolução da Remuneração

Categoria	Valor Jan	Valor Dez	% Aumento
Comissionado	1.919.766,07	1.955.685,55	1,87%
Efetivo	3.327.981,30	3.408.640,29	2,42%
Membro	11.876.171,18	11.808.625,34	-0,57%
Requisitado	2.255,26	2.255,26	0,00%
TOTAL	17.126.173,81	17.175.206,44	0,29%

Fonte: CFP/PGJ, 2016.

Obs: Foi considerada toda a remuneração dos mesmos servidores presentes tanto na folha de janeiro quanto na folha de dezembro, desconsiderando-se a verba de terço constitucional de férias.

RELAÇÃO DE DIRIGENTES RESPONSÁVEIS E ORDENADORES DE DESPESAS DA PGJ-MA 2016
PERÍODO JANEIRO/2016 A MAIO/2016

Tabela 48 – Dirigentes e Ordenadores de Despesas PGJ-MA

Nome	Endereço	Cargo	Cargo Efetivo	Período de Gestão	Matrícula	CPF	Nº e Data da Publicação (Nomeação)	Nº e Data da Publicação (Exoneração)
Regina Lúcia de Almeida Rocha	R. Eng. Rui Mesquita, Nº 4, Lt. 4 e 5, Qd. 07, Apto 1301, Ed. Bérnago – Calhau. São Luís-MA	Procuradora-Geral de Justiça	Procurador de Justiça	15/06/2012 até a 30/05/2016	240622	106.710.803-34	Nº 094 de 15/05/2012	-
Francisco das Chagas Barros de Sousa	Rua Passagem Franca, Qd. 08, C. 11 D, Cond. Dom Francisco – Quintas do Calhau – São Luís/MA	Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos	Procurador de Justiça	02/09/2014 até a presente data	387282	044.757.983-53	Nº 528, de 02/09/2014	-
Luiz Gonzaga Martins Coelho	Av. dos Holandeses, Rua Boninas, Qd 03, Apto 1600, Ed. José Tarcito de Almeida Andrade – Ponta D'Areia. São Luís-MA	Diretor-Geral da PGJ-MA	Promotor de Justiça	15/06/2012 até 30/05/2016	651919	235.096.943-68	Nº 118 de 19/06/2012	-
Emmanuel José Peres Netto Guterres Soares	Rua Parnaíba, Qd 1, Lote 10, Ed. Acapulco Residência. Bl 1, Apto 602 – Ponta do Farol – São Luís-MA	Diretor-Geral da PGJ-MA	Promotor de Justiça	07/03/2016 a 14/04/2016; 18/04/2016 a 10/05/2016; 11/05/2016 a 24/06/2016	1064039	437.756.163-49	Portaria 1430/2016 – GPGJ; Portaria 2677/2016 – GPGJ; Portaria 4012/2016 – GPGJ;	-
Carmen Lígia Paixão Viana	Rua 25, Qd. 27, Casa 37 – Jardim América - São Luís/MA	Diretora da Secretaria Administrativo-Financieira	Analista Ministerial	02/02/2015 até a presente data	1069541	515.592.853-20	Nº 049, de 02/02/2015	-

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES - MPMA 2016

Tatiana Alves de Paula	Rua Projetada 234, Casa 08, Condomínio Gran Village. São Luís-MA	Coordenadora de Orçamento e Finanças	Analista Ministerial	04/07/2005 até a presente data	470179	304.349.983-20	Nº 086 de 05/05/1995	-
Elizabeth Jardim Pedraça	Rua Mitra, 18, Bloco B, Apto. 404 – Renascença - São Luís-MA	Coordenadora de Orçamento e Finanças	Analista Ministerial	12/01/2016 a 10/02/2016	1070248	404.544.443-20	Portaria 9853/2015 - GPGJ	-

Fonte: ASPLAN/PGJ, 2016.

RELAÇÃO DE DIRIGENTES RESPONSÁVEIS E ORDENADORES DE DESPESAS DA PGJ-MA 2016
PERÍODO JUNHO/2016 A DEZEMBRO/2016

Tabela 49 – Dirigentes e Ordenadores de Despesas PGJ-MA

Nome	Endereço	Cargo	Cargo Efetivo	Período de Gestão	Matrícula	CPF	Nº e Data da Publicação (Nomeação)	Nº e Data da Publicação (Exoneração)
Luiz Gonzaga Martins Coelho	Av. dos Holandeses, Rua Boninas, Qd 03, Apto 1600, Ed. José Tár cito de Almeida Andrade – Ponta D'Areia. São Luís-MA	Procurador-Geral de Justiça	Promotor de Justiça	14/06/2016 até a presente data	651919	235.096.943-68	Nº 098 de 30/05/2016	-
Francisco das Chagas Barros de Sousa	Rua Passagem Franca, Qd. 08, C. 11 D, Cond. Dom Francisco – Quintas do Cahau – São Luís/MA	Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos	Procurador de Justiça	02/09/2014 até a presente data	387282	044.757.983-53	Nº 528, de 02/09/2014	-
Emmanuel José Peres Netto Guterres Soares	Rua Parnaíba, Qd 1, Lote 10, Ed. Acapulco Residência. Bl 1, Apto 602 – Ponta do Farol – São Luís-MA	Diretor-Geral da PGJ-MA	Promotor de Justiça	15/06/2016 até a presente data	1064039	437.756.163-49	Nº 112 de 17/06/2016	-
Carmen Lígia Paixão Viana	Rua 25, Qd. 27, Casa 37 – Jardim América - São Luís/MA	Diretora da Secretaria Administrativo-Financeira	Analista Ministerial	02/02/2015 até a presente data	1069541	515.592.853-20	Nº 049, de 02/02/2015	-

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – MPMA 2016

Tatiana Alves de Paula	Rua Projetada 234, Casa 08, Condomínio Gran Village. São Luís-MA	Coordenadora de Orçamento e Finanças (gestora financeira)	Analista Ministerial	04/07/2005 até a presente data	470179	304.349.983-20	Nº 086 de 05/05/1995	-
Leticia de Cássia Cantanhede Fonseca	Rua 22, Qd. 23, Casa 07 – Maiobão – Paço do Lumiar/MA	Coordenadora de Orçamento e Finanças	-	15/07/2016 a 28/08/2016	1070893	013.917.623-39	Portaria nº 5063/2016 - GPGJ	-

Fonte: ASPLAN/PGJ, 2016.

RELAÇÃO DE DIRIGENTES RESPONSÁVEIS E ORDENADORES DE DESPESAS DO FEMPE 2016
PERÍODO JANEIRO/2016 A MAIO/2016

Tabela 50 – Dirigentes e Ordenadores de Despesas FEMPE

Nome	Endereço	Cargo	Cargo Efetivo	Período de Gestão	Matrícula	CPF	Nº e Data da Publicação (Nomeação)	Nº e Data da Publicação (Exoneração)
Regina Lúcia de Almeida Rocha	R. Eng. Rui Mesquita, Nº 4, Lt. 4 e 5, Qd. 07, Apto 1301, Ed. Bérqamo – Calhau. São Luís-MA	Procuradora-Geral de Justiça	Procurador de Justiça	15/06/2012 até a 30/05/2016	240622	106.710.803-34	Nº 094 de 15/05/2012	-
Francisco das Chagas Barros de Sousa	Rua Passagem Franca, Qd. 08, C. 11 D, Cond. Dom Francisco – Quintas do Calhau – São Luís/MA	Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos	Procurador de Justiça	02/09/2014 até a presente data	387282	044.757.983-53	Nº 528, de 02/09/2014	-
Luiz Gonzaga Martins Coelho	Av. dos Holandeses, Rua Boninas, Qd 03, Apto 1600, Ed. José Tárçito de Almeida Andrade – Ponta D'Areia. São Luís-MA	Diretor-Geral da PGJ-MA	Promotor de Justiça	15/06/2012 até 30/05/2016	651919	235.096.943-68	Nº 118 de 19/06/2012	-
Emmanuel José Peres Netto Guterres Soares	Rua Parnaíba, Qd 1, Lote 10, Ed. Acapulco Residência. Bl 1, Apto 602 – Ponta do Farol – São Luís-MA	Diretor-Geral da PGJ-MA	Promotor de Justiça	07/03/2016 a 14/04/2016; 18/04/2016 a 10/05/2016; 11/05/2016 a 24/06/2016	1064039	437.756.163-49	Portaria 1430/2016 – GPGJ; Portaria 2677/2016 – GPGJ; Portaria 4012/2016 – GPGJ;	-

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – MPMA 2016

Carmen Lígia Paixão Viana	Rua 25, Qd. 27, Casa 37 – Jardim América - São Luís/MA	Diretora da Secretaria Administrativo-Finan- ceira	Analista Ministerial	02/02/2015 até a pre- sente data	1069541	515.592.853-20	Nº 049, de 02/02/2015	-
Tatiana Alves de Paula	Rua Projetada 234, Casa 08, Condomínio Gran Villa- ge. São Luís-MA	Coordenadora de Or- çamento e Finanças	Analista Ministerial	04/07/2005 até a pre- sente data	470179	304.349.983-20	Nº 086 de 05/05/1995	-
Elizabeth Jardim Pedraça	Rua Mitra, 18, Bloco B, Apto. 404 – Renascença - São Luís-MA	Coordenadora de Or- çamento e Finanças	Analista Ministerial	12/01/2016 a 10/02/2016	1070248	404.544.443-20	Portaria 9853/2015 - GPGJ	-

Fonte: ASPLAN/PGJ, 2016.

RELAÇÃO DE DIRIGENTES RESPONSÁVEIS E ORDENADORES DE DESPESAS DO FEMPE 2016
PERÍODO JUNHO/2016 A DEZEMBRO/2016

Tabela 51 – Dirigentes e Ordenadores de Despesas FEMPE

Nome	Endereço	Cargo	Cargo Efetivo	Período de Gestão	Matrícula	CPF	Nº e Data da Publicação (Nomeação)	Nº e Data da Publicação (Exoneração)
Luiz Gonzaga Martins Coelho	Av. dos Holandeses, Rua Boninas, Qd 03, Apto 1600, Ed. José Tár cito de Almeida Andrade – Ponta D'Areia. São Luís-MA	Procurador-Geral de Justiça	Promotor de Justiça	14/06/2016 até a presente data	651919	235.096.943-68	Nº 098 de 30/05/2016	-
Francisco das Chagas Barros de Sousa	Rua Passagem Franca, Qd. 08, C. 11 D, Cond. Dom Francisco – Quintas do Cahau – São Luís/MA	Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos	Procurador de Justiça	02/09/2014 até a presente data	387282	044.757.983-53	Nº 528, de 02/09/2014	-
Emmanuel José Peres Netto Guterres Soares	Rua Parnaíba, Qd 1, Lote 10, Ed. Acapulco Residência. Bl 1, Apto 602 – Ponta do Farol – São Luís-MA	Diretor-Geral da PGJ-MA	Promotor de Justiça	15/06/2016 até a presente data	1064039	437.756.163-49	Nº 112 de 17/06/2016	-
Carmen Lígia Paixão Viana	Rua 25, Qd. 27, Casa 37 – Jardim América - São Luís/MA	Diretora da Secretaria Administrativo-Financeira	Analista Ministerial	02/02/2015 até a presente data	1069541	515.592.853-20	Nº 049, de 02/02/2015	-

RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES – MPMA 2016

Tatiana Alves de Paula	Rua Projetada 234, Casa 08, Condomínio Gran Village. São Luís-MA	Coordenadora de Orçamento e Finanças (gestora financeira)	Analista Ministerial	04/07/2005 até a presente data	470179	304.349.983-20	Nº 086 de 05/05/1995	-
Letícia de Cássia Cantanhede Fonseca	Rua 22, Qd. 23, Casa 07 – Maiobão – Paço do Lumiar/MA	Coordenadora de Orçamento e Finanças	-	15/07/2016 a 28/08/2016	1070893	013.917.623-39	Portaria nº 5063/2016 - GPGJ	-

Fonte: ASPLAN/PGJ, 2016.

GESTÃO DE PESSOAS

COORDENADORIA DE GESTÃO DE PESSOAS

Os últimos acontecimentos nos cenários econômico e político no Brasil exigiram dos gestores públicos grandes esforços para desenvolverem uma administração que correspondesse aos anseios dos cidadãos. Com o Ministério Público não foi diferente, mas apesar das dificuldades esta Procuradoria Geral de Justiça continuou seus avanços na área de Gestão de Pessoas, respeitando os limites prudenciais impostos. Dentre esses avanços, citam-se:

1. Incorporação dos “**21,7%**” nos contracheques dos servidores em janeiro de 2017;
2. Aprovação do **aumento no valor do Auxílio-alimentação dos servidores** de R\$ 710,00 para **R\$ 1.000,00**, pela Lei nº nº 10.539, de 14 de dezembro de 2016, (DJ 14/12/16), para implantação a partir de 01 de janeiro de 2017;
3. Realização de duas Semanas de Saúde, ocorridas nos meses de março e novembro, com a prestação de serviços de vacinação, medição de pressão arterial, teste de glicemia, além de palestras nas áreas de medicina, saúde bucal e qualidade de vida e oficina de ginástica laboral;
4. Nomeação e posse de 13 (treze) Promotores Substitutos aprovados no concurso público realizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme Edital nº 01/2013, de 27 de agosto de 2013 e Resolução nº 03/2013-CSMP;
5. Prorrogação, por dois anos, da validade do referido Concurso Público para Membros, pelo Ato nº 353/2016, de 15 de agosto de 2016, publicado no Diário da Justiça de 18 de agosto de 2016, devendo ser considerado a partir de 16 de setembro de 2016, como garantia das condições de provimento em caso de cargos a vagar nesse período;
6. Titularização de sete Promotores de Justiça em comarcas de entrância inicial, até então vagas;
7. Promoção de quatro Promotores de Justiça;
8. Remoção de sete Promotores de Justiça;
9. Nomeação e Posse de nove servidores efetivos, sendo: um Analista Ministerial e oito Técnicos Ministeriais aprovados no Concurso Público para provimento de cargos do Quadro de Apoio Técnico-administrativo, homologado em 04 de novembro de 2013, publicado no Diário da Justiça, de 05 de novembro de 2013, e prorrogado por dois anos, pelo Edital de Prorrogação, de 04 de novembro de 2015, publicado no Diário da Justiça, de 06 de novembro de 2015, devendo ser considerado a partir de 05 de novembro de 2015;

10. Realização e homologação de três Concursos de Remoção para servidores efetivos estáveis com a oferta de nove cargos de Técnicos Ministeriais, sendo três na área Administrativa e seis na área de Execução de Mandados e um de Analista Ministerial – área: Assistência Social, em 12 comarcas localizadas no interior;
11. Promoção/Progressão de 279 servidores efetivos;
12. Concessão de 25 Adicionais de Qualificação – AQ contemplando, assim, um total de 371 servidores, correspondendo a 81,9% do atual quadro de cargos efetivos providos por servidores estáveis, que fazem jus ao adicional, o que resulta em um acréscimo de, no mínimo, 10 % nos vencimentos;
13. Certificação digital para membros e servidores a fim de habilitá-los para atuarem nos processos eletrônicos;
14. Criação de **40 cargos de servidores efetivos**, sendo 15 de Analista Ministerial e 25 de Técnico Ministerial, pela Lei nº 10.539, de 14 de dezembro de 2016, (DJ 14/12/16);
15. Criação de **13 cargos comissionados** e **6 Funções de Confiança** para servidores efetivos, sendo 03 FC-01 e 03 FC-02, pela Lei nº 10.539, de 14 de dezembro de 2016, (DJ 14/12/16);
16. Inclusão de “irmão” de membros e servidores, como pessoa da família para efeitos de concessão da **Licença para Acompanhar Pessoa da Família**, pelo Ato Regulamentar nº 22/2016, de 29 de novembro de 2016;
17. Realização do Processo Seletivo para estagiários não-obrigatório, pelo Edital nº 01/2016, homologado pelo Edital nº 11/2016, de 09 de dezembro de 2016, publicado no Diário da Justiça de mesma data;
18. Iniciada a transição do sistema de RH para o novo sistema GESP, sendo necessário um grande esforço para a alimentação manual, considerando que o antigo sistema não permitiu a compatibilidade para migração eletrônica dos dados.
19. Alimentação do cadastro do CNMP com dados sobre os membros;

Tabela 52: Quantitativo de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça

Descrição	TOTAL em 31/12/16	% de participação
Membros	336	17,06
Servidores Efetivos	588	29,86
Exclusivamente Comissionados	474	24,07
Requisitados	330	16,76
Aposentados /Pensionistas	192	9,75
Estagiários não obrigatórios	49	2,49
TOTAL	1.969	100

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

Provimento de cargos:

Tabela 53: Provimento de cargos Efetivos

CARGOS EFETIVOS	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Promotor de Justiça	13	40	1	3	2	33	23
Analista Ministerial	8	2	4	21	-	-	7
Técnico Ministerial	19	7	53	67	-	-	32
Auxiliar Ministerial	0	0	0	0	-	-	-
TOTAL	40	49	58	91	2	33	62

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

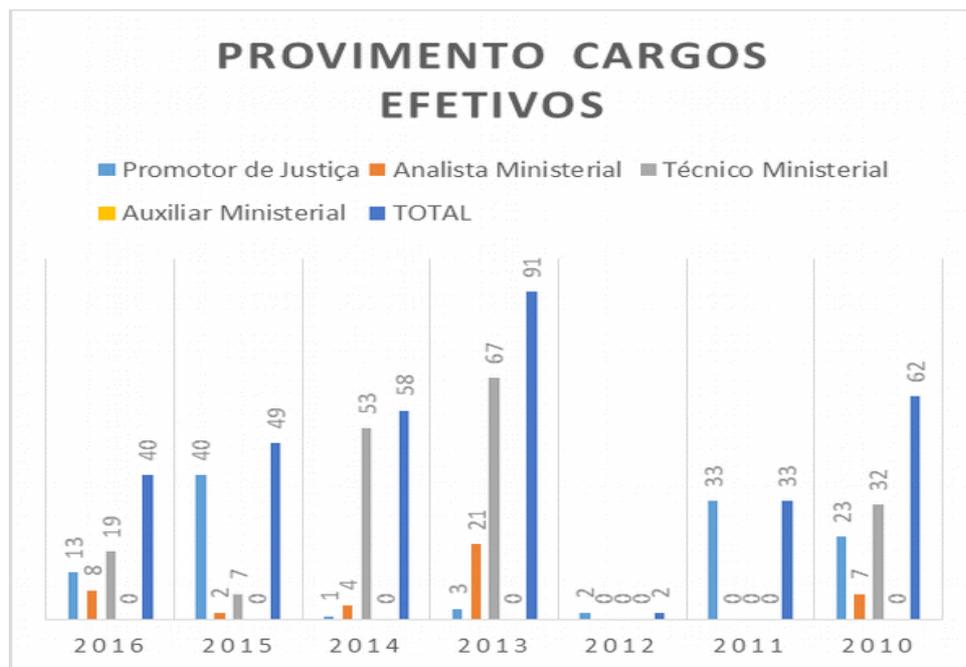


Gráfico 8: Provimento de cargos Efetivos

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

Tabela 54: Provimento de Cargos Comissionados

NOMEAÇÕES - CARGO	Quantidade de Nomeações Comissionados						
	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
De indicação do Procurador-Geral de Justiça	47	31	24	37	114	37	52
De indicação de Procurador de Justiça	25	43	28	87	33	44	37
De indicação de Promotor de Justiça	69	91	102	132	193	22	86
TOTAL	141	165	154	256	340	103	175

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

* Em 2013 houve a autorização de provimento de 31 novos cargos de Assessor de Procurador de Justiça;

** Criação/provimentos de novos cargos de Assessor de Promotor de Justiça: 2010 = 80 cargos; 2011 = 36 cargos e 2012 = 198 cargos; e em 2013 = 29 cargos

Tabela 55: Vacâncias cargos efetivos (Exonerações/Demissões, falecimento, aposentadoria)

EXONERAÇÕES CARGOS EFETIVOS	Quantidade de Exonerações/Vacâncias						
	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Promotor de Justiça	12	1	1	3	5	3	3
Analista Ministerial	2	1	4	1	-	3	6
Técnico Ministerial	6	10	16	6	7	12	29
Auxiliar Ministerial	0	0	2	0	0	0	0
TOTAL	20	12	23	10	12	18	38

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

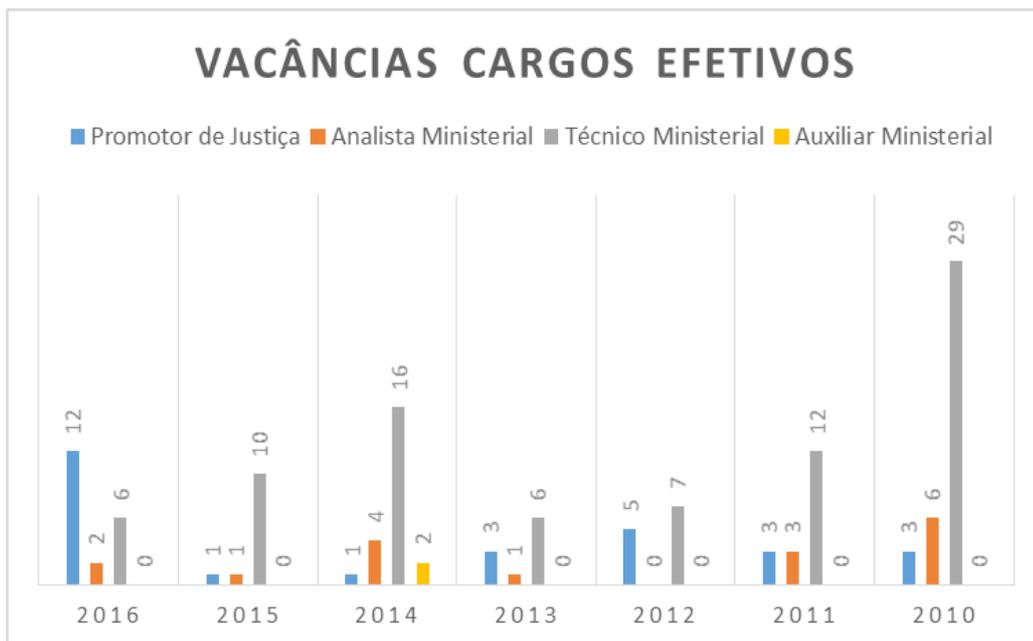


Gráfico 9: Vacâncias cargos efetivos

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

Tabela 56: Vacâncias cargos comissionados

VACÂNCIAS CARGOS COMISSIONADOS	Quantidade de Exonerações/Vacâncias						
	2016	2015	2014	2013*	2012	2011	2010
De indicação do Procurador-Geral de Justiça	31	23	17	26	90	28	50
De indicação de Procurador de Justiça	24	38	25	58	31	20	37
De indicação de Promotor de Justiça	71	76	80	93	42	22	5
TOTAL	126	137	122	177	163	70	92

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

* Em 2013, com a autorização de provimento de 31 novos cargos de Assessor de Procurador de Justiça, houve casos de exoneração de ocupantes do cargo de Assessor IV para a nomeação destes como Assessor de Procurador de Justiça;

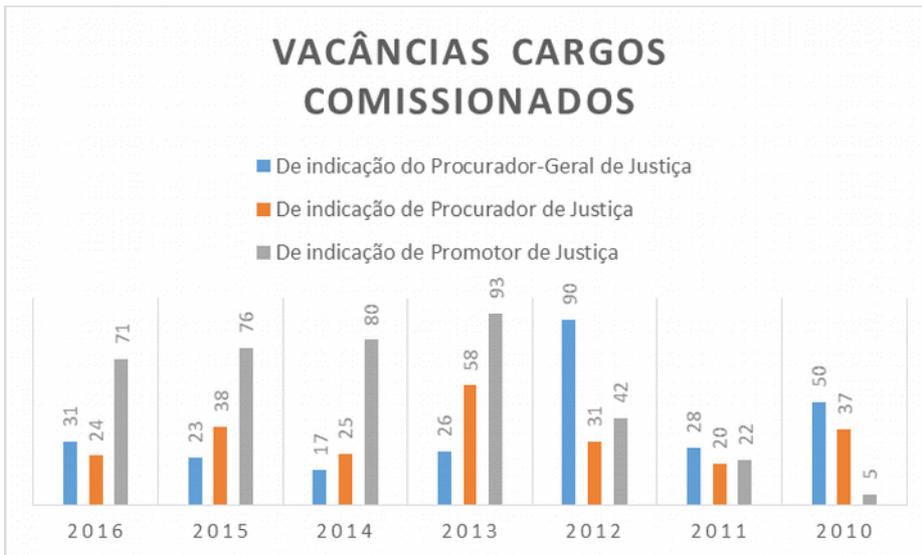


Gráfico 10: Vacâncias cargos comissionados

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

Tabela 57: Movimentação na Carreira de Membros

Movimentação	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Promoção para Procurador de Justiça	0	1	0	2	0	-	2
Promoção de Promotor de Justiça	4	2	23	23	47	2	2
Titularidade de Promotor de Justiça	7	38	3	1	26	22	16
Remoção	7	28	50	35	59	18	25
Aposentadoria de Procurador de Justiça	0	0	1	1	1	0	2
Aposentadoria de Promotor de Justiça	1	1	1	1	2	0	0

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

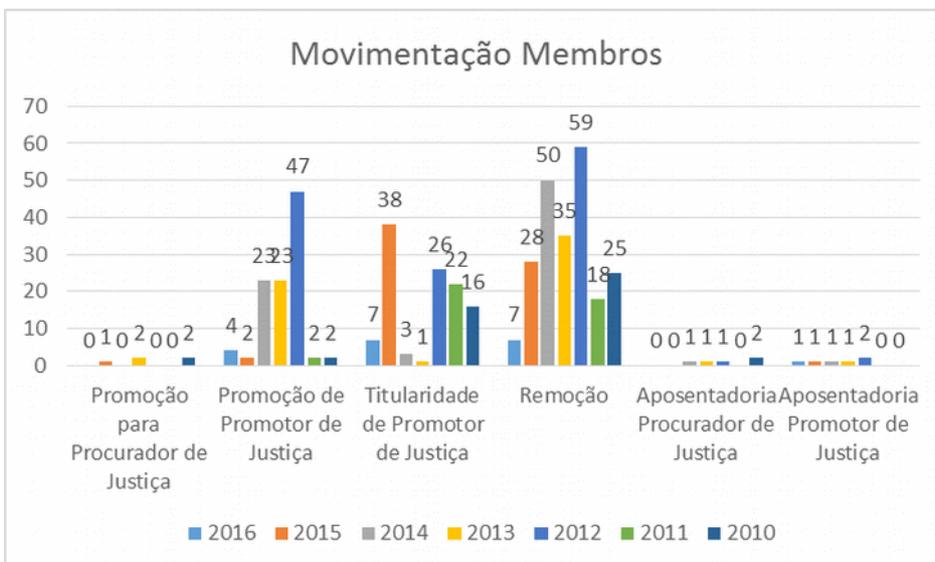


Gráfico 11: Movimentação na Carreira de Membros

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

Tabela 58: Movimentação na Carreira - Servidores

Movimentação na Carreira - Servidores	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Homologação de estágio probatório	0	0	1	34	17	38	182
Movimentação na Carreira: Promoção + Progressão	279	271	312	437	528	325	403
Remoções	7	14	62	9	16	10	24

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

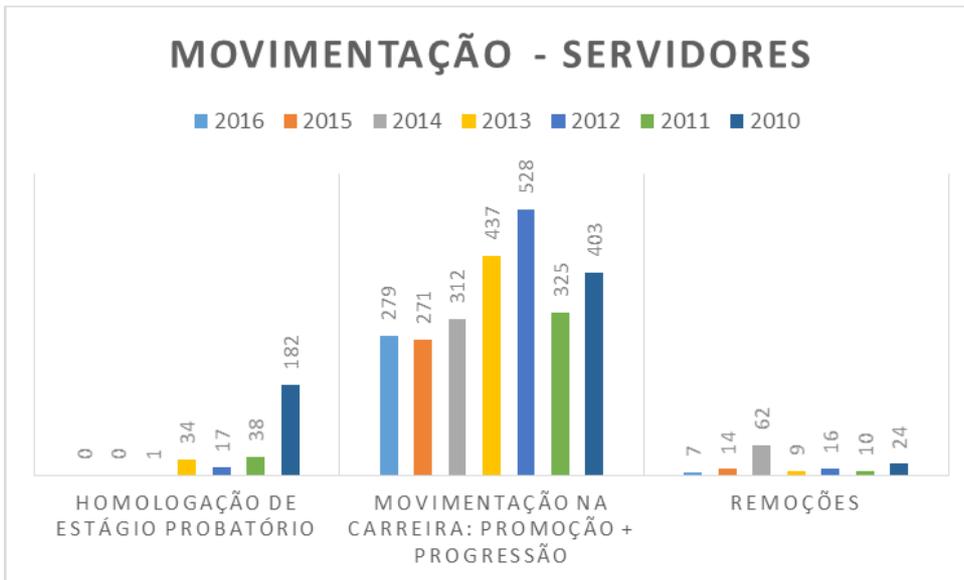


Gráfico 12: Movimentação na Carreira – Servidores

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

Adicional de Qualificação – AQ

Instituído pela Lei nº 9.925, de 25 de setembro de 2013, e regulamentado pelo Ato Regulamentar nº 14/2013, publicado no Diário da Justiça, edição nº 192, de 02 de outubro de 2013, foram concedidos **25 (vinte e cinco)** Adicionais de Qualificação, em 2016.

Atualmente, o benefício do Adicional de Qualificação contempla 371 (trezentos e setenta e um) servidores, que corresponde a 81,9%, de um total de 453 cargos efetivos providos por servidores estáveis, conforme descrito a seguir. Ressalte-se que o Adicional de Qualificação garante um acréscimo de, no mínimo, 10% nos vencimentos dos servidores.

Tabela 59: Servidores com Adicional de Qualificação

QUANTITATIVO DE SERVIDORES CONTEMPLADOS COM O ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO – 2016					
Nível do AQ	Analista	Técnico	Auxiliar	TOTAL	%
Graduação	4	153	4	161	43,4
Especialização	76	113	5	194	52,29
Mestrado	10	3	0	13	3,5
Doutorado	3	0	0	3	0,81
TOTAL de servidores com AQ	93	269	9	371	81,9

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

Tabela 60: Servidores sem Adicional de Qualificação

QUANTITATIVO DE SERVIDORES SEM O ADICIONAL DE QUALIFICAÇÃO – 2016				
Descrição	Analista	Técnico	Auxiliar	TOTAL
Cargos Providos servidores estáveis	98	332	23	453
Quantitativo de servidores estáveis <u>sem</u> AQ	5	63	14	82
% por cargo de servidores SEM AQ	5,1	18,98	60,87	18,1

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

7 – AÇÕES DE SAÚDE FUNCIONAL



Outubro Rosa

Apoio à campanha Outubro Rosa, que conscientiza sobre o câncer de mama. Na capital, uma palestra realizada pela médica mastologista Gláucia Cordeiro orientou membros e servidores sobre a prevenção do câncer de mama. A iluminação

do prédio-sede da Procuradoria Geral de Justiça, fotos de membros e servidores do Ministério Público da capital e interior vestindo a cor rosa foram outras formas encontradas pela instituição para apoiar a campanha.



Semana de Saúde Funcional

Compromisso com a saúde, bem-estar e qualidade de vida. Membros e servidores participaram de uma programação especialmente pensada para a Semana de Saúde Funcional.

Palestras sobre vida saudável, cuidados com a alimentação, prevenção ao suicídio foram alguns dos

temas abordados. Membros e servidores também tiveram acesso aos serviços de atualização de vacinas, verificação de glicemia, verificação de pressão arterial, sessões de ginástica laboral, acupuntura e massagem.



Novembro Azul

Para conscientizar os homens sobre a importância da manutenção da saúde e diagnóstico precoce do câncer de próstata, membros e servidores receberam informação através da palestra com o médico urologista José de Ribamar Calixto, um dos maiores conhecedores do assunto no Brasil. Houve distribuição de laços simbólicos da campanha e brindes.

Tabela 61: Ações do Programa de Qualidade de Vida

AÇÃO	2016	2015	2014	2013	2012	2011
Vacinação	230	500	402	305	72	211
Atendimento Médico - consultas	1.386	1.514	3.300	2.501	1.688	1.763
Atendimento Odontológico – nº pacientes	548	358	850	961	558	421
Atendimento Odontológico – nº procedimentos	899	899	3.220	3.603	1.601	2.192
Análise de Processos Administrativos	1.201	1208	957	711	606	745
Exames admissionais/rotina	32	42	32	185	150	63

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

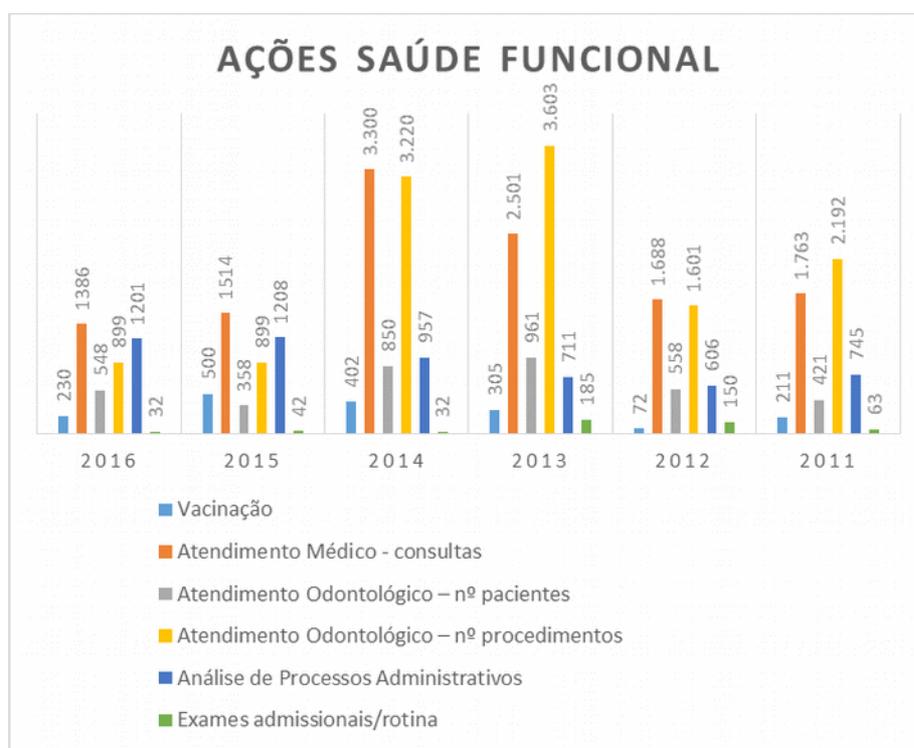


Gráfico 13: Ações do Programa de Qualidade de Vida

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

9 – Processo Seletivo para estagiário não-obrigatório



Realizado, em novembro, concurso para seleção de estagiários. As provas aconteceram simultaneamente em São Luís, Bacabal, Balsas, Imperatriz e Caxias. Na capital e no interior, 833 candidatos concorreram a 90 vagas de nível médio/técnico e superior em 12 áreas de conhecimento. Toda a organização e realização do seletivo foram de responsabilidade da Escola Superior do Ministério Público e da Procuradoria Geral de Justiça.

Tabela 62: Resumo do Concurso de Estagiários

Descrição	Quant.
Nº de cidades de realização das provas	5
Nº de vagas	90
Nº de Inscritos	1.298
Nº de inscrições deferidas	828
Nº de candidatos que realizaram as provas	555
Nº de ausentes nas provas	177
Nº de reprovados	240
Nº de candidatos aprovados	315

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

Tabela 63: Gestão do Estágio Não-Obrigatório

Descrição	Nº de Estagiários						
	Ato Reg. 13/2015	Ato Reg. 13/2015	Ato Reg. 10/2014	Ato Reg. 03/2013	Ato Reg. 14/2011	Ato Reg. 02/2010	Ato Reg. 02/2010
	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010
Nº Estagiários Total	150	150	132	132	132	91	91
Admitidos	32	46	128	4	29	69	41
Renovação de Estágio	29	64	2	19	36	26	44
Desligados	98	56	18	41	61	64	33

Nº de estagiários em exercício em dezembro	49	115	127	15	52	86	79
--	----	-----	-----	----	----	----	----

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

Obs. Não houve processo seletivo em 2012 e 2013. Em 2015 foi prorrogado o seletivo de 2014.

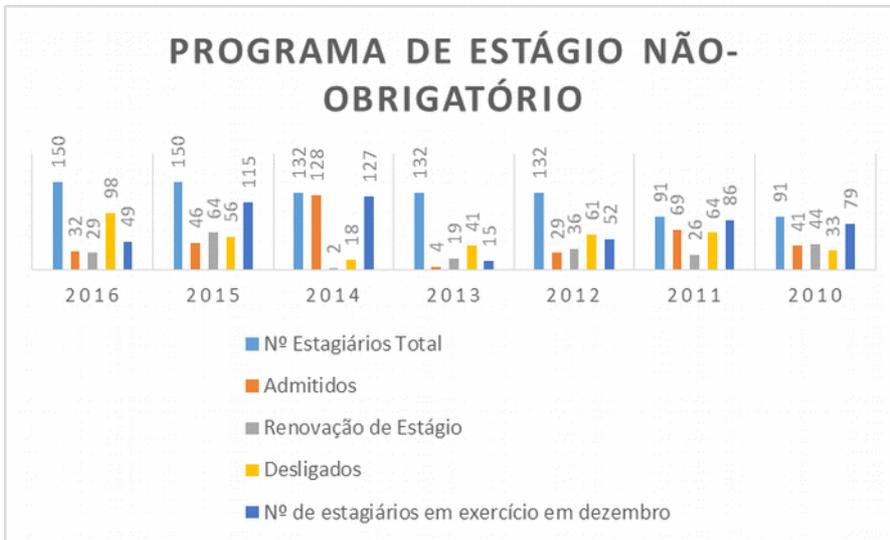


Gráfico 14: Gestão do Estágio Não-Obrigatório
Fonte: CGP/PGJ, 2016.

Foram realizados e homologados três concursos de remoção de servidores efetivos e um iniciado, mas ainda em andamento.

Tabela 64: Concurso de remoção de servidores efetivos

Ítems	1º Concurso	2º Concurso	3º Concurso	4º Concurso *
Nº de vagas	4	3	2	1
Nº de inscritos	4	-	1	2
Nº Servidores Removidos	3	-	1	-

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

* Em andamento

Concurso Público para o provimento de 25 cargos de Promotor de Justiça Substituto - Foi realizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional – CEAF do Ministério Público do Estado do Paraná, conforme Edital nº 01/2013, de 27 de agosto de 2013, e Resolução nº 03/2013-CSMP, homologado em 12 de setembro de 2014, publicado no DJ de 16 de setembro de 2014 e prorrogado pelo Ato nº Ato nº 353/2016, de 15 de agosto de 2016, DJ de 18 de agosto de 2016, devendo ser considerado a partir de 16 de setembro de 2016.

Tabela 65: Concurso para ingresso na carreira de Promotor de Justiça

Descrição	2015	2016	TOTAL
Aprovados	76	76	76
Nomeados	46	13	59
Não tomaram posse/Fim de fila	6	0	5
Exonerados	1	8	9
Em efetivo exercício	39	44	44

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

11.2 – Concurso cargos servidores efetivos

Concurso Público para provimento de cargos do Quadro de Apoio Técnico-administrativo, homologado em 4 de novembro de 2013, publicado no DJ em 5 de novembro de 2013, prorrogado, por dois anos, pelo Edital de Prorrogação, de 4 de novembro de 2015, publicado no DJ de 6 de novembro de 2015, devendo ser considerado a partir de 5 de novembro de 2015.

Tabela 66: Resumo com dados de nomeações – Concurso 2013*

CARGO	Vagas Concurso Previsão Edital	Candidatos Nomeados	Em Efetivo Exercício	Não tomaram posse/ não as- sumiram / Desistência Nome- ação/ reprovado pericia	Fim de Fila	Exonerados
Analista Ministerial	22	38	24	9	1	4
Técnico Ministerial	86	180	110	41	4	25
TOTAL	108	218	134	50	5	29

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

* Dados referente a dezembro de 2016.

Tabela 67: Capacitação de membros e servidores

Item	2016	2015*	2014*
Nº Membro/Servidores Treinados	68	101	299

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

* Dados extraídos dos Termos de Referências elaborados na CGP.

Tabela 68: Procedimentos Administrativos

ATIVIDADE	2016	2015	2014
Declaração de Margem de Consignação	586	831	854
Processos administrativos informados	13.216	18.841	18.844
Ofícios expedidos	149	306	511
Memorandos expedidos	284	436	594
Elaboração Atos de servidores e membros	521	579	659
Elaboração Portarias de servidores e membros	9.670	10.194	8497
Publicação de documentos no Sistema de Boletim Interno Eletrônico (Atos, Portarias, Editais, Atos Regulamentares, outros)	10.191	10.773	9.156
Elaboração de Termos de Referência	29	42	51

Termo de Compromisso de Estágio	32	46	128
Termo de Renovação de Estágio	29	64	2
Termo de Desligamento de Estágios	98	56	18
Termo de Realização de Estágio	94	56	18
Editais de Convocação de Estágio	18	26	17

Fonte: CGP/PGJ, 2016.

Permanecem como atividades da Coordenadoria de Gestão de Pessoas, além daquelas demonstradas e quantificadas anteriormente, outras de rotina, tais como:

- Alimentação mensal do Portal da Transparência, área de Gestão de Pessoas;
- Cadastramento e alimentação do Sistema de RH/GESP dos dados cadastrais e funcionais dos servidores e membros do Ministério Público;
- Encaminhamento para o Setor de Folha de Pagamento de todas as informações que impliquem inclusão, exclusão, implantação, alterações em contracheque de servidores e membros do Ministério Público;
- Preparação de todo o processo de admissão de servidores: análise da documentação, nomeação, posse, lotação e encaminhamento à localidade de trabalho, cadastramento no sistema;
- Elaboração de todas as etapas do Processo de Avaliação de Desempenho dos Servidores;
- Elaboração e publicação do Quadro de Antiguidade dos membros do Ministério Público
- Gestão do programa de estágio não obrigatório incluindo os processos de admissão, renovação, avaliação e desligamento dos estagiários não obrigatórios e as atividades referentes ao pagamento de seguro de vida, informações para a elaboração da folha de pagamento mensal e controle do recesso remunerado.
- Produção dos crachás de identidade funcional;
- Elaboração de Programas de Treinamento de Servidores;
- Inscrição de servidores para participarem de cursos e acompanhamento na realização dos treinamentos.

GESTÃO DO CONHECIMENTO

ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO



A **Escola Superior do Ministério Público** é órgão auxiliar do Ministério Público e visa à preparação, capacitação e aperfeiçoamento profissional e cultural de membros, servidores e estagiários da instituição, bem como ao oferecimento de cursos jurídicos e afins, de pós-graduação, à sociedade em geral.

Em 2016, o planejamento da Escola Superior do Ministério Público foi realizado em parceria com os **CAOPs – Centros de Apoio Operacionais** e com os **órgãos administrativos**, havendo uma concentração das atividades de capacitação na Escola, com a respectiva certificação, sem qualquer ônus aos destinatários.

Destaca-se, em relação aos anos anteriores, a maior interação entre membros, servidores e setores administrativos com a Escola Superior.

Principais atividades desenvolvidas:

- Cursos de **Ingresso de novos Promotores de Justiça** no decorrer do ano.
- Realização do 6º Congresso Anual do Ministério Público do Maranhão, sob o tema “**Ministério Público em Defesa da Ética e da Democracia: caminhos, desafios, esperanças...**”, nos dias 12 e 13 de dezembro, com participação de membros, servidores e da comunidade jurídica e acadêmica.
- Realização do **Processo Seletivo para Estágio não obrigatório**: pela primeira vez,

todo o Processo Seletivo foi realizado pela Procuradoria Geral de Justiça, sob a coordenação da Escola Superior, em parceria com a Universidade Estadual do

Maranhão – UEMA. Foram deferidas 791 inscrições, e aprovados 291 candidatos para o Pólo São Luís e interior nas mais diversas áreas

Tabela 69: Processo Seletivo para Estágio não obrigatório capital

PÓLO/SÃO LUÍS-MA	
CURSO	VAGAS
Eletrônica/Informática	7
Administração	14
Arquitetura e Urbanismo	1
Biblioteconomia	1
Ciências Contábeis	3
Comunicação Social – Jornalismo	1
Comunicação Social – Radialismo	1
Comunicação Social – Relações Públicas	2
Direito	26
História	2
Psicologia	1
Serviço Social	1

Fonte: ESMP/PGJ, 2016.

Tabela 70: Processo Seletivo para Estágio não obrigatório interior

PÓLO/INTERIOR	CURSO	VAGA
Açailândia	Direito	2
Bacabal	Direito	3
Balsas	Direito	1
Caxias	Direito	5
Codó	Direito	2
Coroatá	Administração	1
Imperatriz	Direito	7
Paço do Lumiar	Direito	1
Raposa	Direito	1
São José de Ribamar	Direito	1
Timon	Direito	4

Fonte: ESMP/PGJ, 2016.

Tabela 71: Atividades de Capacitação

Descrição	Nº de participante
Seminário do Movimento “MARANHÃO Contra a Corrupção”, em parceria com a Procuradoria Geral de Justiça, Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão - AMPEM, Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão - ESMAM e a Associação dos Magistrados do Maranhão – AMMA	57 Promotores de Justiça

Curso de Contabilidade Pública.	22
II Curso de Atualização em Processo Civil da ESMP/MA, contando carga horária, para 32 Promotores de Justiça vitaliciandos	172 (73 Promotores de Justiça, dos quais, 32 Vitaliciandos; 01 Procurador de Justiça; 86 Servidores e 12 convidados)
Curso “ELEIÇÕES 2016”	128 (84 Promotores de Justiça, sendo 32 Vitaliciandos, e 44 Assessores do MPMA)
Curso Tutela de Urgência e Inovações no Novo CPC – Imperatriz/MA, em parceria com a AMPEM e Promotoria de Imperatriz	71 (22 Promotores de Justiça, 38 Assessores do MPMA e 11 convidados)
Curso de Tiro, em parceria com a PMMA	14 Membros do MPMA
Curso de Atualização em Língua Portuguesa	29 (15 Assessores, 12 Servidores e 02 Estagiários do MPMA)
I Semana Estadual de Valorização da Mulher, em parceria com a CEMULHER / TJMA	16 Promotores de Justiça do MPMA
Curso de Vitaliciamento e Semana de Capacitação	21 Promotores de Justiça do MPMA (15 Vitaliciandos e 6 Não Vitaliciandos)
Seminário “MEDIÇÃO de Conflitos”	126 (46 Promotores de Justiça, 16 Assessores, 24 Servidores e 43 convidados)
Curso Administrador Moodle	20 (02 Promotores de Justiça e 18 Servidores)
Curso de Formação para o Centro Integrado de Justiça Juvenil do Maranhão, em parceria com a Funac, 2ª Vara da Infância e Juventude e CAOp/IJ	64 (09 Servidores do MPMA e 55 Gestores das Instituições do Sistema de Justiça)
Curso Criminalidade Organizada – Ead, em convênio com o CEAF/ESMP-SP	60 (35 Promotores de Justiça e 25 Servidores)
V Jornada de Direito da Universidade Estadual do Maranhão, em parceria com a ESMP-MA	04 Servidores
Seminário Novo Código de Processo Penal (PL-8045), em parceria com o CAOp-CRIMINAL	187 (27 Promotores de Justiça, 47 Servidores e 113 entre Comunidade Estudantil e convidados)
Curso Justiça Terapêutica – Ead, em convênio com o CEAF/ESMP-SP	51 (06 Promotores de Justiça e 45 Servidores)
Palestra Motivacional “MUDE Você Mude o Mundo”	Evento Aberto, sem certificação
Curso “Capacitação de Tutores e Conteudistas em Ensino à Distância” - II Módulo	21 Servidores
Palestra – O Sentido da Vida como Recurso de Enfrentamento ao Estresse e suas Consequências Patológicas	Evento Aberto, sem certificação
Curso “MEDIÇÃO Comunitária”	33 (18 Promotores de Justiça, sendo 9 Vitaliciandos, 10 Servidores e 5 convidados)
Curso de Preparação e Aperfeiçoamento destinado ao Ingresso e Vitaliciamento na Carreira do Ministério Público 2016 – 4ª Turma	
Curso “Nivelamento e Conhecimentos sobre a Implementação do Modelo de Gestão por Competência”	40 (06 Membros e 31 Servidores e 03 convidados)
Capacitação da Equipe do Centro Integrado de Justiça Juvenil, em parceria com o CAOp-IJ	75 integrantes da Equipe da CIJJUV
6º Congresso Anual do Ministério Público do Maranhão: “Ministério Público em Defesa da Ética e da Democracia: Caminhos, Desafios, Esperanças...”	340 (100 Promotores de Justiça, 68 Servidores, 152 Estudantes, 16 Classe Jurídica e 04 convidados)
Curso “MEDIA Training”	40 (25 Promotores de Justiça e 15 Servidores)
Palestra com as Promotoras Colaboradoras do CNMP sobre a Carta de Brasília (relativa à atuação das Corregedorias no monitoramento e acompanhamento da execução do Planejamento Estratégico)	65 (35 Promotores de Justiça e 30 Servidores)

Fonte: ESMP/PGJ, 2016.

Estatística da ESMP em 2016

Tabela 72: Eventos realizados

Resumo/Eventos	Quantidade
Eventos Oferecidos pela ESMP-MA	16
Eventos da ESMP-MA em parceria	8
Convênios da ESMP-MA	2
Total de Eventos da ESMP-MA	26

Fonte: ESMP/PGJ, 2016.

Tabela 73: Resumo das atividades de Capacitação

Resumo/Capacitados	Quantidade
Membros	651
Servidores	561
Convidados	333
Estudante de Direito	152
Estagiários	3
Total de Capacitados	1.700

Fonte: ESMP/PGJ, 2016.

* Carga Horária Total: 537 Horas

Demais Cursos:



- II Curso de Atuação de Direito Processual Civil, Recursos e Ações Impugnativas no Novo CPC;
- II Curso de Atuação de Direito Processual Civil – A Atuação do Ministério Público no Novo Processo Civil;
- Eleições 2016;
- Curso Português;
- Curso Administrador Moodle;
- Seminário Debate sobre o Projeto de Lei, Novo Código

Processo Penal;

- Curso de Mediação Comunitária;
- Curso Gestão por Competência;
- Curso Media Training;
- Curso Ead – Criminalidade Organizada – em convênio com o CEAF/ESMP–SP;
- Curso Ead – Justiça Terapêutica – em convênio com o CEAF/ESMP–SP.



COORDENADORIA DE DOCUMENTAÇÃO E BIBLIOTECA

Composta pelas Seções de Protocolo, de Arquivo, de Pesquisa Jurídica e de Editoração e Publicação, a **Coordenadoria de Documentação e Biblioteca** tem como missão realizar a gestão da política documental do Ministério Público Maranhense, visando garantir a guarda, a recuperação, o acesso, a segurança e a preservação de sua memória institucional.

Durante o ano de 2016 esta unidade administrativa buscou o efetivo cumprimento de suas atribuições dentro dos prazos legais e em quantidade compatível com as metas da Instituição, dentre as quais destacam-se:

1 – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS: Proposição e acompanhamento dos processos administrativos, que visam promover a efetividade no cumprimento dos Contratos e Atas de Registro de Preços referentes às necessidades institucionais vinculadas a esta coordenadoria.

1.1 – Assinatura e renovação de sistemas de pesquisa virtuais jurídicos e técnicos:

- a) “JURIS PLENUM OURO”: aos Membros do MPMA, Assessoria/PGJ, à Assessoria Jurídica da Administração, à Biblioteca/PGJ e à Biblioteca da Escola Superior do MPMA;
- b) “SOLLICITA”: à Comissão Permanente de Licitação;
- c) “Debit Atualiza” e “Debit Trabalhista”: Aplicativos de Cálculos de Correção Monetária e Liquidação de sentença trabalhista ao Centro de Apoio Operacional de Defesa do Patrimônio Público e da Probidade Administrativa – CAOp-ProAd e à Assessoria Técnica/PGJ;

1.2 – Quanto à Fiscalização dos serviços:

Publicidade de avisos, editais, comunicados e notas oficiais em jornais locais;

- a) Assinatura, entrega e fornecimento de jornais locais;
- b) Guarda, digitalização e gerenciamento de documentos e arquivos – “*Sistema GED Arquivar*”;
- c) Fornecimento de materiais gráficos (lotes referentes às publicações institucionais);
- d) Formatação e diagramação de obras institucionais;
- e) Suporte técnico e atualização do Sistema de Automação de Bibliotecas (*SIABI*).

2 – SUPERVISÃO EDITORAL E NORMALIZAÇÃO DE OBRAS INSTITUCIONAIS: Visa suprir as necessidades de divulgação dos programas e das publicações institucionais.

- a) Organização da Revista do MPMA - Juris Itinera nº. 23, 2016 (anual);
- b) Supervisão editorial do “Relatório de Atividades MPMA – 2015”;
- c) Normalização do “O Timbira: Anuário de Atividades da Corregedoria Geral do Ministério Público” (2015);

- d) Normalização do “Relatório de Gestão da Ouvidoria do Ministério Público”;
- e) Organização e distribuição da “Agenda MPMA AMPEM 2017” e do “Caderno de Anotações MPMA AMPEM 2017”;
- f) Revisão e distribuição do “Calendário MPMA AMPEM 2017”;
- g) Distribuição do “Mouse Pad MPMA AMPEM 2017”;
- h) Distribuição da Cartilha do CAOP-DIREITOS HUMANOS: “Orientações para legalização de associações de apoio às Casas Religiosas de Matriz Africana”;
- i) Distribuição da Cartilha “LER, ESCREVER E PENSAR” referente ao projeto desenvolvido pela Promotora de Justiça Maria José Lopes Corrêa, Titular da 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de João Lisboa.

3 – POLÍTICA DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO:

Comparativo 2015-2016 dos produtos e serviços oferecidos:

Tabela 74 – Utilização de Serviços e Produtos

ATENDIMENTO AO USUÁRIO	2015	2016
Serviço de Alerta-legislação (pesquisa, seleção e envio de normas federais e estaduais de relevância aos Membros do MPMA)	444	1.137
Serviço de Pesquisas de legislação, doutrina e jurisprudência (em meio impresso e eletrônico aos membros, servidores e comunidade em geral)	602	570
Serviço de Empréstimo de livros (jurídicos, técnicos e literários)	804	510
Consultas locais ao acervo bibliográfico	268	173
Sumários Correntes (Disponibilização <i>on line</i>)	80	-
Serviço de Publicação de matérias do MPMA no Diário da Justiça do Estado do Maranhão e no Diário Eletrônico do Ministério Público do Maranhão	3.313	3.615
Serviço de Publicidade de avisos, editais e notas oficiais nos jornais locais	157	113

Fonte: CDB/PGJ, 2016.

4 – POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO E AMPLIAÇÃO DE COLEÇÕES:

Por iniciativa desta coordenadoria, foi realizada a aquisição de livros para a Biblioteca Arcelina Mochel (PGJ), Biblioteca da ESMP, Assessoria Jurídica da Administração, Ouvidoria do MPMA, Sala de Plantão das Promotorias no Fórum da Capital e Promotorias de Justiça.

A seguir, descreve-se o comparativo anual do desenvolvimento e ampliação das coleções bibliográficas:

Tabela 75 – Evolução das coleções bibliográficas

DESENVOLVIMENTO E AMPLIAÇÃO DAS COLEÇÕES BIBLIOGRÁFICAS	2015	2016
Aquisição de livros (COMPRA)	-	316
Aquisição de Livros (DOAÇÃO)	41	26
Renovação de Assinaturas de Periódicos Jurídicos e Técnicos	16	3
Aquisição de Periódicos Jurídicos (DOAÇÃO)	20	20

Inclusão de Fascículos de Periódicos no Sistema de Automação de Bibliotecas (SIABI)	75	6
Inclusão de livros no Sistema de Automação de Bibliotecas (SIABI)	-	137

Fonte: CDB/PGJ, 2016.

5 – APOIO À IMPLANTAÇÃO DE SISTEMAS INSTITUCIONAIS:

5.1 – Disponibilização da versão *on line* do Diário Eletrônico do Ministério Público (DEMP), instituído pela Lei Estadual N° 10.399, de 29 de dezembro de 2015, na página institucional do MPMA na internet (<http://www.mpma.mp.br/index.php/diario-eletronico-do-mpma>).

6 - OUTRAS AÇÕES IMPORTANTES:

A seguir, apresenta-se o comparativo anual de outras ações e iniciativas importantes desenvolvidas por esta coordenadoria:

Tabela 76 – Ações e Iniciativas de relevo - CDB

AÇÕES DE DESTAQUE	2015	2016
Despachos em Processos Administrativos (AD) e do Conselho Superior do MP (CS)	408	449
Atualização dos Sistemas de Legislação Estadual (LEGIS) e de Legislação Municipal	71	-
Atualização – <i>Link</i> virtual de Legislação Interna	66	130
Expedição de Correspondências (Postagens via Correios)	189	250
Digitalização de processos e documentos e Indexação no Sistema GED Arquivar	300.000	300.000

Fonte: CDB/PGJ, 2016.

Tabela 77 – Atividades desenvolvidas pela Seção de Protocolo/PGJ

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016
Recebimento/Autuação de Processos Administrativos (AD)	13.708	15.266
Recebimento/Autuação de Processos do Conselho Superior (CS)	743	607
Recebimento/Autuação de outros processos	32	-
Recebimento/Autuação de Notícias de Fato (SIMP)	-	1.557
Expedição de Memorandos	11	11
Expedição de Correspondências (Postagens via Correios)	1.755	445

Fonte: CDB/PGJ, 2016.

Tabela 78 – Atividades desenvolvidas pela Seção de Arquivo/PGJ

DISCRIMINAÇÃO	2015	2016
Recebimento de documentos das unidades administrativas e dos Órgãos Superiores do MPMA (processos, pastas, caixas-arquivo, pareceres, dossiês, clippings, portarias, atos, ofícios, caixas-arquivo, memorandos, dossiês e certidões)	12.535	13.820

Envio de documentos arquivados para consulta pelas unidades administrativas (processos, pastas, caixas-arquivo, pareceres, dossiês, clippings, portarias, atos, ofícios, caixas-arquivo, memorandos, dossiês e certidões).	1.179	1.487
---	-------	-------

Fonte: CDB/PGJ, 2016.

PROGRAMA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

O **Programa Memória Institucional do Ministério Público do Estado do Maranhão** foi criado pela Resolução Nº 04/2004, aprovada pelo Colégio de Procuradores de Justiça, transformando o então Projeto Memória em programa, com atuação permanente nas seguintes linhas de atuação:

- I – o Memorial do Ministério Público Estadual;
- II – o Concurso Celso Magalhães de Monografia;
- III – o Plano Editorial Promotor Público Filipe Franco de Sá;
- IV – a Política de Conservação e Preservação da Documentação.

O Memorial do MPMA está funcionando desde sua reinauguração, em 9 de agosto de 2013, na Rua Newton Prado, nº 53 (Montanha Russa), Centro. Foi mantida a atual composição da Comissão Gestora do Programa Memória Institucional pelo Procurador-Geral de Justiça do Estado do Maranhão, Luiz Gonzaga Martins Coelho, eleito para o biênio 2016-2018.

Durante o exercício de 2016, a Comissão Gestora do Programa Memória Institucional, coordenada pelo Procurador de Justiça Teodoro Peres Neto, com o apoio da Administração Superior do MPMA, da Diretoria Geral/PGJ, da Secretaria para Assuntos Institucionais e da Coordenadoria de Documentação e Biblioteca na secretaria do desenvolvimento das atividades e relatoria das reuniões da Comissão Gestora, efetuou várias ações relacionadas à guarda, preservação, apresentação e divulgação do acervo histórico do Memorial, além da continuidade das pesquisas históricas relacionadas ao Parquet maranhense, tais como:

- Revisão, numeração e resumo dos documentos transcritos do Arquivo Público do Estado, relativos ao período de 1872-1892 e elaboração do respectivo Índice Onomástico pela Historiadora Kelcilene Rose Silva. O resultado deste trabalho será disponibilizado com a continuidade da coleção impressa “Correspondência Ativa dos Promotores Públicos do Império”;
- Continuação das pesquisas históricas e posterior transcrição dos livros de registros de assentamento de Promotores Públicos e Adjuntos de Promotores do acervo do Arquivo Público do Estado (1808);
- Digitalização dos originais dos “Autos do Processo-Crime da Baronesa de Grajaú 1876-1877 (2 volumes)” na Biblioteca Pública do Estado do Maranhão e posterior inclusão das imagens no link do Programa Memória Institucional na página virtual do MPMA, em parceria com a Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação/PGJ

(<http://www.mpma.mp.br/memorial/publicacoes/processo-da-baronesa-transcricao/>);

- Digitalização do Relatório sobre o “Caso dos Meninos Emascarados” e inclusão no Plano Editorial da PGJ;

- Produção anual de artigos sobre as ações e atividades desenvolvidas no âmbito do Programa Memória Institucional do MPMA, de autoria do escritor e Procurador de Justiça Teodoro Peres Neto, Coordenador da Comissão Gestora.

Projeto “A Escola no Memorial do MPMA”

Iniciativa e implementação do Projeto “A Escola no Memorial do MPMA”, que viabilizou a visita de alunos de escolas públicas e particulares do ensino fundamental e médio ao Memorial do MPMA, onde se encontram documentos, galerias, símbolos e demais objetos que evocam a história do Parquet Maranhense, estimulando o desenvolvimento cultural, a promoção da cidadania e a participação social, por meio de palestras ministradas por membros e servidores do MPMA, além do fornecimento de transporte, lanches e brindes:



- Centro de Ensino Coelho Neto: participação de 26 alunos;
- Colégio Santa Teresa: participação de 29 alunos;
- Colégio Liceu Maranhense: participação de 36 alunos;
- Colégio Sotero dos Reis: participação de 25 alunos;
- Escola Coelho Neto: participação de 23 alunos;
- Escola Fernando Perdigão: participação de 27 alunos;
- Escola Francisco Lisboa: participação de 29 alunos;
- Colégio Educator Invicto: participação de 29 alunos;

A estatística anual do Memorial contabilizou o total de 479 visitantes, incluindo autoridades, comunidade local e de outros Estados.

Participações em eventos:

- Registra-se a participação do Memorial do MP no evento “14ª Semana Nacional

dos Museus”, de 16 a 22 de maio de 2016, que teve por tema: “Os Museus e

- Paisagens Naturais: A comunidade do Cajueiro e suas identidades”;
- Participação do Memorial do MP na “10ª Semana da Primavera dos Museus” - tema: “Museus, Memórias e Economia da Cultura”, evento realizado de 19 a 25 de setembro de 2016;
 - Registra-se a participação do Memorial do MP em reunião no Museu Histórico e Artístico do Maranhão /MHAM para discussão do tema “Museus e História controversas: Dizer o indizível em Museus” para a “15ª Semana Nacional dos Museus” a se realizar em 2017;

GESTÃO ADMINISTRATIVA

DIRETORIA-GERAL

A Diretoria-Geral da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão, conjuntamente com as coordenadorias e assessorias que compõem a estrutura administrativa, têm atuado para oferecer aos membros e servidores do Ministério Público do Maranhão as melhores condições possíveis para o desempenho eficiente de suas atribuições, utilizando boas práticas de gestão pública, adotando um modelo gerencial de administração voltado para resultados efetivos, investindo cada vez mais em modernização dos processos, aperfeiçoando o quadro de pessoal e controle das ações empreendidas, resultando na prestação de um serviço público de qualidade à sociedade.

Principais Ações:

- Como parte do projeto “**Promotoria Legal**”, a Diretoria Geral, junto com Coordenadoria de Obras, Engenharia e Arquitetura, Coordenadoria de Serviços Gerais e Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação, realizou visitas a várias Promotorias de Justiça do interior do Estado, para atendimento das demandas identificadas, a fim de melhorar as condições físicas e estruturais dos prédios próprios e locados.



- No dia 10 de junho de 2016, foi **inaugurado o novo prédio da Procuradoria Geral de Justiça**, localizado na Av. Professor Carlos Cunha – Jaracati, em São Luís/MA. Uma sede moderna que atende às necessidades decorrentes do aumento das demandas pelos serviços prestados à sociedade. O novo prédio possui 13.721m² de área construída, distribuídos em oito pavimentos, com todas as dependências adaptadas para pessoas com deficiência. A estrutura conta ainda com auditório de 400 lugares, estacionamento com 400 vagas, além de refeitório, cozinha industrial, sala de videoconferência e de atendimento à imprensa, entre outras instalações.

- Outra importante obra entregue no ano de 2016 foi o novo **prédio das Promotorias de Justiça de Imperatriz**, inaugurado no dia 06 de dezembro. A nova sede fica localizada na Av. Perimetral José Felipe do Nascimento, Qd. 21, Residencial Kubitschek. O prédio possui uma área construída de 3.827,97m², e além de abrigar todas as 20 Promotorias de Justiça de Imperatriz, possui capacidade de ampliação para 35 promotorias. A sede tem quatro pavimentos, com as dependências adaptadas para pessoas com deficiência, dois elevadores, estacionamentos externos (com 42 vagas) e privativo (com 55 vagas), auditório com 117 lugares, refeitório, sala de capacitação, sala de videoconferência, sala de depoimento, dentre outras dependências.



- O ano de 2016 também foi marcado por avanços na estrutura predial das unidades do Ministério Público do Estado do Maranhão, através da **construção de novas sedes e de reformas/manutenções do acervo imobiliário**, proporcionando a servidores e membros melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, uma prestação de serviços mais eficiente e de qualidade à população. Registra-se a inauguração das sedes das Promotorias de Justiça de Esperantinópolis, Joselândia, Pastos Bons, São Domingos do Azeitão e Loreto. Cabe ressaltar que não existe mais nenhuma sede do Ministério Público funcionando em fóruns de justiça, estando todas em sedes próprias.
- Já estão em andamento as licitações para **reforma completa da sede da Promotoria de Justiça de Bequimão** e para a construção da nova sede de Vitorino Freire.
- Quanto à sede definitiva das **Promotorias de Justiça da Capital**, localizada na Av. Professor Carlos Cunha – Jaracati, ao lado da nova PGJ, já foi finalizada a licitação de refrigeração e está em andamento a licitação para o cabeamento estruturado e lógico da sede, ressaltando ainda o estágio avançado das obras de finalização da reforma do prédio, bem como a aquisição do mobiliário e demais acessórios para instalação das promotorias.

- Foi finalizada a transferência da **Promotoria Especializada na Defesa da Infância e Juventude** que funcionará na nova sede do Centro Integrado de Justiça Juvenil, situado na Rua das Cajazeiras, nº 190, Centro – São Luís – MA.
- Após vistoria dos setores técnicos da PGJ, os **CAOP's foram devidamente estruturados** com os móveis e equipamentos necessários ao bom desempenho das suas atividades. Cabe ressaltar que em novembro de 2016 teve início a obra de **reforma e adequação do prédio anexo da antiga sede da PGJ**, localizada na Rua Osvaldo Cruz, Centro, local que abrigará todos os centros de apoio. Também está na fase de licitação, com os devidos projetos básicos e complementares concluídos, a obra de reforma completa da antiga sede da PGJ, que, dentre outros setores, abrigará o novo **Memorial do Ministério Público do Maranhão**.
- No dia 24 de novembro de 2016, na nova sede da PGJ, foi inaugurada a **sala de apoio** aos membros do Ministério Público do Maranhão, destinada aos **promotores e procuradores aposentados** da instituição. Na ocasião, também foi assinado um Termo de Cooperação com a Secretaria de Estado da Gestão e Previdência – SEGEP, assegurando o pagamento simultâneo de membros e servidores ativos e inativos.
- Em dezembro de 2016 foi **inaugurada a galeria de retratos dos ex-procuradores-gerais de justiça** (após a Constituição Federal de 1988), situada na Sala dos Órgãos Colegiados do Ministério Público do Maranhão, com espaço destinado a todos os procuradores-gerais e membros do Conselho Superior do MP.
- Na área de Tecnologia da Informação foram feitos investimentos que refletem na **modernização do Ministério Público**, tais como a aquisição de 166 (cento e sessenta e seis) desktops e 512 (quinhentos e doze) monitores, aquisição de *Business Intelligence* (BI). O BI é uma combinação de dados operacionais (estruturados ou não) dos setores administrativos e finalísticos com ferramentas analíticas que possibilitem a aquisição, integração, pesquisa, análise, construção e descobrimento de informações complexas para tomada de decisões e planejamento.
- No ano de 2016 teve início a **migração da velocidade de conexão com a internet em todas as comarcas do Estado**, de 512 Kbps para 2 Mbps na maioria das promotorias e de 2 Mbps para 10 Mbps em algumas cidades, de acordo com a capacidade permitida para a localidade, havendo previsão de finalizar todas as migrações ainda no primeiro semestre de 2017.
- Foi formalizado um **novo contrato de telefonia móvel** com a Operadora VIVO.
- Em continuidade às ações do planejamento estratégico do MPMA, em junho de 2016, foi entregue à Administração Superior o **Plano Estratégico 2016-2021**. Em agosto, foi realizado o desdobramento do planejamento para o nível tático-operacional. Nessa etapa foram definidas as atividades a serem

desenvolvidas no nível operacional para os próximos cinco anos, com desdobramento das atividades sob responsabilidade da Corregedoria Geral, Centros de Apoio Operacional, Coordenadoria de Gestão de Pessoas, ESMP e Secretaria de Planejamento. Já em novembro, foi feito treinamento sobre o sistema de monitoramento e avaliação (STRATEC) e sobre a realização da Reunião de Acompanhamento Operacional (RAO), Reunião de Acompanhamento Tático (RAT) e Reunião de Avaliação da Estratégica (RAE).

- Em 2016, a Diretoria-Geral expediu 83 (oitenta e três) **notificações**, sobretudo destinada às empresas fornecedoras de bens e/ou serviços para a Procuradoria Geral de Justiça, visando à regularização do fornecimento ou mesmo à aplicação de penalidades quando do descumprimento de condições contratuais. Neste ano nove empresas foram encaminhadas para inscrição em dívida ativa em razão do não pagamento de multas impostas a título de penalidade.

GESTÃO PATRIMONIAL

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO

A Coordenadoria de Administração da Procuradoria Geral de Justiça, conforme os artigos 69 a 71 do Ato Regulamentar nº 20/2008-GPGJ, é responsável pelas atividades de aquisição, recebimento, controle, guarda e distribuição de materiais, abrangendo o registro, cadastramento e alienação de bens móveis e imóveis; elaboração dos termos de referência e responsabilidade na sua área de competência; bem como outras atribuições compatíveis com a natureza de suas incumbências institucionais.

É composta por três seções: Seção de Patrimônio, encarregada do controle dos bens de natureza permanente; Seção de Material, incumbida de gerir os materiais de consumo; e Seção de Compras, que detem atribuição de preparar os processos administrativos relacionados à aquisição de materiais de consumo e permanentes para o Ministério Público do Maranhão.

Recursos Financeiros despendidos em 2016:

- Durante o exercício financeiro de 2016 foram despendidos R\$ 2.630.054,73 (dois milhões, seiscentos e trinta mil, cinquenta e quatro reais e setenta e três centavos) para a aquisição de materiais permanentes, e R\$ 1.557.453,14 (um milhão, quinhentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e quatorze centavos) para materiais de consumo.

Melhorias implementadas em 2016:

- Foram adquiridos móveis para complementar os anteriormente adquiridos para nova sede da PGJ, tais como: mesas e cadeiras para o Colégio dos Procuradores;
- Planejados e adquiridos os móveis necessários para as sedes de algumas Promotorias de Justiça do Interior, quais sejam: Imperatriz, Esperantinópolis, Joselândia, Pastos Bons, São Domingos do Azeitão e Loreto.
- Foram realizados os inventários semestrais de materiais de consumo, conforme estabelece o normativo interno e deflagrado o de material permanente.
- No tocante aos bens imóveis, foram mapeadas as situações de todos que estão sob a gestão desta Instituição, visando à regularização da documentação dos mesmos. Dentre as ações tomadas estão as providências para averbações de construções, lavratura de escrituras públicas

de doação, registros de transferências de propriedade, renovação de contratos de cessão de uso, dentre outras atividades.

- Cumpre também destacar os trabalhos das COMISSÕES DE INVENTÁRIO DE BENS IMÓVEIS, que também têm adotado providências tendentes à regularização de documentação cartorária dos imóveis desta instituição ministerial.
- Quanto ao controle de materiais permanentes, após dois anos de muito empenho de servidores da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação-CMTI e da Seção de Patrimônio, foi liberado o uso do novo sistema de gestão patrimonial GESP-Patrimônio. Com isso, as atividades foram otimizadas, os controles antes feitos em planilhas passaram a ser realizados no novo sistema, encurtando o

tempo das respostas requisitadas à Seção de Patrimônio. Dentre as potencializações conseguidas com o novo sistema, podemos citar:

- Aplicação da depreciação aos bens móveis, possibilitando retratar o valor atual dos bens do Ministério Público do Maranhão;
- Realização dos pré-inventários dos bens pertencentes a todas as unidades de execução e administrativas integrantes da estrutura do Ministério Público do Maranhão via online, evitando impressões, gerando economia de materiais e tempo dispensado ao preenchimento do formulário;
- Assinatura do Termo de Responsabilidade via Certificado Digital, dentre outras melhorias.

Aquisição de Material Permanente

A Procuradoria Geral de Justiça, atendendo a toda demanda institucional (PGJ, Promotorias da Capital e Interior), adquiriu e tombou **2.111 (dois mil, cento e onze)** itens, conforme tabela abaixo.

Tabela 79: Aquisição de bens

Trimestre	Informática	Equipamentos Eletroeletrônicos	Mobiliário	Utensílios de Engenharia	Diversos
1º	36.299,50	133.524,00	337.363,19	0,00	2.100,00
2º	0,00	652.189,50	268.835,00	204.366,53	30.384,15
3º	120.990,00	97.231,06	7.600,00	0,00	0,00
4º	465.250,00	34.184,10	236.763,20	0,00	2.974,50
TOTAL	622.539,50	917.128,66	850.561,39	204.366,53	35.458,65
TOTAL GERAL					R\$ 2.630.054,73

Fonte: CAD/PGJ, 2016.

Tabela 80: Lista de Materiais Permanentes adquiridos em 2016

ITEM	QTD	VALOR TOTAL R\$
Ar-condicionado	113	550.947,00
Armário	379	478.545,77
Arquivo de aço	24	20.236,80
Balcão	4	5.200,00
Bebedouro	12	4.680,00
Cadeira/Poltrona	133	102.797,00
Câmara Frigorífica	4	57.426,91
Carrinho de supermercado	3	2.100,00
Central telefônica	18	24.324,00
Coifa para fogão	1	5.825,93
Coleção de livro	316	30.030,65
Detector de metal	51	107.000,00
Elevador industrial	1	13.316,32
Equipamento de duplicação e bloqueio de escrita	1	30.000,00
Exaustor centrífugo	4	1.998,08
Fogão	10	5.100,00
Fogão industrial	1	3.329,10
Gaveteiro	24	13.518,00
Leitor de código de barras	50	36.299,50
Material odontológico	7	353,5
Mesa	63	105.888,00
Painel	6	21.474,00
Persiana	386	74.744,50
Placas de sinalização	148	5.091,20
Prateleiras em MDF	23	5.023,20
Quadro branco	10	699,5
Quadro de aviso	45	46.636,20
Sistema de segurança	6	3.670,00
Sistema para extração de dados	1	59.900,00
Sofá	4	11.200,00
Software licença	65	427.050,00
Software para perícia	1	31.090,00
Suporte para CPU	6	582,42
Tela de projeção	1	1.160,50
Telefone	145	12.946,60
Totem metálico	41	198.205,33
Triturador de alimentos	2	1.664,72
Videoconferência	2	130.000,00
TOTAL	2.111	2.630.054,73

Fonte: CAD/PGJ, 2016.

Aquisição de Material de Consumo

Durante o exercício de 2016, foram empregados **R\$ 1.557.453,14** (um milhão, quinhentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e cinquenta e três reais e quatorze centavos) para a aquisição de materiais de consumo, com vistas ao atendimento das necessidades da Procuradoria Geral de Justiça, Promotorias da Capital e Interior, conforme tabela abaixo.

Tabela 81: Aquisição de material de consumo

Trimestre	Alimentos e Bebidas	Expediente	Material de Limpeza	Impressão Gráfica	Toner	Diversos	Outros Materiais de Consumo
1º	22.147,69	67.988,00	6.716,20	22.989,62	0,00	2.325,00	0,00
2º	48.912,71	314.567,40	16.858,00	218.415,48	69.000,00	3.240,00	34.680,60
3º	20.673,01	10.762,00	0,00	2.348,50	87.500,00	19.839,40	80.671,65
4º	64.639,20	75.202,96	55.841,20	120.280,00	115.000,00	11.875,00	64.987,52
TOTAL	156.372,61	468.520,36	79.415,40	364.025,60	271.500,00	37.279,40	180.339,77
TOTAL GERAL						R\$ 1.557.453,14	

Fonte: CAD/PGJ, 2016.

SERVIÇOS GERAIS, MANUTENÇÃO E TRANSPORTES

COORDENADORIA DE SERVIÇOS GERAIS

A Coordenadoria de Serviços Gerais (CSG) está composta pelas seções de Manutenção e Serviços Gerais; Transporte e Análise de Custos. Procurou atingir todas as metas surgidas no seu planejamento financeiro para o exercício de 2016, entretanto algumas atividades não foram concluídas devido à falta de orçamento e à não contratação em tempo hábil, através de licitação como: limpeza de conservação predial, recepcionistas e motoristas para atender as Promotorias de Justiça do interior.

Com relação às atividades de manutenção, reestruturação, readaptação, conserto e reparo, como pinturas e reformas de salas administrativas e gabinetes; dedetização na capital e interior; conserto de portas e janelas de vidros; conserto de fax, telefone, fragmentadoras e cafeteiras; fornecimento e instalação de portão de alumínio automatizado e grades de ferro; fornecimento e instalação de persianas; placas de sinalização; película; e fornecimento de chaves e carimbos, a CSG atendeu todas as demandas solicitadas, sendo utilizado quase todo o recurso destinado para esses serviços.

A gestão e a fiscalização dos contratos terceirizados de serviços gerais e motoristas; locação de fotocopiadoras e o gerenciamento de frota de veículos conseguiu efetivar uma maior cobrança junto às empresas, garantindo, assim, serviços com maior qualidade.

No âmbito estrutural, a CSG atuou na busca de novos imóveis com melhor estrutura para abrigarem as Promotorias de Justiça do interior do Estado que

ainda não possuem sede própria, através de locações, inclusive com a renegociação dos valores já contratados, conseguindo uma **redução de mais 20% (vinte por cento)**, contribuindo com a determinação da Administração Superior, sobre economia e redução de gastos.

Na mesma linha de pensamento da Administração Superior e com foco na redução de gastos e preocupação com o meio ambiente, a PGJ-MA, por meio da CSG, aderiu a dois programas da CEMAR: “EcoCemar”, que trabalha com a coleta de resíduos sólidos de maneira correta, e o Programa “Eficiência Energética” através da chamada pública nº 01/2016, que prevê a substituição de todas as lâmpadas da atual sede por lâmpadas de Led, o que gerará uma redução em nossa fatura, além de contribuirmos com a redução de gastos com energia elétrica no estado.

Também foi dada continuidade ao programa “Promotoria Legal”, em que os coordenadores de Serviços Gerais, de Engenharia e de Informática

viajaram juntos até as promotorias para verificar as necessidades de reparo (pintura, revisão de cobertura, acessibilidade, entre outros), instalação de lâmpadas de emergência, troca de lâmpadas queimadas, revisão de pontos de energia/lógico e telefônico, configuração da rede interna, além de atendimento de móveis e equipamentos em geral.

Tabela 82: Despesas Fixas

DESPESAS FIXAS	%
Contrato de locação de imóveis	23,50
Serviço de limpeza e conservação	19,22
Serviço de motorista	9,39
Manutenção de central de ar-condicionado – Capital e Interior	4,90
Manutenção de elevadores	0,19
Locação de máquinas fotocopiadoras	1,83
Fornecimento de luz	15,93
Fornecimento de água e esgoto	2,56
Serviço de telefonia fixa	3,59
Serviço de telefonia móvel	7,26
Serviço de postagem	4,74
Manutenção de central telefônica	4,74
Serviço de seguro total de veículos	1,58
Fornecimento de combustível	4,24
Despesa de seguro obrigatório (licenciamento) veículos da PGJ	0,10
Total	100,00

Fonte: CSG/PGJ, 2016.

Tabela 83: Despesas Variáveis

DESPESAS VARIÁVEIS	%
Manutenção de veículos	32,43
Serviços: elétrico, pintura, pedreiro, hidráulico	0,16
Confecção de placas de inauguração e identificação	31,61
Confecção de chaves e carimbos	0,81
Conserto de fax, telefone, fragmentadora e cafeteira	0,05
Fornecimento e instalação de portão de alumínio automatizado; grades e cerca elétrica	4,34
Fornecimento e instalação de forro e divisória	8,40
Serviço de dedetização, desratização e descupinização	12,32
Instalação de ar-condicionado: split e ACJ, capital e interior	4,14

Serviço de película	1,96
Manutenção extintores de incêndio	0,59
Fornecimento e instalação de persianas	3,19
Total	100,00

Fonte: CSG/PGJ, 2016.

Tabela 84: Despesas com Veículos

DESPESAS COM VEÍCULOS	%
Despesas com seguro obrigatório (licenciamento) veículos da PGJ	1,00
Manutenção de veículos (serviços)	11,89
Aquisição de peças	28,17
Fornecimento de combustível	42,93
Serviço de seguro total de veículos	16,00
Total	100,00

Fonte: CSG/PGJ, 2016.

Tabela 85: Lotação de Veículos

LOTAÇÃO DE VEÍCULOS	QUANT.
Procuradoria Geral de Justiça	42
Promotoria de Justiça da Capital	19
Promotorias de Justiça do Interior	67
Total	128

Fonte: CSG/PGJ, 2016.

RESPONSABILIDADE SOCIAL

DOAÇÃO DE BENS PARA INSTITUIÇÕES BENEFICENTES

Como forma de promover ações de responsabilidade social, a Procuradoria Geral de Justiça forneceu mobiliário para utilização em atividades de interesse social.

Nesse sentido, foram autuados cerca de 15 procedimentos administrativos para viabilizar o desfazimento de bens inservíveis para o funcionamento do Ministério Público do Maranhão, que culminaram na doação e inutilização de 522 itens, contemplando, nove instituições beneficentes.

Essa ação proporcionou melhor utilização de

espaço nos galpões destinados ao funcionamento dos almoxarifados da instituição e das sedes de Promotorias de Justiça de todo o Estado.

Ressalte-se que essa rotina de desfazimento de bens inservíveis envolveu o esforço das Comissões de Avaliação e Classificação de Materiais existentes na capital e interior do Estado, cujo trabalho tem possibilitado a doação de inúmeros bens nas próprias comarcas, evitando assim o envio dos mesmos até São Luís para subsequentes doações às instituições aqui existentes.

OBRAS, ENGENHARIA E ARQUITETURA

COORDENADORIA DE OBRAS, ENGENHARIA E ARQUITETURA



Foram executadas manutenções prediais preventivas e corretivas das seguintes Promotorias de Justiça Iniciais e Intermediárias:

Açailândia, Esperantinópolis (nova locação), Olinda Nova, Santa Inês, Cândido Mendes (em andamento), Carutapera (em andamento), Alto Parnaíba, Riachão, Carolina, Cantanhede, Santa Quitéria (em andamento), São José de Ribamar, Mirinzal, São Bento, Pinheiro, Matinha, Bequimão,

Foram executados os seguintes serviços de manutenção na capital:

- Manutenção do prédio anexo da antiga PGJ (CAOP's) – em andamento;
- Instalação do Centro Integrado;
- Manutenção da antiga sede da PGJ: Instalação de piso vinílico, instalação de manta sobre laje de acesso à Corregedoria, retirada de divisórias e instalações;
- Manutenção na nova sede da PGJ: adaptação da sala de nobreaks, rampa e guarda-corpo de acesso principal,
- Promotorias da Capital: pintura do gabinete da Promotoria Especializada do Meio Ambiente e execução de estacionamento de motos, impermeabilização com manta na cobertura, reparos em cobertura e pintura das promotorias de execução plena;

Seção de Fiscalização de Obras:

- Construções finalizadas: Promotorias de Imperatriz, nova sede da PGJ, cozinha industrial;
- Reformas finalizadas: Promotoria de Loreto, adequação de *layout* da nova sede da PGJ;
- Reforma em andamento: Promotorias da Capital.

Seção de Avaliações e Perícias:

Tabela 86: Avaliações de Imóveis - Sedes de Promotorias

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA	
1.	Alcântara
2.	Araioses
3.	Barão de Grajaú
4.	Brejo
5.	Buriticupu
6.	Cândido Mendes
7.	Carolina
8.	Cedral
9.	Coelho Neto
10.	Cururupu
11.	Esperantinópolis
12.	Estacionamento Promotorias da Capital - Hotel Panorama
13.	Estreito
14.	Igarapé Grande - Renovação
15.	Mirinzal
16.	Olho d'Água das Cunhãs
17.	Pamarama
18.	Pastos Bons
19.	Penalva

20. Raposa
21. Santa Helena
22. Santa Luzia
23. Santa Quitéria
24. Santo Antônio dos Lopes
25. São Domingos do Azeitão
26. São João dos Patos
27. São Vicente Férrer
28. Sucupira do Norte
29. Tasso Fragoso - Nova Locação
30. Tasso Fragoso - Renovação
31. Tuntum
32. Vitorino Freire
33. Zé Doca

Fonte: COEA/PGJ, 2016.

Tabela 87: Avaliações de Outros Imóveis

AVALIAÇÕES DE IMÓVEIS		PROMOTORIA SOLICITANTE
1.	Escola Mun. Eliezlida Coelho Rocha	3ª PJ BALSAS
2.	Escola Mun. Senador Alexandre Costa	3ª PJ BALSAS
3.	Escola Padre João Moana	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
4.	Presídio São Luís 3	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
5.	Colégio Literato	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
6.	Agências Banco Itaú São Luís	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
7.	Centro de Saúde Yves Parga	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
8.	Centro de Saúde Laura Vasconcelos	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
9.	Comercial Dal Plaza	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
10.	Colégio Adventista	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
11.	Biblioteca Benedito Leite	14ª Esp. Pessoa com Deficiência
12.	Instituto de Olhos	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
13.	Terminal Rodoviário de São Luís	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
14.	Hospital da Criança	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
15.	Clínica Neuromed	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
16.	Espaço Viva Cidadão	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
17.	Centro de Esp. Odontológicas - Alemanha	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
18.	Centro de Esp. Odontológicas - Filipinho	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
19.	Centro de Esp. Odontológicas - Vila Esperança	15ª Esp. Pessoa com Deficiência
20.	Abrigo Luz e Vida	32ª Esp. Infância e Juventude
21.	SVAM	32ª Esp. Infância e Juventude
22.	Lar de José	32ª Esp. Infância e Juventude
23.	Casa de Passagem - Cohatrac	32ª Esp. Infância e Juventude
24.	Novo Abrigo Luz e Vida – Turú	32ª Esp. Infância e Juventude
25.	Abrigo Pouso da Esperança	32ª Esp. Infância e Juventude
26.	Casa Lar Pérolas Calabrianas	32ª Esp. Infância e Juventude
27.	Vistoria Comunidade Gisele	38ª Esp. Conflitos Agrários

28. Análise Sobreposição de Áreas Comunidade Mãe Chica	38ª Esp. Conflitos Agrários
29. U.E.B. Alberto Pinheiro EF e EI	3ª Esp. Educação
30. U.E.B. Bandeira Tribuzzi	3ª Esp. Educação
31. U.E.B. Maria de Jesus Carvalho	3ª Esp. Educação
32. U.E.B. Pedro Marcosini Bertol EI E EF	3ª Esp. Educação
33. U.E.B. Maria Rocha	3ª Esp. Educação
34. U.E.B. Frederico Chaves	3ª Esp. Educação
35. U.E.B. Tom e Jerry	3ª Esp. Educação
36. U.E.B. Alberico Silva	3ª Esp. Educação
37. U.E.B. Miguel Lins	3ª Esp. Educação
38. U.E.B. Prof. João Lima Sobrinho	3ª Esp. Educação
39. U.E.B. Josué Montelo	3ª Esp. Educação
40. U.E.B. Profª. Camélia Costa Viveiros	3ª Esp. Educação
41. U.E.B. José Cupertino	3ª Esp. Educação
42. U.E.B. Rubem Almeida	3ª Esp. Educação
43. U.E.B. Neto Guterres	3ª Esp. Educação
44. U.E.B. Olívio Castelo Branco	3ª Esp. Educação
45. U.E.B. Elpídio Hermínio	3ª Esp. Educação
46. U.E.B. Newton Neves	3ª Esp. Educação
47. U.E.B. Henrique de La Rocque	3ª Esp. Educação
48. U.E.B. Carlos Madeira	3ª Esp. Educação
49. U.E.B. Cônego Sidney C. Branco Furtado	3ª Esp. Educação
50. U.E.B. Elizabeth Fecury	3ª Esp. Educação
51. U.E.B. Carlos Saad	3ª Esp. Educação
52. U.E.B. Odylo Costa Filho	3ª Esp. Educação
53. U.E.B. Estudante Edson L. de Lima Souto	3ª Esp. Educação
54. U.E.B. Elzuíla Abreu	3ª Esp. Educação
55. U.E.B. Maria Alice Coutinho	3ª Esp. Educação
56. U.E.B. Ronald Silva Carvalho	3ª Esp. Educação
57. U.E.B. Gov. Leonel Brizolla	3ª Esp. Educação
58. U.E.B. Primavera EF e EI	3ª Esp. Educação
59. U.E.B. José da Silva Rosa	3ª Esp. Educação
60. U.E.B. Maria José Vaz dos Santos	3ª Esp. Educação
61. U.E.B. Rubem Goulart Anexo	3ª Esp. Educação
62. U.E.B. Tancredo Neves	3ª Esp. Educação
63. U.E.B. José Augusto Mochel	3ª Esp. Educação
64. U.E.B. Pastor Estevan	3ª Esp. Educação
65. U.E.B. Mata Roma	3ª Esp. Educação
66. U.E.B. Santa Clara	3ª Esp. Educação
67. U.E.B. José Ribamar Bogéa E Anexos	3ª Esp. Educação
68. U.E.B. Cecília Meireles	3ª Esp. Educação
69. U.E.B. Jairon Rodrigues	3ª Esp. Educação
70. U.E.B. Roseno de Jesus Mendes	3ª Esp. Educação
71. U.E.B. Recanto dos Pássaros	3ª Esp. Educação
72. U.E.B. São Raimundo	3ª Esp. Educação
73. U.E.B. João Mohana	3ª Esp. Educação

74. U.E.B. Dom José Delgado	3ª Esp. Educação
75. U.E.B. Maria José Aragão	3ª Esp. Educação
76. U.E.B. Santo Antonio	3ª Esp. Educação
77. U.E.B. Castelinho	3ª Esp. Educação
78. U.E.B. Enedir Paixão	3ª Esp. Educação
79. U.E.B. Evandro Bessa	3ª Esp. Educação
80. U.E.B. Galileu Clementino Ramos Santos	3ª Esp. Educação
81. U.E.B. Honório Odorico Ferreira	3ª Esp. Educação
82. U.E.B. Rosa de Saron	3ª Esp. Educação
83. U.E.B. Saraiva Filho EF e EI	3ª Esp. Educação
84. U.E.B. Zuleide Andrade	3ª Esp. Educação
85. U.E.B. Mindinho	3ª Esp. Educação
86. U.E.B. Augusto Mochel	3ª Esp. Educação
87. U.E.B. 21 de Abril	3ª Esp. Educação
88. U.E.B. Zebina Eugênia	3ª Esp. Educação
89. U.E.B. Hortência Pinto Anexo Luz Divina	3ª Esp. Educação
90. U.E.B. Uruati	3ª Esp. Educação
91. U.E.B. Rosilda Cordeiro	3ª Esp. Educação
92. U.E.B. Mary Serrão Ewerton	3ª Esp. Educação
93. U.E.B. José Amaral Raposo – EF e Creche	3ª Esp. Educação
94. U.E.B. Evandro Bessa	3ª Esp. Educação
95. U.E.B. Manuela Varela	3ª Esp. Educação
96. U.E.B. Tiradentes	3ª Esp. Educação
97. U.E.B. Gomes de Sousa - Creche	3ª Esp. Educação

Fonte: COEA/PGJ, 2016.

Seção de Projetos

Foram elaborados os seguintes projetos básicos para abertura de processo licitatório:

- Projeto de reforma de prédio para instalação da Promotoria de Bequimão;
- Projeto de construção da nova sede das Promotorias de Vitorino Freire;
- Projeto de reforma da antiga sede da PGJ para funcionamento das Promotorias Especializadas, Memorial do Ministério Público e ESMP.

GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

COORDENADORIA DE MODERNIZAÇÃO E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação - CMTI tem como atribuições regimentais planejar e coordenar a gestão dos recursos de tecnologia da informação, relacionados ao software e serviços de infraestrutura digital, sistemas de informação, banco de dados, redes de comunicação, segurança de informação, qualidade dos serviços tecnológicos, suporte e relacionamento com os usuários, bem como desenvolver e implantar sistemas de informações e de controle, coordenar a execução de contratos e convênios de serviços relacionados à tecnologia de informações e coordenar o assessoramento técnico na elaboração de políticas, normas e pareceres na especificação de sistemas de informações e de redes de comunicações.

A CMTI, atendendo às diretrizes internas, elaborou este relatório, visando retratar, em um documento sucinto, claro, objetivo, lógico e de fácil manuseio, todas as atividades realizadas por esta Coordenadoria durante o ano de 2016 e apresentar as melhorias e resultados obtidos, tomando como base as ações e metas estabelecidas pelo Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação (CETI) e consolidadas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2015-2016.

Para tanto, o mesmo foi dividido nas áreas de atuação desta Coordenadoria, mais precisamente, Coordenação e Seções, a saber:

- Seção de Análise e Desenvolvimento de Sistemas;
- Seção de Segurança e Rede de Computadores;
- Seção de Manutenção e Controle de Equipamentos;
- Seção de Atendimento e Suporte ao Usuário.

Tabela 88: Processos Licitatórios, Adesões, Aditivos e Aquisições em 2016

	Assunto	Data de Autuação
1.	Pedido de Adesão à ARP/PGR n.º 42/2015 – aquisição de ultrabooks	09/03/2016
2.	Projeto de transferência das aquisições e distribuições de pen drive	21/03/2016
3.	Abertura de Processo Licitatório – Manutenção de servidores e equipamentos do DataCenter	09/05/2016

4.	Reequilíbrio econômico – 5º Aditivo Contrato nº 37/2011 - INFOVIA	01/07/2016
5.	Sobre o religamento do sistema de combate a incêndio na nova sede da PGJ	06/07/2016
6.	Informações Cadastro do Sistema de RH – Módulo do sistema informatizado ERP/GESP	22/07/2016
7.	Abertura de Processo Licitatório – Equipamentos de Videoconferência para unidades do Interior do Estado	26/07/2016
8.	Minuta de Termo de Cooperação – Secretaria de Transparência e Controle	17/08/2016
9.	Abertura Processo Licitatório – Licenças VMWare para aplicações servidoras	27/07/2016
10.	Descumprimento de prazo p/ prestar garantia – INFOVIA – Solicita aplicação de sanções administrativas	23/08/2016
11.	Manutenção Predial – Visando à solução de pendências de infraestrutura	26/08/2016
12.	Aquisição de Baterias Seladas para Nobreaks de pequeno porte – ARP 35/2016 – 1º Pedido	02/09/2016
13.	Abertura de Processo Licitatório – Registro de preços para aquisição de Solução de Backup e Recuperação de Dados	13/09/2016
14.	Aquisição de Computadores All In One – ARP 38/2016 – 1º Pedido	27/09/2016
15.	Aquisição de Computadores e Monitores – ARP Nº 37/2016 - 1º Pedido	27/09/2016
16.	Solicitando abertura processo licitatório – Registro de Preços para aquisição de Switches de pequeno porte	29/09/2016
17.	Fornecimento de Certificados Digitais para uso no DIGIDOC, SIMP e Pje – Processo será conduzido/gerido e fiscalizado pela CGP	04/11/2016
18.	Solicitação de adesão à ARP/TJMA para Tokens e Certificados Digitais	10/11/2016
19.	Abertura de Processo Licitatório – Aquisição de Link de Backbone Internet – Contingência	21/11/2016
20.	Solicitação de 1º Aditivo de Prazo ao Contrato nº 15/2016 – Prestação de serviços continuados de comunicação de dados	24/11/2016
21.	Solicitação de informações para interoperabilidade entre os órgãos da Justiça Estadual – Celebração de Convênio	24/11/2016
22.	Aquisição de solução completa de Data Discovery / Business Discovery – Business Intelligence	29/11/2016
23.	Aquisição de Computadores e Monitores – ARP Nº 37/2016 - 2º Pedido	21/12/2016
24.	Aquisição de serviços de consultoria em solução completa de Data Discovery / Business Discovery – Business Intelligence	21/12/2016

Fonte: CMTI/PGJ, 2016.

Tabela 89: Atas de Registro de Preços geradas no ano de 2016

ATA DE REGISTRO DE PREÇO (ARP) VIGENTES			
Nº	Vigência	Objeto	Tipo
12/2016	02/02/2017	Fábrica de Software	Serviço
35/2016	15/08/2017	Baterias Nobreaks	Consumo
37/2016	15/09/2017	Computadores e Monitores	Permanente
38/2016	02/01/2016	Computador All In One	Permanente
42/2016	11/11/2017	Solução de Data Discovery (BI)	Permanente e Serviços

Fonte: CMTI/PGJ, 2016.

Impactos: Melhoria na experiência dos usuários e na qualidade dos serviços de TI prestados nas áreas meio e fim, em atendimento às demandas previstas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação 2015-2016.

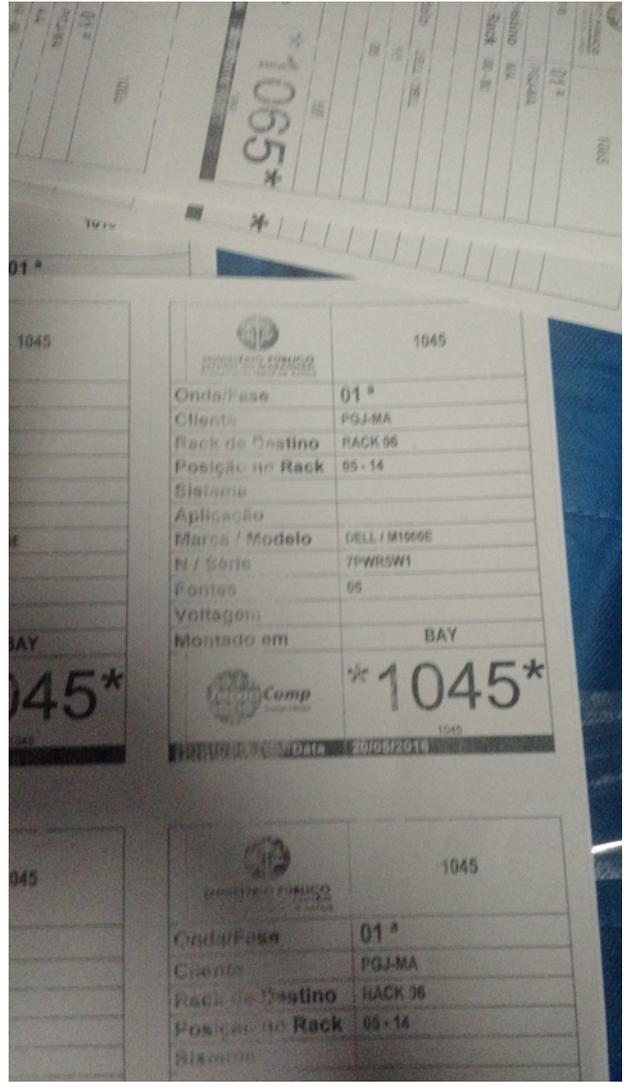
Atividades relacionadas à mudança de prédio (nova sede da PGJ):

Moving do Datacenter - Durante o período de mudança para a nova sede da PGJ, foi realizada a transferência de toda infraestrutura do *Datacenter*, ocorrida entre os dias 20 e 23 de maio, que contemplou as seguintes atividades preliminares: Planejamento da Mudança; Levantamento e análise da situação existente; Elaboração do plano de face

dos racks (Bay face); Análise de riscos da mudança; Elaboração do plano de migração; Elaboração do Cronograma da mudança; Recursos envolvidos; Desmontagem dos equipamentos e manutenção preventiva; Transporte rodoviário seguro; e montagem e reativação dos serviços.



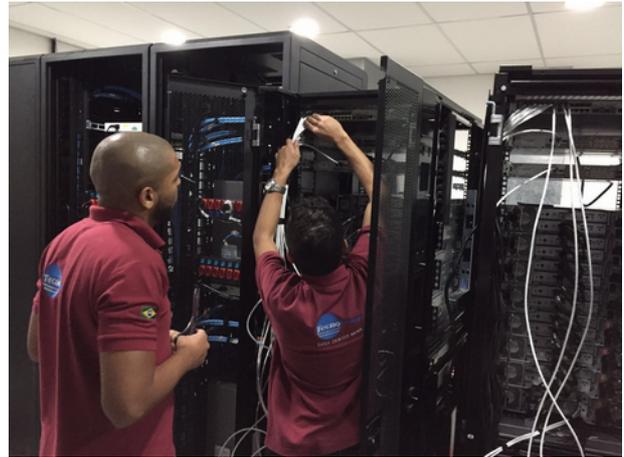
Desmontagem e acondicionamento dos equipamentos e discos em caixas próprias para moving.



Racks devidamente embalados, etiquetamento para identificação dos equipamentos segundo plano by face.



Etiquetas de identificação para cada grupo de equipamentos e discos.



Montagem, instalação dos equipamentos na nova sede (novo datacenter) após o moving.



Reconfiguração do ambiente de Datacenter na nova sala, após finalização do moving.

Planejamento do backbone Internet e Concentrador

Outra atividade bastante complexa foi a realização efetiva da mudança do link de internet (*backbone*) e do link que concentra a chegada dos demais dados de todas as Promotorias de Justiça do Interior e Capital: o Link Concentrador. Para esta atividade, foi necessário o envolvimento da empresa contratada,

provedora dos serviços e dos links, em que atividades foram minuciosamente sincronizadas com a CMTI, de modo que os usuários não ficassem sem o acesso aos serviços tecnológicos, essenciais para suas atividades diárias.

Planejamento da mudança e reconfiguração dos equipamentos de TI (computadores, impressoras, scanners e ponto eletrônico)

A CMTI realizou a mudança seguindo o cronograma e a logística de mudança para a nova sede, apresentado pela Administração Superior da

Instituição. A mudança obedeceu estritamente o cronograma definido. Cada unidade ficou responsável pela guarda e a identificação dos

equipamentos de TI. O desligamento, o transporte e o religamento dos equipamentos eletrônicos ficaram sob a responsabilidade da Coordenadoria de Modernização e Tecnologia da Informação, com o apoio da Coordenadoria de Serviços Gerais. Servidores de cada unidade, devidamente designados, ficaram responsáveis pela entrega e

recebimento dos volumes transportados de cada unidade.

Importante destacar que não houve interrupção nos serviços de comunicação de dados (internet) e demais sistemas informatizados durante a mudança, ficando os dois prédios (antiga e nova sede) funcionais, sob a ótica de tecnologia da informação.

Projeto Executivo das Promotorias de Justiça da Capital (PJ Capital)

Beneficiário(s): Servidores e Membros do MPMA, e sociedade em geral.

Resultado(s) obtido(s): Projeto básico elaborado, incluindo documentação técnica e instrução dos autos.

Impactos: Melhoria na qualidade, transparência e celeridade dos serviços de comunicação e colaboração entre servidores e membros.

Atividades relacionadas à mudança de prédio (Nova sede das Promotorias de Justiça de Imperatriz)

- Mapeamento dos pontos lógicos, em cada pavimento, para ativação somente daqueles de efetivo uso dos equipamentos (computador, impressora, telefone, etc.);
- Configuração física dos switches de cada pavimento, em cascata nos racks, através de conexão via cabo UTP, e em estrela, através de conexão de fibra, concentradas no switch principal do rack do Datacenter, de forma a facilitar o gerenciamento e segurança da rede;
- Configuração lógica dos switches, com os segmentos de rede em duas VLANs, sendo uma de acesso à Internet e rede local e a outra, a de segurança, para os equipamentos de controle de acesso e sistema de monitoramento (câmeras de vigilância);
- Configuração do servidor de monitoramento/vigilância para acesso aos dois segmentos de rede (VLANs);
- Verificação de inconformidades quanto à rede lógica e elétrica;
- Acompanhamento da instalação do link de Internet;
- Acompanhamento da instalação da central telefônica e ativação dos ramais;
- Organização do Datacenter – ativos da operadora e ativos da promotoria.
- Instalação do parque computacional - Montagem dos equipamentos (computadores, impressoras, scanners, etc.) em todos os ambientes da nova sede; Atualização de programas dos computadores que constituem o parque computacional da Promotoria;

- Reconfiguração dos recursos compartilhados (impressoras e pastas);
- Disponibilização de rede sem fio através do compartilhamento do sinal via antena presente no computador. Pelo menos, um a dois equipamentos, configurados como repetidor de sinal *wifi*, em cada pavimento, visto que algumas salas não possuíam pontos lógicos suficientes para conexão, via cabo UTP, de todos os equipamentos no ambiente; Suporte aos usuários na resolução de problemas pontuais decorrentes da mudança de sede.

1.5 – Atividades de Planejamento do Service Desk – Central de Serviços

- Verificação e estudo da viabilidade do projeto através de atas de registro de preços vigentes;
- Estímulo do registro de chamados, no sistema de central de chamados (GLPI), pelos usuários da Procuradoria, bem como pelos das Promotorias da Capital e Interior do Estado;
- Levantamento estatístico para desenho do projeto;
- Contato com empresas especializadas na implantação da Central de Serviços;
- Solicitação de propostas (em andamento);

Levantamento da quantidade de chamados: Estimativa da quantidade de chamados, baseada na análise da quantidade mensal e anual de 2015 e 2016, registrados no sistema de chamados (GLPI), para elaboração de proposta comercial para projeto de contratação da Central de Serviços. Abaixo, segue resumo do levantamento realizado:

- **2015** – Anual: 2847 chamados / Mensal: 350 a 400 chamados mensais
- **2016** – Anual: 3082 chamados (até novembro de 2016) / Mensal: 200 a 400 chamados mensais

Constatou-se que 80% dos chamados são requisições de suporte e manutenção. Os 20% restante dizem respeito às requisições de suporte ao SIMP (cadastro de informações e/ou orientações de uso).

Considerando os dados registrados no GLPI, de 2012 a 2016, foram identificados os meses com maior intensidade de chamados:

Tabela 90: Meses do ano com maior número de registro de chamadas

Mês\Ano	2012	2013	2014	2015	2016
Março	155	236	156	294	343
Outubro	295	239	263	370	287

Fonte: CMTI/PGJ, 2016.

Percebe-se que o aumento médio da quantidade de chamados mensal, em alguns períodos, foi de 50 a 80 chamados. O registro no GLPI já é a única forma de solicitação para 80% dos usuários que solicitam atendimento. Por e-mail, as solicitações de atendimento já são em número tão reduzido que serão englobadas na margem extra da estimativa mensal da quantidade de chamados a ser contratada.

Concurso para Estagiários

A CMTI, através de representante da Seção de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, integrou a comissão de concurso para estágio não-obrigatório, onde desenvolveu várias aplicações e ferramentas informatizadas. Além disso, outros representantes da CMTI (Seção de Manutenção e Controle de Equipamentos e Coordenadoria da CMTI) foram designados, mediante Portaria nº. 6740/2016-GPGJ, para a Comissão de Elaboração de Provas.

Plano Diretor de Tecnologia da Informação – PDTI 2015-2016

Grande parte das ações previstas para o ano de 2016 foram concluídas e as metas/indicadores atingidos. A restrição orçamentária foi o principal fator que inviabilizou a execução de algumas das ações programadas, seguida pelo reduzido quadro de servidores lotados na Coordenadoria de

Modernização e Tecnologia da Informação, o que impactou, também, no prazo de conclusão.

Nova Rede de Dados

O projeto da nova rede de dados prevê o aumento da velocidade dos circuitos de dados em todas as Promotorias de Justiça (Capital e Interior), de 512Kbps para 2Mbps (Entrância Inicial) e 2Mbps para 10Mbps (Entrância Intermediária). Foi concluído 75% da migração, restando 32 localidades que estão em fase de ampliação estrutural da rede básica da cidade. Estes últimos com previsão para conclusão em 2017.

Atividades de Controle de Saldo Orçamentário

Além das atividades relacionadas à Tecnologia da Informação, a CMTI também recebeu da Administração a carga de trabalho do setor de orçamento e finanças (COF) que incluiu o controle de saldo orçamentário de todas as notas de empenho referente aos serviços e aquisições de TI.

SEÇÃO DE ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS

Implantação dos Sistemas:

- **DIGIDOC** – Configuração de ambientes de homologação e produção. Atualização da taxonomia, segundo a nova tabela do Conselho Nacional do Ministério Público, visando melhoria na atuação da

área meio do Ministério Público do Maranhão, bem como a redução de custo e despesas com material expediente, melhoria na sustentabilidade.

- **SIABI** - Apoio à implantação e configuração de ambiente de produção, visando à melhoria na gestão da Biblioteca e envio de correspondências pelas unidades ministeriais.

Outras implementações:

Outras demandas foram atendidas com a melhoria de sistemas, correção de erros e desenvolvimento de outras aplicações, a saber:

- **Software de Gestão Estratégica (Stratec):** Suporte à implantação relatório de transparência “Atividade Fim”; Alteração de funcionalidades;
- **Ponto Eletrônico:** Suporte alterações em banco de dados; Atalho para definição de escalas padrão; Exibição de espelho de exonerados;
- **Portal Institucional:** Apoio na inclusão de conteúdo; Criação de *hotsites* e de portais setoriais;
- **Portal da Transparência: Adequação de relatórios às exigências do CNMP.** Atendendo todas as diretrizes do CNMP, e seguindo o manual do Portal da Transparência, tivemos como resultado principal a classificação do Ministério Público do Estado do Maranhão dentro da faixa **Excelente – 95% a 100%**, classificação esta obtida no último ranking de transparência do CNMP publicado no endereço eletrônico <http://www.cnmp.mp.br/portaldatransparencia/transparentometro>;
- **SOLMAT:** Suporte em banco de dados para alteração de pedidos de material;
- **Portarias:** Configuração de modelos de portarias junto à CGP;
- **Assinatura eletrônica:** Avaliação de soluções comerciais e elaboração de arquitetura aberta para implementação;
- **GESP:** Acompanhamento e suporte à homologação dos módulos de Material, Patrimônio e RH; Suporte à migração de dados; Implementação de correções no módulo RH; Iniciado projeto para construção do módulo de Folha de Pagamento;
- **SIMP:** Iniciado projeto para Atualização do SIMP para a versão 2.3.3 do MPMT; MNI suporte e contato com TJ para restabelecimento de acesso; Atualização da taxonomia segundo atualização demandada pelo CNMP; Suporte em banco de dados para alterações de processos; Criação do
- **Cadastro de membros CNMP:** Webservice atualizado;
- **Diário eletrônico:** Adaptações conforme solicitação da Biblioteca;
- **Ouvidoria:** Adequação do sistema às demandas.

Atividades Relacionadas à Fábrica de Software:

- Melhorias no módulo de RH relacionadas à marcação de férias e pecúnia de membros.
- Melhorias no módulo de RH relacionadas à marcação de férias e pecúnia de membros; Promotores Eleitorais; e Ordem de Substituição de Comarca.
- Módulo Gesp para Folha de Pagamento, Gabinete Médico-odontológico.

SEÇÃO DE SEGURANÇA E REDE DE COMPUTADORES

- Análise das faturas e despachos, como fiscal do contrato n.º 110/2013, no processo do serviço de comunicação e colaboração baseado em nuvem;
- Administração do acesso às ferramentas do serviço em nuvem (atribuição de novas licenças, edição de cadastros, demais atividades inerentes ao serviço);
- Teste de desempenho e homologação dos novos links de internet conforme contrato n.º 13/2016, dentre eles: Itapecuru, Bom Jardim, Pinheiro, Bacuri, Promotorias de Justiça da Capital, Humberto de Campos, Pedreiras, Paulo Ramos, Paço do Lumiar, Santa Inês, Açailândia, Fórum, Escola Superior do Ministério Público, Caxias, Santa Inês, Imperatriz, Vitorino Freire, São Mateus e Santa Luzia;
- Implantação das ferramentas de homologação dos novos links de internet (GIS avançado e planilhas de cálculos de SLA para nova rede de dados);
- Migração de todo o parque de servidores virtuais durante o *moving* do *Datacenter* para o novo prédio da PGJ;
- Validação do serviço de *moving* da infraestrutura física do *Datacenter* para o novo prédio da PGJ;
- Provimento de plataforma para implantação do sistema de ensino a distância *Moodle* da Escola Superior do Ministério Público, com a instalação e configuração do ambiente;
- Provimento de plataforma para implantação do sistema *Stratec* de acompanhamento e execução do Planejamento Estratégico 2016-2021;
- Provimento de plataforma para transmissão em tempo real no *Youtube* das sessões do Colégio e Conselho de Procuradores de Justiça;
- Criação de novos eventos na plataforma do *Youtube* para transmissão das sessões do Colégio e Conselho de Procuradores de Justiça;
- Análise de propostas comerciais para embasamento dos processos licitatórios para

contratação dos seguintes serviços: Serviço de monitoramento de ativos de rede; Continuidade do serviço de colaboração em nuvem; Ferramenta de backup e restore de dados; Manutenção preventiva e corretiva de servidores e *storage* do *Datacenter* da PGJ;

- Participação nas reuniões para confecção do PDTI 2017-2021;
- Participação no Treinamento da Ferramenta GIS-OI avançado; e
- Suporte a chamados dos usuários da PGJ e remotamente nas promotorias do interior e capital.

Seção de Manutenção e Controle de Equipamentos e Seção de Atendimento e Suporte ao Usuário

Tabela 91: Equipamentos que se encontram em Estoque e Aquisições

Equipamentos	Distribuídos	Estoque
Scanner	17	41
Impressora de Crachá	2	0
Impressoras Laser	93	4
Impressora Térmica de Etiqueta	26	65
Impressora Xerox ColorQube 8880	6	2
Plotter	0	0
Monitor LG	1	19
Computadores DELL com monitor	48	0
Nobreaks	0	0
Estabilizadores	63	0
Switch 8 portas	0	0
Switch 24 portas	8	0
Switch 26 portas	1	0
Switch 50 portas	12	0
Access Point (Roteador Wireless)	25	0
Leitor Biométrico	51	38
Unidade de Fita Magnética (Backup)	0	100
Data Show	20	8
Leitora de Código de barra	0	50
Token	400	0
Leitora de Smartcard	40	960

Fonte: CMTI/PGJ, 2016.

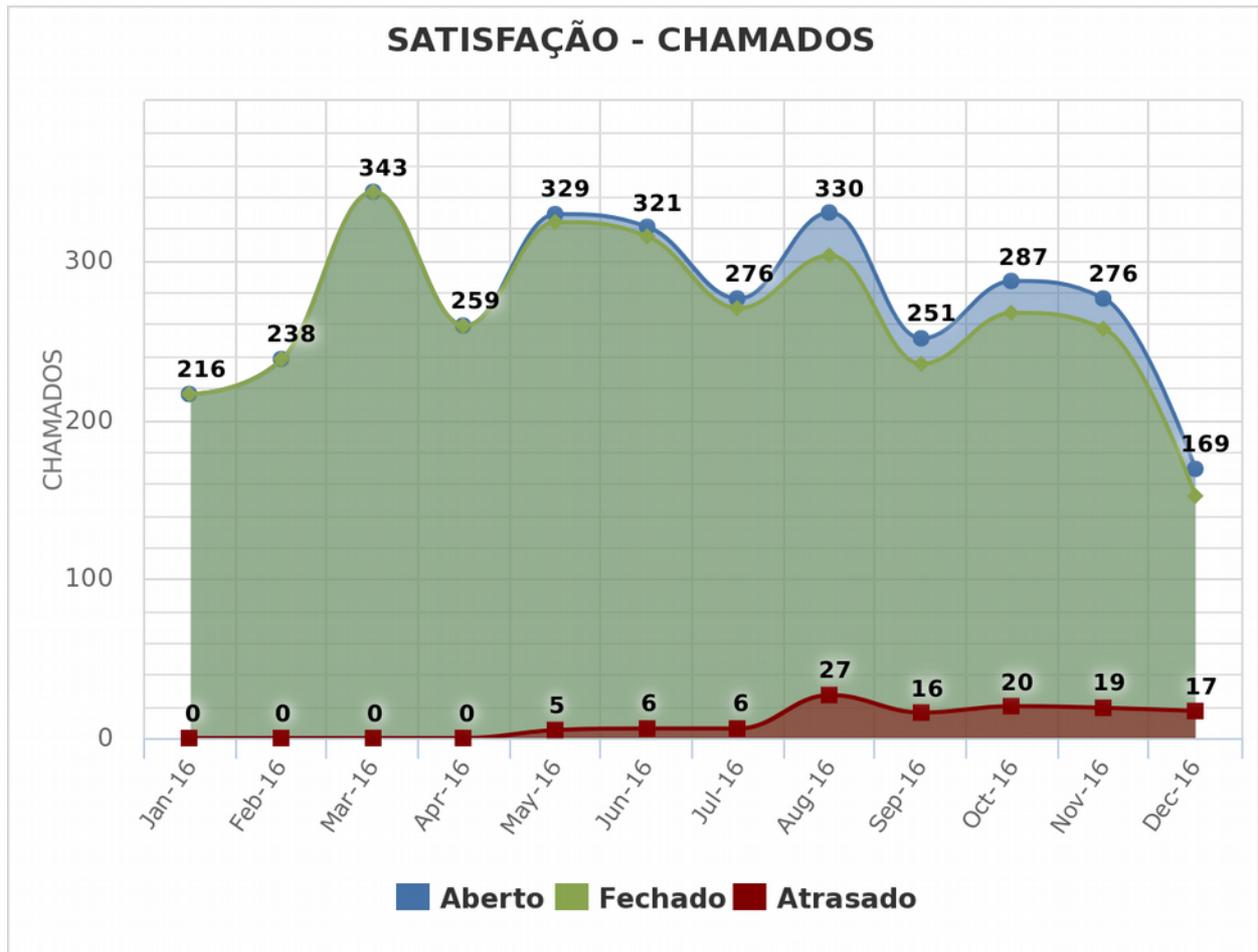


Gráfico 15 – Atendimento a usuários em 01/01/2016 até 31/12/2016
 Fonte: CMTI/PGJ, 2016.

Atividades da equipe de suporte técnico do SIMP – Sistema Integrado do Ministério Público:

- Cadastro de usuários e permissões de acesso ao SIMP;
- Criação de locais solicitados (comarcas, delegacias, departamentos, departamentos externos, órgãos externos, varas, juizados, turmas recursais, zonas eleitorais);
- Criação de contadores de distribuição;
- Configuração/Vinculação de áreas, classes e assuntos a contadores de distribuição conforme atribuições;
- Configuração do ambiente de cadastro e usuários da Assessoria Técnica da PGJ/MA.

Atividades da equipe de suporte técnico ao PJe – Processo Judicial Eletrônico:

- Configuração remota para acesso ao PJe realizada nos computadores das unidades ministeriais nas comarcas onde o sistema foi implantado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão;

- Visitas técnicas para configuração dos computadores nas Promotorias de Justiça de Itapecuru-Mirim, Timon, Vitorino Freire, Barra do Corda, Grajaú, Codó, Coroatá, Açailândia, João Lisboa;
- Configuração realizada nas Promotorias de Justiça de Imperatriz e Balsas, pelos técnicos ministeriais em informática, lotados nas referidas unidades ministeriais.

Demais atividades de suporte, manutenção e controle:

- Configuração de dispositivos móveis (smartphones, tablets, etc.), institucionais e/ou particulares de membros e servidores, para acesso à rede sem fio na sede e/ou Promotorias;
- Configuração de dispositivos móveis (smartphones, tablets, etc.), institucionais e/ou particulares de membros e servidores, para acesso à conta de e-mail institucional;
- Busca por consultas técnicas acerca de configurações de equipamentos, softwares e ferramentas de Tecnologia da Informação, por membros e servidores, para uso institucional, mas também, para aquisição particular;
- Consulta informal solicitada por servidor da Assessoria Técnica para avaliar especificações de computadores de um processo de licitação de uma prefeitura em análise de lisura do processo licitatório. (1ª e única vez, até o momento);
- Repetidas solicitações de auxílio na confecção e impressão de crachás;
- Realização da troca de suprimentos das impressoras de crachá, sempre que necessário, apesar de ser procedimento simples e demonstrado todas as vezes quando realizado por técnico da CMTI;
- Mudança de Sede PGJ (Maio/2016): Montagem dos equipamentos de TI (computadores, impressoras, scanners, etc.); Mapeamento dos pontos de rede para ativação durante a mudança; Atualização e reconfiguração dos sistemas e softwares homologados para uso na PGJ, em decorrência da mudança de sede; Reconfiguração das pastas compartilhadas;
- Viagem de suporte à Promotoria de Justiça de Imperatriz (28/11 a 07/12/2016): Montagem dos equipamentos de TI (computadores, impressoras, scanners, etc.); Mapeamento dos pontos de rede para reativação; Atualização e reconfiguração dos sistemas e softwares homologados para uso na Promotoria;
- Confecção e impressão de carteiras para membros (atribuição delegada à CGP, cujo procedimento é executado, atualmente, pelo GAECO).

Atividades de Capacitação:

- **Capacitação em tecnologias avançadas em desenvolvimento *Android*** - Vagas providas e designadas pela Diretoria-Geral da PGJ/MA. Capacitação realizada em conjunto com as demais coordenadorias e a Administração do MPMA. Servidores que participaram da capacitação.
- **Capacitação em ambiente *Moodle*: Plataforma de ensino a distância** - Vagas providas e designadas pela Escola Superior do Ministério Público para capacitação no uso da ferramenta de ensino a distância Moodle. Capacitação realizada em conjunto com as demais coordenadorias e a Administração do MPMA. Servidores da CMTI que participaram da capacitação.
- **Capacitação em *Product Owner*** - Vagas providas e designadas pela Escola Superior do Ministério Público para capacitação no uso da ferramenta de ensino a distância Moodle. Capacitação realizada em conjunto com as demais coordenadorias e a Administração do MPMA. Servidores da CMTI que participaram da capacitação.

SEGURANÇA INSTITUCIONAL

COORDENADORIA DE ASSUNTOS ESTRATÉGICOS E INTELIGÊNCIA

A Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência realiza atividades de inteligência e contra inteligência, como coleta e busca de dados, a fim de produzir um conhecimento para assessorar o Procurador-Geral de Justiça, bem como de proteção do conhecimento e das estruturas que formam o Ministério Público do Estado do Maranhão.

Dada a sensibilidade das informações tratadas nesta Coordenadoria, na qual os documentos recebem grau de sigilo reservado, atendendo disposições da Doutrina Nacional de Inteligência e da Lei de Acesso a Informação, além de atos internos referentes à matéria, a apresentação das atividades desenvolvidas terão caráter meramente quantitativo, vez que há de se preservar, inclusive, as informações compartilhadas com outras agências de inteligência.

De igual modo, integra a CAEI, a Seção de Segurança Institucional, que desenvolve suas atividades conforme descrito abaixo:

Registre-se que essa Coordenadora integra o Gabinete de Gestão Integrada –GGI, presidido pelo Governador do Estado.

SEÇÃO DE INTELIGÊNCIA E CONTRA INTELIGÊNCIA

Tabela 92: Atividades de Inteligência de Contra Inteligência

ATIVIDADES	QUANTITATIVO
Relatórios de Inteligência Produzidos	20
Relatórios de Missão	12
Levantamentos	194
Operações	06
Ordens de Missão	23

Fonte: CAEI/PGJ, 2016.

SEÇÃO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL

A Seção de Segurança Institucional, setor subordinado à Coordenadoria de Assuntos Estratégicos e Inteligência, é responsável pelas ações de segurança institucional do Ministério Público do Maranhão por meio do planejamento, coordenação e avaliação das atividades voltadas para a proteção dos recursos humanos, das instalações, dos materiais e da informação no âmbito ministerial.

Durante o ano de 2016, este setor realizou as seguintes atividades:

- Atendimento aos pedidos de apoio de segurança aos Promotores de Justiça do Núcleo de Execução Penal, para a realização de visitas e inspeções em estabelecimentos prisionais;
- Análises de Risco em prédios das Promotorias de Justiça e em residências de Promotores de Justiça (situações especiais de proteção pessoal);
- Atendimento aos pedidos de apoio de segurança ao Promotor de Justiça e equipe da 37ª Promotoria de Justiça Especializada de São Luís / Infância e Juventude, para a realização de visitas e inspeções das Unidades de Internação de Adolescentes;
- Levantamentos preliminares dos locais e condições de segurança para instalação e funcionamento da Promotoria de Justiça Itinerante, nos bairros Aurora e Vila Embratel;
- Segurança durante as Audiências de Instalação da Promotoria de Justiça Itinerante, nos bairros: Aurora e Vila Embratel;
- Apoio de segurança ao Promotor e Equipe de Servidores da 1ª Promotoria de Justiça Comunitária Itinerante, durante o funcionamento e atendimentos à comunidade;
- Segurança aproximada e escolta de Promotores de Justiça em situação especial (Ato Regulamentar nº18/2016);
- Apoio de segurança das Assistentes Sociais do Núcleo de Serviço Psicossocial das Promotorias de Justiça da Capital, durante visitas técnicas em estabelecimentos prisionais;
- Apoio de segurança ao Promotor de Justiça de Anajatuba-MA, durante a realização de audiência pública, conforme necessidade exposta no PA 12611AD/2015;
- Segurança aproximada e escolta do Corregedor Nacional do Conselho Nacional do Ministério Público, conforme necessidade no memorando nº180/2016-SECINT;
- Reforço de segurança do Núcleo de Execução Penal, durante oitivas de presos referentes a processo de investigação criminal da 32ª Promotoria de Justiça Criminal e 2ª Promotoria de Execução Penal;
- Reforço de segurança na Escola Superior do Ministério Público, durante a realização de cursos e durante o expediente funcional;
- Reforço da Segurança Institucional das Promotorias de Justiça de São José de Ribamar, Paço do Lumiar e Raposa, em razão dos acontecimentos divulgados nos meios de comunicação, envolvendo ataques de fações criminosas contra a sociedade;
- Apoio de Segurança Institucional e escolta ao Promotor de Justiça da comarca de Pio XII-MA;
- Segurança do Promotor de Justiça Paulo Avelar durante realização de Eleição Federação, no Bairro Caratatiua;
- Apoio de Segurança Institucional e escolta ao Promotor de Justiça de São Domingos do Maranhão, conforme PI 0247/2016;
- Reforço da Segurança Institucional do Plantão Ministerial, no período eleitoral;
- Apoio de Segurança Institucional e escolta, no período eleitoral, aos Promotores de Justiça das Comarcas de Governador Nunes Freire, Viana, Cândido Mendes, Dom Pedro, Arame,

- Buritcupu, Barra do Corda, São José de Ribamar, Paço do Lumiar.
- Apoio de segurança ao servidor Executor de Mandados da 38ª PJESP, durante entrega de notificação em área rural no município de Raposa-MA, conforme PI nº 0312/2016 e ofício nº 297/2016-38ª PJESP;
 - Segurança aproximada aos Promotores de Justiça Eleitorais, durante as eleições municipais na capital;

Ao todo, foram **cumpridas 146 (cento e quarenta e seis) Ordens de Missões**, conforme atividades supracitadas.

Além dessas atividades, a Seção de Segurança Institucional também participou dos seguintes eventos:

- Reuniões do Gabinete Integrado de Segurança, durante a realização das eleições municipais de 2016, no Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão;
- Reunião do Comitê de Segurança Institucional do Conselho Nacional do Ministério Público, em Brasília-DF, destinada à implementação de medidas de segurança institucional no âmbito do Ministério Público brasileiro;

Capacitação de membros e servidores na área de Segurança Institucional, destacando-se a participação nos seguintes eventos:

1. Curso básico de Segurança Institucional para membros e servidores recém-ingressos no Ministério Público do Maranhão;
2. Curso básico de Tiro Prático oferecido pelo Comando da PMMA para membros do MPMA;
3. Palestras com orientações de Segurança Institucional em Promotorias de Justiça no interior do Estado, a exemplo de Carutapera-MA, São José de Ribamar, Governador Nunes Freire, Santa Luzia do Tide e Timon.

Melhorias nos recursos disponíveis para a Segurança Institucional, entre as quais se destaca:

- A implementação do Sistema de Identificação e Combate a Incêndio, bem como o de Controle de Acesso na nova sede da Procuradoria Geral de Justiça;

- Aquisição de detectores de metais portáteis para as unidades ministeriais que já possuem profissionais de segurança;
- Contratação de serviços de aluguel de rádios transceptores para melhoria e eficiência da comunicação nas operações e serviços de segurança institucional;
- Nova contratação de empresa de vigilância armada para unidades ministeriais na capital;
- Aumento no efetivo de Policiais Militares do Gabinete de Segurança Institucional, sendo incorporados 02 (dois) Policiais Militares no referido setor;
- Realização de estudos para a contratação de empresa para fornecimento de coletes balísticos (em fase de elaboração de termo de referência);
- Foi desenvolvido um software para atendimento de demandas relativas à manutenção e reparos do sistema de CFTV, com registro de 61 chamados técnicos em 2016 para as Promotorias de Justiça contempladas com o sistema.
- Realização de estudos para a contratação de empresa visando à manutenção e reposição de material de CFTV e ALARME (em fase de elaboração de termo de referência);
- Realização de pesquisas e aquisição de propostas para aquisição de veículos blindados (tramitando processo administrativo);
- Melhorias na legislação relativa à Segurança Institucional, com a elaboração de propostas de regulamentação da Segurança Aproximada para membros e servidores em situação de ameaças, de normas de controle de acesso aos prédios do MPMA e Portaria acerca da Comissão Permanente de Segurança Institucional do MPMA.

**ATOS NORMATIVOS DO MPMA:
(JANEIRO A DEZEMBRO DE 2016)**

LEIS

LEI Nº 10.539, de 14 de dezembro de 2016 – Cria cargos do quadro de apoio técnico-administrativo do Ministério Público do Estado do Maranhão, alterando a Lei Estadual nº 8.077/2004, e dá outras providências.

RESOLUÇÕES DO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

RESOLUÇÃO Nº 34/2016-CPMP (DJE 10/03/2016) - Altera a Resolução nº 02/97-CPMP e revoga a Resolução nº 11/2010-CPMP, incluindo na estrutura do CAOPCrim, três núcleos, sendo um de Execução Penal, outro do Júri e do Controle Externo da Atividade Policial.

RESOLUÇÃO Nº 35/2016-CPMP (DJE 05/04/2016) - Dispõe sobre as normas a serem adotadas na eleição destinada a compor a lista tríplice, com vista à escolha do Procurador-Geral de Justiça para o biênio 2016/2018.

RESOLUÇÃO Nº 36/2016 (DJE 05/04/2016) - Altera a redação dos incisos III, IV, V e VII do artigo 2º da Resolução nº 17/2011, que regulamenta a remoção por permuta nos casos que especifica.

RESOLUÇÃO Nº 37/2016-CPMP (DJE 14/12/2016) - Dispõe sobre a organização do Ministério Público Estadual de segundo grau, a distribuição das atribuições aos seus órgãos de execução, define critérios para as substituições dos Procuradores de Justiça, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 38/2016-CPMP (DJE 29/12/2016) - Redefine a divisão de atribuições dos órgãos de execução na comarca de Timon, com a transformação das 1ª, 2ª e 4ª Promotorias de Justiça Cíveis em Promotorias de Justiça Especializadas.

RESOLUÇÕES DO CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RESOLUÇÃO Nº 07/2016-CSMP (DJE 18/08/2016) - Altera a ementa e o art. 1º da Resolução nº 02/2013-CSMP, de 18 de janeiro de 2013.

RESOLUÇÃO Nº 08/2016-CSMP (DJE 31/10/2016) - Aprovar por unanimidade o enunciado n.º 09 - CSMP, referente aos autos n.º 437CS/2016, com a seguinte redação: "Não se aplica o art.9º-A da Resolução CNMP n.º 23, de 17/09/2007, acrescido pela Resolução CNMP n.º 126, de 29/07/2015, às Notícias de Fato (art.3º, I, Ato Regulamentar Conjunto n.º 05/2014, DJ 16/12/2014), aos Procedimentos Administrativos; - stricto sensu -; (art.3º, V, do Ato Regulamentar Conjunto n.º 05/2014 ou a atos administrativos executórios, de caráter preparatório (art.27, V, da LC 13/91).

RESOLUÇÃO Nº 09/2016-CSMP (DJE 31/10/2016) - Aprovar por unanimidade o enunciado n.º 10 - CSMP, referente aos autos n.º 438CS/2016, com a seguinte redação: "as notícias de fato (art.3º, I, Ato Regulamentar Conjunto n.º 05/2014, DJ 16/12/2014), e atos administrativos executórios, de caráter preparatório (art.27, V, da LC 13/91), têm seu arquivamento na forma do art.5º e §§ c/c o §2º, do art.2º, todos da Resolução n.º 23/2007 – CNMP.

RESOLUÇÃO Nº 10/2016-CSMP (DJE 31/10/2016) - Aprova por unanimidade o enunciado n.º 11 - CSMP, referente aos autos n.º 460CS/2016, com a seguinte redação: “havendo processo judicial que abranja todo o objeto da investigação ministerial cível, descabe pedido de homologação do respectivo arquivamento pelo CSMP, sendo facultativo o envio de cópia ao Colegiado para ciência”.

RESOLUÇÃO Nº 11/2016-CSMP (DJE 31/10/2016) - Aprovar por unanimidade o enunciado n.º 12 - CSMP, referente aos autos n.º 461CS/2016, com a seguinte redação: “O Promotor de Justiça deve promover o arquivamento do PIC, ou outra investigação de matéria exclusivamente criminal na forma do art.28 do CPP, sendo desnecessário o exame pelo CSMP”.

ATOS REGULAMENTARES

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 01/2016-GPGJ/CGMP (DJE 01/02/2016) - Altera o Ato Regulamentar Conjunto nº 03/2014-GPGJ/CGMP, que dispõe sobre a regulamentação dos Plantões Ministeriais Cíveis e Criminais no Estado do Maranhão e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR CONJUNTO Nº 02/2016-GPGJ/CGMP (DJE 16/12/2016) - Estabelece a execução prioritária de Mandados expedidos em processos disciplinares, sindicâncias e processos administrativos disciplinares conduzidos no âmbito do Ministério Público e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 01/2016 – GPGJ (DJE 15/01/2016) - Relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão, no ano de 2016 e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 02/2016-GPGJ (DJE 26/02/2016) - Altera o Ato Regulamentar nº 16/2014-GPGJ que instituiu o DigiDoc - Sistema de tramitação virtual de documentos, requisições e processos administrativos no âmbito do Ministério Público do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 03/2016-GPGJ (DJE 10/03/2016) - Dispõe sobre o procedimento para aquisição e utilização de passagens aéreas por membros e servidores do Ministério Público do Estado Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 04 /2016 GPGJ (DJE 10/03/2016) - Institui, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, o Programa de Saúde e Segurança Funcional – PSSF-MPMA, cria a Comissão de Saúde e Segurança de Trabalho- CSST-MPMA, regulamenta a Comissão Interna de Prevenção de Acidentes CIPA-MPMA e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 05/2016-GPGJ (DJE 05/04/2016) - Acrescenta o §3º ao art. 2º do Ato Regulamentar nº 11, de 21 de agosto de 2006, que regula a distribuição dos feitos judiciais e extrajudiciais no âmbito do Ministério Público, nos termos do art. 129, §5º da Constituição Federal e dos arts.27, §5º c/c 23, §2º da Lei Complementar Estadual nº 013/91.

ATO REGULAMENTAR Nº 06/2016-GPGJ (DJE 20/05/2016) - Altera o Ato Regulamentar nº 01/2016, para acrescentar a alínea c ao artigo 3º, em que relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão, no ano de 2016 e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 07/2016-GPGJ (DJE 08/06/2016) - Estabelece as normas gerais para gerenciamento de acesso, circulação e permanência de pessoas nas dependências dos edifícios-sede do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 08/2016-GPGJ (DJE 23/06/2016) - Altera o Ato Regulamentar nº 01/2016, para transferir o feriado previsto na alínea "j" do artigo 1º, que relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão, no ano de 2016.

ATO REGULAMENTAR Nº 09/2016-GPGJ (DJE 05/07/2016) - Dispõe sobre a publicação das decisões prolatadas nos conflitos de atribuição de que trata o art. 8º, inciso XII, da LC 13/91 e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 12/2016-GPGJ (DJE 31/08/2016) - Disciplina a eleição destinada ao preenchimento da função de Diretor das Promotorias de Justiça da Capital - anuênio 2016/2017.

ATO REGULAMENTAR Nº 13/2016-GPGJ (DJE 01/09/2016) - Altera o Anexo II do Ato Regulamentar nº 06/2014-GPGJ, que trata da lotação dos cargos do quadro de pessoal de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público Estadual, para incluir as Promotorias de Justiça de Joselândia e de São Pedro da Água Branca.

ATO REGULAMENTAR Nº 14/2016-GPGJ (DJE 19/09/2016) - Altera o Ato Regulamentar nº 01/2016 (veja a versão compilada) para acrescentar a alínea "C" ao artigo 3º, que relaciona os dias em que não haverá expediente nos órgãos do Ministério Público do Estado do Maranhão, no ano de 2016 e dá outras providências.

ATO REGULAMENTAR Nº 15/2016-GPGJ (DJE 26/09/2016) - Dispõe sobre o controle e o fluxo de processos, procedimentos ou documentos sigilosos no Ministério Público do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 16/2016-GPGJ (DJE 30/09/2016) - Disciplina a eleição destinada ao preenchimento da função de diretor das Promotorias de Justiça da Comarca de Imperatriz/MA, anuênio 2016-2017.

ATO REGULAMENTAR Nº 17/2016-GPGJ (DJE 16/12/2016) - Altera o Ato Regulamentar nº 18/2012-GPGJ, que dispõe sobre o controle de registro e controle biométrico de freqüenciados servidores do Ministério Público do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 18/2016-GPGJ (DJE 19/12/2016) - Estabelece os procedimentos de segurança aproximada dos membros e servidores do Ministério Público do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 19/2016-GPGJ (DJE 21/11/2016) - Cria o Prêmio de Jornalismo do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 20/2016-GPGJ (DJE 19/12/2016) - Retifica o Ato Regulamentar nº 13/2006 que altera o Anexo II do Ato Regulamentar nº 06/2014 - GPGJ, que trata da lotação dos cargos do quadro de pessoal de Apoio Técnico-Administrativo do Ministério Público Estadual, para incluir as Promotorias de Justiça de Joselândia e de São Pedro da Água Branca.

ATO REGULAMENTAR Nº 21/2016-GPGJ (DJE 18/11/2016) - Altera a redação do artigo 16 do Ato Regulamentar nº 001, de 07 de janeiro de 2011, que dispõe sobre o Regimento Interno da Ouvidoria do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO REGULAMENTAR Nº 22/2016-GPGJ (DJE 06/12/2016) - Altera o Ato Regulamentar nº 02/2015 incluindo os irmãos dos servidores do Ministério Público no rol de pessoas da família a ensejar a concessão de licença por motivo de doença.

ATO REGULAMENTAR Nº 23/2016-GPGJ (DJE 13/12/2016) - Estabelece o valor do auxílio-alimentação dos servidores efetivos e comissionados, bem como dos policiais militares e dos servidores colocados à disposição do Ministério Público do Estado do Maranhão, em efetivo exercício.

ATOS

ATO CONJUNTO Nº 02/2016-GPGJ/CGMP (DJE 15/02/2016) - Dispõe sobre a regulamentação e a metodologia da inteligência de sinais a ser utilizada no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão.

ATO Nº 294-GPGJ (DJE 15/07/2016) - Delega aos Procuradores de Justiça, com atuação nas Câmaras Isoladas Criminais, as atribuições expressas no inciso VII do art. 29 da Lei Complementar nº 13, de 25 de outubro de 1991, c/c o inciso III do art.81 da Constituição Estadual, quanto à atuação do Procurador-Geral de Justiça nas ações contra prefeitos por crimes comuns.

ATO Nº 348/2016-GPGJ (DJE 19/10/2016) - Dispõe sobre o programa de remodelação dos serviços dos Centros de Apoio Operacional e dá outras providências.

ATO 373/2016-GPGJ (DJE 02/09/2016) - Divulga a Tabela de cargos efetivos e comissionados integrantes do Quadro Geral de Pessoal Civil, demonstrando os quantitativos de cargos ocupados por servidores estáveis e não estáveis e de cargos vagos.

ATO 388/2016-GPGJ (DJE 16/09/2016) - Institui a campanha institucional A CIDADE NÃO PODE PARAR: CAMPANHA PELA TRANSPARÊNCIA NA TRANSIÇÃO MUNICIPAL.

ATO Nº 402/2016-GPGJ (DJE 29/09/2016) - Institui o Programa de Gestão Ambiental Sustentável e a Comissão de Gestão Ambiental do Ministério Público do Estado do Maranhão, e dá outras providências.

ATO Nº 403/2016-GPGJ (DJE 29/09/2016) - Institui o Programa de Gestão Ambiental Sustentável e a Comissão de Gestão Ambiental do Ministério Público do Estado do Maranhão, e dá outras providências.

ATO Nº 415/2016-GPGJ (DJE 30/09/2016) - Fixa o valor da bolsa de Estágio.

ATO Nº 432/2016-GPGJ (DJE 27/10/2016) - Institui a Comissão, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, voltada ao estudo e implementação de programas e ações de prevenção e enfrentamento à corrupção no Estado do Maranhão.

ATO Nº 480/2016-GPGJ (DJE 07/12/2016) - Altera o Ato nº 432/2016 - GPGJ que institui a Comissão, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, voltada ao estudo e implementação de programas e ações de prevenção e enfrentamento à corrupção no Estado do Maranhão.

ATO Nº 481/2016-GPGJ (DJE 07/12/2016) - Dispõe sobre o Recesso Natalino para 2016.

ATO Nº 495/2016-GPGJ (DJE 28/12/2016) - Institui o programa institucional MINISTÉRIO PÚBLICO CONTRA A CORRUPÇÃO E A SONEGAÇÃO FISCAL e dá outras providências.

ATO Nº 496/2016-GPGJ (DJE 11/01/2017) - Cria, no âmbito do Ministério Público do Estado do Maranhão, o Grupo Especializado da Probidade Administrativa e Combate à Corrupção (GAEProAD) e os Núcleos Regionais de Atuação Especializada da Probidade Administrativa e Combate à Corrupção (NAEPACs).

ATO Nº 509/2016-GPGJ (DJE 12/01/2017) - Determina a inclusão de mensagem no rodapé de documentos do Ministério Público do Estado do Maranhão e dá outras providências, no ano de 2017.

ORDENS DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO Nº 01/2016-GPGJ (Sem Publicação no DJE) – Fixa prazo para que membros do Ministério Público do Estado do Maranhão apresentem Declaração de Rendimentos e de Bens, relativa ao exercício financeiro de 2016.

ORDEM SERVIÇO Nº 01/2016-CGMP (Sem publicação no DJE) – Determina a redistribuição dos processos administrativos no CGMP.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 002/2016-CGMP (Sem publicação no DJE) - Sistematiza e ordena critérios para o planejamento anual de correições e de Inspeções das unidades ministeriais, Promotorias e Procuradorias de Justiça, determina a forma e o procedimento de processamento de fatos disciplinares detectados no curso desses expedientes de avaliação periódico dos serviços e do exercício de atribuições funcionais cometidos aos cargos de órgãos de execução.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 03/2016-CGMP (DJE 05/07/2016) – Dispõe sobre o acompanhamento de visita mensal aos estabelecimentos penais do sistema carcerário de que trata a Resolução nº56/2010 – CNMP, alterada pela Resolução nº 120, de 24 de fevereiro de 2015.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 04/2016-CGMP (DJE 05/07/2016) – Dispõe sobre o acompanhamento de visita mensal aos Organismos Policiais (Delegacias de Polícia e estabelecimentos Policiais Militares) de que trata a Resolução nº 20/2007-CNMP, alterada pelas Resoluções nº 65/2011, 98/2013, 113/2014 e 121/2015-CNMP.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 05/2016-CGMP (DJE 05/07/2016) - Dispõe sobre o acompanhamento de visita e fiscalização em unidades para cumprimento de medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade pelos membros do ministério Público e sobre a situação a situação dos adolescentes que se encontrem privados de liberdade em cadeias públicas, de que trata a Resolução nº 67/2011 - CNMP.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 001/2016-DG (Sem publicação no DJE) – Estabelece o fluxograma de tramitação de documentos de Inteligência no GAECO.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 002/2016-DG (Sem publicação no DJE) – Estabelece o fluxograma de tramitação de processo administrativo referente a relatórios do Conselho de Controle de Atividades Financeiras – COAF.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 003/2016-DG (Sem publicação no DJE) – Disciplina a logística de mudança para a nova sede da Procuradoria Geral de Justiça.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 004/2016-DG (Sem publicação no DJE) – Disciplina o uso do estacionamento da nova sede da Procuradoria Geral de Justiça.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 005/2016-DG (Sem publicação no DJE) – Dispõe sobre as comunicações emergenciais relativas à segurança institucional.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 006/2016-DG (Sem publicação no DJE) – Dispõe sobre o uso dos auditórios, salas de reunião e sala de videoconferência do prédio sede da Procuradoria Geral de Justiça do Estado do Maranhão.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 007/2016-DG (Sem publicação no DJE) – Veda a comercialização de alimentos nas dependências internas da Procuradoria Geral de Justiça, exceto por pessoas e estabelecimentos previamente autorizados pela Administração Superior, sendo permitida a entrega de volumes contendo alimentos na recepção do térreo.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 008/2016-DG (Sem publicação no DJE) – Regulamenta a assistência realizada pela Seção de Saúde Funcional da PGJ.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 009/2016-DG (Sem publicação no DJE) – Veda a instalação de equipamentos nas tomadas vermelhas no prédio sede sem a anuência da CMTI.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 10/2016-DG (Sem publicação no DJE) – Altera a Ordem de Serviço nº 004/2016-DG, que disciplina o uso do estacionamento da nova sede da Procuradoria Geral de Justiça.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 11/2016-DG (Sem publicação no DJE) – Disciplina a logística de mudança para a nova sede das Promotorias de Justiça da Comarca de Imperatriz.

PROVIMENTOS

PROVIMENTO Nº 01/2016-CGMP (DJE 29/03/2016) – Dispõe sobre o acompanhamento e a avaliação do estágio probatório dos membros do Ministério Público, para o fim de vitaliciamento, pela Corregedoria Geral do Ministério Público Estadual.

PROVIMENTO Nº 02/2016-CGMP (Sem Publicação no DJE) - Estabelece diretrizes e instruções a respeito do Processo Disciplinar, da classificação e do tratamento de informações com restrição de acesso e dá outras providências.

PROVIMENTO Nº 03/2016-CGMP (DJE 30/09/2016) - Institui método de acompanhamento qualitativo da atuação dos Promotores de Justiça Vitaliciandos no plenário do Júri e dá outras providências.